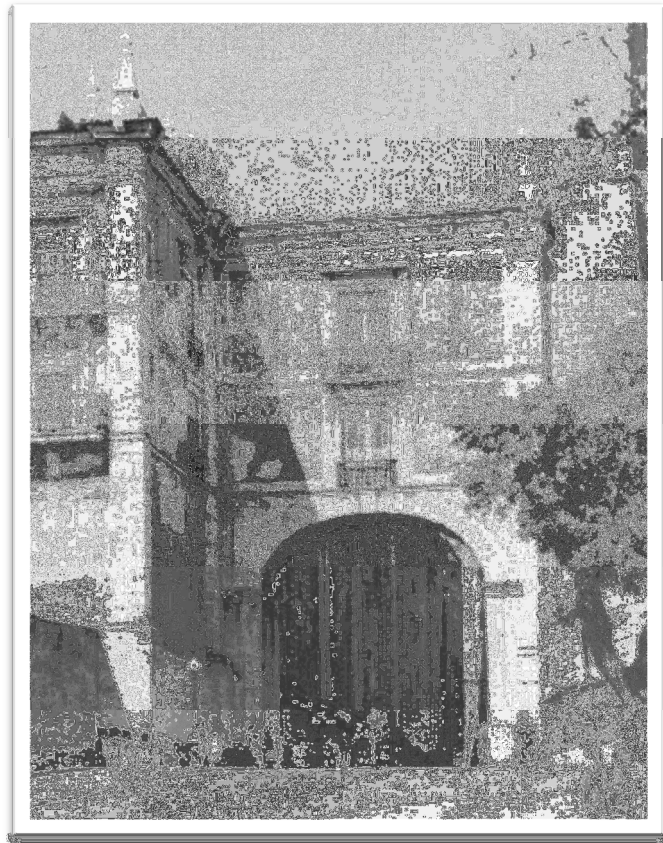


Maria Elisabete Gromicho Serol

O *Campo* de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memória | *Um Roteiro Cultural*



VOLUME II



Departamento de Ciências Sociais e de Gestão

Dissertação de Mestrado em *Estudos do Património*

Orientadora: Professora Doutora Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara

Lisboa, 2012

Imagem n° 1

Arco de São Vicente – 1959

Serôdio, Armando, 1907-1978

Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

Nota Prévia

O corpo documental que se segue foi reunido ao longo da investigação e está apresentado segundo a ordem sequencial dos capítulos do trabalho. A maior parte dos documentos são inéditos, outros, apesar de já publicados, encontram-se em estudos esgotados, unicamente possíveis de aceder através de algumas bibliotecas municipais e privadas.

Arquivo da Direcção de Infra-Estruturas do Exército (DIE)

Tombo do PM (Prédio Militar) 43/Lisboa, da SPatr/DIE/Cmd Log “*Palácio dos Marqueses do Lavradio*” Doc. VIII, IX, X, XI e XII.

Tombo do PM (Prédio Militar) 44/Lisboa, da SPatr/DIE/Cmd Log “*Obras de Santa Engrácia*” Doc. III, IV, V e VI

Tombo do PM (Prédio Militar) 50/Lisboa, da SPatr/DIE/Cmd Log “*Fundição dos Canhões*” Doc. XIV, XV, XVI e XVII

Arquivo da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

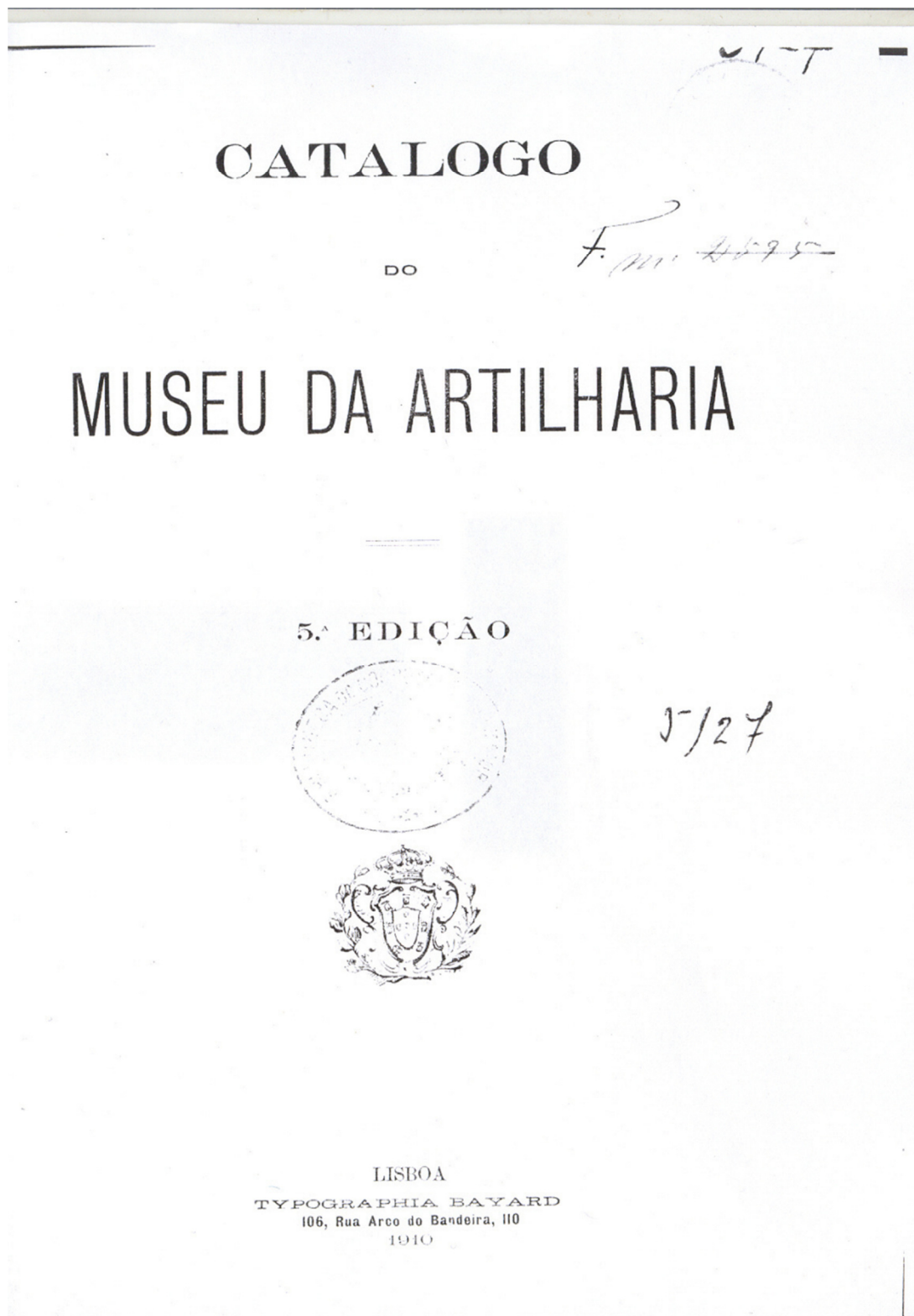
Doc. XVIII – Proposta de Classificação do Palácio do Lavradio

Doc. XIX – Proposta de criação da Zona Especial de Protecção do Castelo de São Jorge

ÍNDICE DE DOCUMENTOS

Doc. I - Catálogo do Museu de Artilharia	4
Doc. II - Diário de Governo Ano 1910	7
Doc. III – Estudo de Aproveitamento do Edifício	12
Doc. IV - Auto de Entrega ao Depósito de Fardamento	13
Doc. V – Informação das Obras que carece a Igreja de Santa Engrácia	14
Doc. VI – Devolução do Edifício de Sta. Engrácia ao Ministério das Finanças .	16
Doc. VII – Branco e Negro: Semanário, Palácio Barbacena	18
Doc. VIII – Inventário Marquês do Lavradio	21
Doc. IX – Sentença de Arrematação do Palácio do Lavradio	32
Doc. X – Denominação e Descrição do Palácio do Lavradio	35
Doc XI – Escritura do Palácio de Lavradio	37
Doc. XII – Escritura (Palácio do Lavradio)	38
Doc. XIII – Relatório da Fundação de Canhões	48
Doc. XIV – Despacho de Entrega às Oficinas Gerais de Fardamento	52
Doc. XV – Proposta de instalação do Pólo Cultural	63
Doc. XVI – Protocolo com a Universidade	88
Doc. XVII – Transferência da Biblioteca	99
Doc. XVIII – Proposta de Classificação do Palácio do Lavradio.....	107
Doc. XIX – Proposta de criação da ZEP do Castelo de São Jorge	113

Doc. I - Catálogo do Museu de Artilharia



empregada n'este Arsenal, que tiver conhecimento da existencia, no mesmo, de algum objecto proprio de ser guardado nos depositos, que por esta ordem se mandam formar, terá a bondade de o indicar por escripto na secretaria da Inspeccão.»

Deu-se immediato cumprimento a estas ordens, e, com quanto as collecções dos objectos ficassem dispersas, naturalmente por conveniencia da sua conservação e guarda, ou por não haver casa, onde se accomodassem todas, estava creado o *Museu da Artilharia*. O nucleo não seria rico mas representava, sem duvida, um pensamento organisador e patriótico. Tão louvavel iniciativa foi sancionada pelo decreto de 10 dezembro de 1851, que reorganizou o Arsenal da Exercicio.

O artigo 19.º d'este decreto continha a seguinte disposiçãõ:

«Fica garantida a existencia do *Museu da Artilharia actualmente estabelecido no Arsenal do Exercicio*; e o governo proverá ao incremento e desenvolvimento de todas as suas partes, sem prejuizo dos outros estabelecimentos e ramos de serviço.»

Assim se manteve o Museu, até que no artigo 72.º do decreto de 13 de dezembro de 1869, que estatuiu *o plano para a organisação da arma de artilharia*, se dispõz:

«O museu e a artilharia historica estarão sob a vigilancia do director da fabrica de armas.»

Em 5 de outubro de 1876 passou o Museu a cargo do capitão de artilharia Eduardo Ernesto de Castelbranco; e no mesmo anno o general Antonio Florencio de Sousa Pinto, então director geral da arma, ordenou que fossem transferidas as collecções existentes na Repartiçãõ de Santa Clara para as salas do extincto collegio dos aprendizes do Arsenal, nas quaes Castelbranco dispõz tudo acertadamente, empregando grande numero de objectos na parte decorativa.

Continuavam, porém, separadas collecções valiosas, taes como a da artilharia e a das armas de fogo portateis, sendo conveniente expôr todas em um só edificio. Nenhum como

o da Fundação de Baixo se prestava, uma vez que lhe fizessem as reparações necessarias, e o ampliassem.

Assim o comprehendeu Eduardo Castelbranco. Traçou o seu plano, e com o indispensavel auxilio dos poderes publicos pôz mãos á obra.

Não a levou a cabo infelizmente, porque a morte o surpreendeu, quando estava prêtes a vêr concluidos alguns dos mais attrahentes embellezamentos do Museu, o qual havia já attingido um desenvolvimento merecedor do mais elevado e justo apreço.

Se ao Barão do Monte Pedral, um dos heroes das campanhas da Liberdade, se deve a fundação do Museu da Artilharia, o general Castelbranco foi a alma d'este estabelecimento hoje muito importante, a que elle votou sempre entranhado amor, engrandecendo-o, pondo-o em evidencia, dotando-o com attractivos, que podem despertar no publico sentimento e gosto artisticos.

O edificio da Fundação de Baixo, onde se estabeleceu definitivamente o *Museu da Artilharia*, era o das *Tercenas das Portas da Cruz*, creadas por D. Manoel e continuadas por D. João III, para deposito de material de guerra, bem como para algumas officinas, incluindo a da fabricação da polvora, tudo em um grande lanço de casas, limitado pelo *Pateo do Sequeiro* (na *Rua dos Remedios*), *Bêco do Surra*, *Largo da Fundação de Baixo*, *Largo* (actualmente) *dos Caminhos de Ferro e Calçada do Forte*.

Em 1775, foi a casaria cortada por uma rua, que se denominou *Calçada Nova*, hoje do *Museu da Artilharia*, e que se abriu para passagem da zorra fechada, obra do architecto das obras Publicas Reinaldo Manuel dos Santos, na qual se transportou da Fundação de Cima para o Terreiro do Paço a estatua equestre de D. José I. O transporte levou cinco dias, tendo começado em uma segunda feira 22 de maio; e no dia 26 foi içada para o alto do seu pedestal aquella obra primorosa, a que nos referiremos ainda.

Na parte do edificio, voltada ao sul, estavam as officinas de fundição, conhecidas pelos nomes de Caes da Moura,

Numero 126—Anno 1910.

Quinta feira 25 de junho

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial do capital e das paragens, bem como as notícias que se referem ao comércio, devem dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa. A que se refere a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa. A que se refere a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

AVISO

Este periódico é publicado, sem interrupção, desde o dia 1.º de Janeiro de 1910, e a partir de hoje, em consequência da publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

SUMARIO

MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS:
Aviso sobre de luto do Chile pela morte de Sua Alteza a Princesa Frederica de Saxe-Coburgo.

MINISTERIO DO REINO:
Despachos pela Direcção Geral de Adm. e Instrução Publica e Civil, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DA JUSTICIA:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios Juridicos, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DA SAUDE:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios Medicoes, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DA GUERRA:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios Militares, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DA MARINHA:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios Maritimos, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS:
Despachos pela Direcção Geral das Obras Publicas e Obras de Urbanidade, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DA AGRICULTURA:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios Agricolas, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

MINISTERIO DAS COLONIAS:
Despachos pela Direcção Geral dos Negocios das Colonias, sobre a publicação de avisos, bem como a dos serviços de publicidade, deve dirigir-se ao Director do Diário de Governo, para a Rua de Santa Clara, nº 126, Lisboa.

Região Oeste de Alameda Mariz, segunda agremiação da mesma cidade abrangendo o território a parcer de mesma junta, abrangendo-lhe o centro e visto das para se tratar.

(Vem a pagar os respectivos emblemas e admissões)

Secretaria do Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 22 de Junho de 1910.— João Director Geral, João Thomaz de Aguiar.

3.º Regiões

Regiões effectivas nos dotes abaixo indicados

Por decreto de 16 de corrente mês:

Machado Henrique da Gama, fundador auxiliar do grupo de pessoas de classe publica da ultramar — promoveu a fundação do 2.º classe da mesma cidade.

Por portaria de 16 de corrente mês:

Machado Henrique da Gama, fundador do 2.º classe do quadro de pessoas de classe publica do ultramar — mandado continuar a prestar serviço na provincia de Moçambique.

Por portaria de 20 de corrente mês:

Victor Pereira Carriço — nomeado commandante da direcção das obras publicas da provincia de Moçambique.
Decreto do Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 22 de Junho de 1910.— João Director Geral, João Thomaz de Aguiar.

Por lei sobre o Regulamento do Quadro de Pessoal n.º 101, de 22 de Junho de 1910, nomeadas as seguintes agremiações:

Por portaria de 14 de corrente mês:

Albino Gomes Francisco da Rocha, segundo agremiado do quadro topographico-pastor da provincia de Moçambique — agremiação, por ter sido julgado sempre de todo o serviço, por motivo de ausência grave e honoravel, nos termos da carta de lei de 22 de Junho de 1910 e do artigo 2.º do decreto de 23 de Setembro de 1909, com a prorrogação de 20/2/10 até, aquiescencia a seu tempo de sua voluntade de cessar, visto existir mais de cinco e menos de dez annos de serviço effectivo.

Secretaria do Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 22 de Junho de 1910.— João Director Geral, João Thomaz de Aguiar.

Resolução Geral da Fazenda da Ultramar

3.º Regiões

Por lei sobre o Regulamento do Quadro de Pessoal n.º 101, de 22 de Junho de 1910, nomeadas as seguintes agremiações effectivas por portaria de 6 de corrente mês:

Regiões effectivas por portaria de 24 de corrente mês:

Caetano Ribeiro Gomes — nomeado para a vaga de segundo agremiado da Repartição Superior da Fazenda da provincia de Angola.

Antonio Aires dos Santos e Fernando José Pedro da Silva — nomeados primeiros agremiados da Repartição Superior da Fazenda da provincia de Moçambique — promoveu a constituição do 2.º classe da mesma repartição.

Alvaro Estevan Silva, segundo agremiado da Repartição Superior da Fazenda da provincia de Moçambique — promoveu a primeira agremiação da mesma repartição.

João Carneiro da Silva Soares, segundo agremiado da Repartição Superior da Fazenda da provincia de Angola — promoveu a primeira agremiação da mesma repartição.

Resolução Geral da Fazenda da Ultramar, em 22 de Junho de 1910.— João Director Geral, João Soares de Sousa.

MEMORIA DAS OBRAS PUBLICAS, COMERCIO E INDUSTRIA

Directoria Geral das Obras Publicas e Minhas

Região de Vila Rica

Fundo de obras publicas em disposições do artigo 1.º e seu § 1.º das leis para classificação das obras que devem ser consideradas monumentos nacionaes, approvadas por decreto de 30 de Setembro de 1904: lei por bem determinar que sejam consideradas monumentos nacionaes as que cacearem da nova classificação feita pelo respectivo organo, que, embora parte integrante d'este decreto, nunca definitivamente applicada pelo Ministério e Secretariado do Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria.

O Ministério e Secretariado do Estado dos Negocios das Obras Publicas e Commercio e Industria, em 22 de Junho de 1910.— João Director Geral, João Soares de Sousa.

Monumentos e obras publicas

Antas e outros monumentos

Distrito de Vila Rica

Castello — Anta da Barroca.

Antas de Valverde — Anta da Serra de Baixo.

Distrito de Braga

Colinas — Anta da Pedreira.

Distrito de Vila Rica

Villa Nova de Aguiar — Anta da Serra do Alentejo.

Alfaj — Anta de Ponte Coberta.

Distrito de Braga

Conceição de Anilões — Anta do Vitoriano.

Distrito de Porto

Agostinho — Anta da Albarvela.

Fernão — Anta de Santa Maria.

Distrito de Aveiro

Castello de Paiva — Anta do Valle de Rom.

Aveiro — Anta do Casal Novo.

Alagoinha de Velho — Anta da Malhada.

Distrito de Vila Rica

Oliveira de Fozes — Anta da Arca.

Santo — Anta da Quilice e das Freixas.

Fernão da Castello — Anta da Favela.

Mangalão — Anta da Quinta Nova.

Distrito de Vila Rica

Osia — Anta do Funchal.

Distrito de Coimbra

Nogueira — Monumentos da Serra da Beizida.

Distrito de Lisboa

Cidade:

Anta de Alameda.

Anta de Aguiar.

Anta de Santa Maria.

Antas de Vila Rica — Monumento Nacional da Torre.

Distrito de Braga

Mina — Anta de Vila de Vila.

Castello de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Anta de Vila Rica.

Distrito de Huesca

Huesca — Castello de Huesca.

Huesca de Duero — Castello de Alameda.

Distrito de Porto

Villa de Oude — Castello de Bagatela.

Santo Thome:

Castello de Santa Maria.

Castello de Santa Maria.

Castello de Santa Maria.

Distrito de Coimbra

Castello de Coimbra.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.



Castello de Vila Rica.

Distrito de Vila Rica

Castello de Vila Rica.

Castello de Vila Rica.

Doc. V – Informação das Obras que carece a Igreja de Santa Engrácia

**Serviço da Republica**
**INSPECÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES E OBRAS MILITARES**
NA 1.^a CIRCUMSCRIÇÃO
1.^a SECÇÃO

N.º 46 Lisboa 27 de Janeiro de 1915
Ao Sr. Inspector

Lisboa

Do chefe da secção

Cum me informas de que relativamente ao estado da Igreja de Santa Engrácia nº 25 de 11 do corrente, estado de obras de que se trata a "Igreja de Santa Engrácia" a municipalidade de Lisboa, com missão a fornecer os meios necessários.

Das memorias lida a referida Igreja foi verificada a seguinte situação que da obra se trata.

Consta de abobadas de cantaria em cantaria de cantaria, uma camada de bitumão que foi se empolgou muito lenha e de madeira gada, - devido principalmente ás águas que chegam da mesma ás grandes rasuras de fogueira ex. tanto que não foram feitas as portas, - não impede que as águas das chuvas se infiltrem por aquelas abobadas abando o edificio.

Que todas as peças de cantaria, por onde a água se infiltre, seja feita com cantaria, substitua as que foram feitas com cantaria, e seja feita com cantaria, para fazer a obra de fabricamento de cantaria que com fornecendo que a cantaria se substitua a fogueira de cantaria por fogueira com cantaria e com cantaria de cantaria.

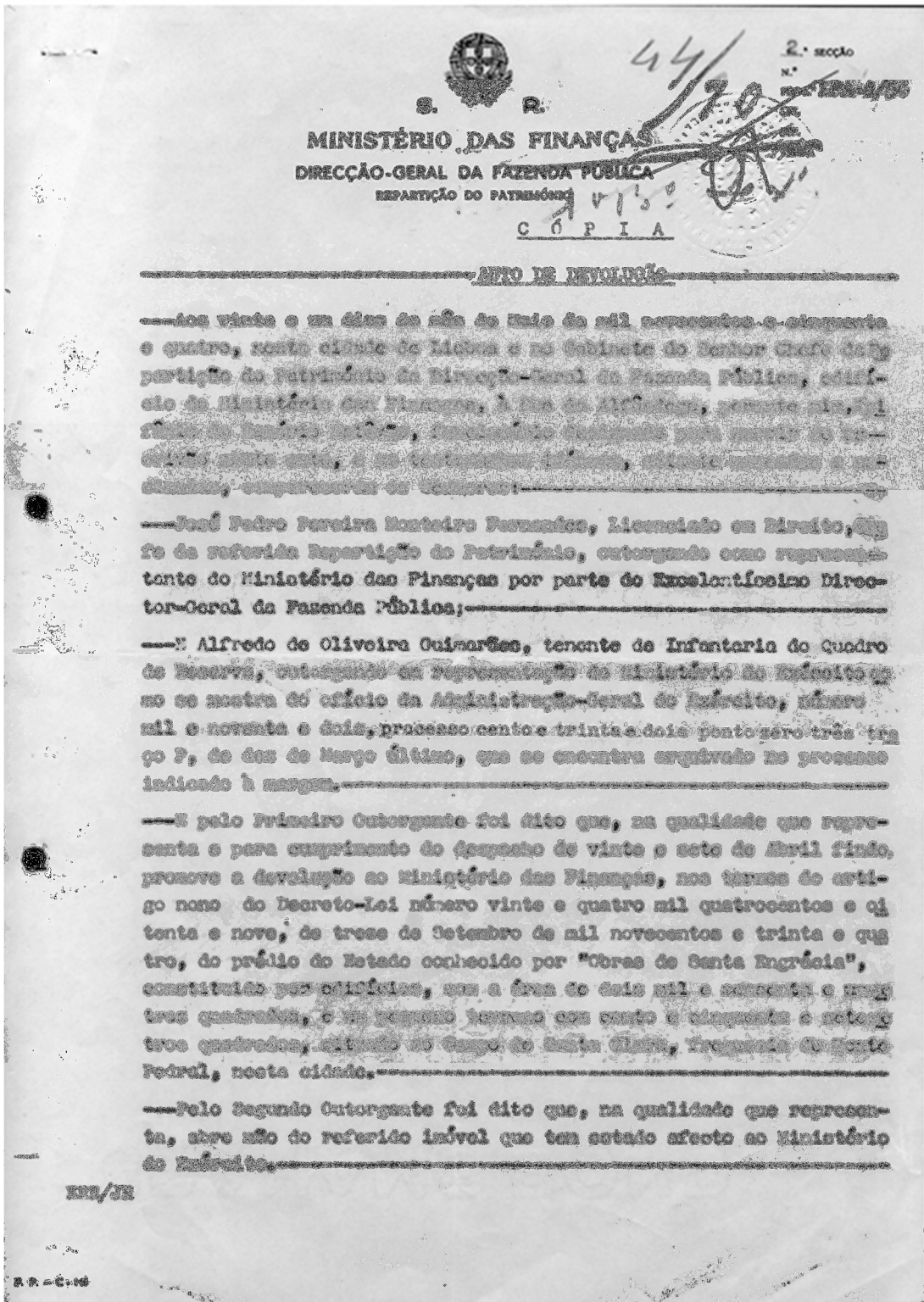
N.º 136 1915 1.ª Div. E.

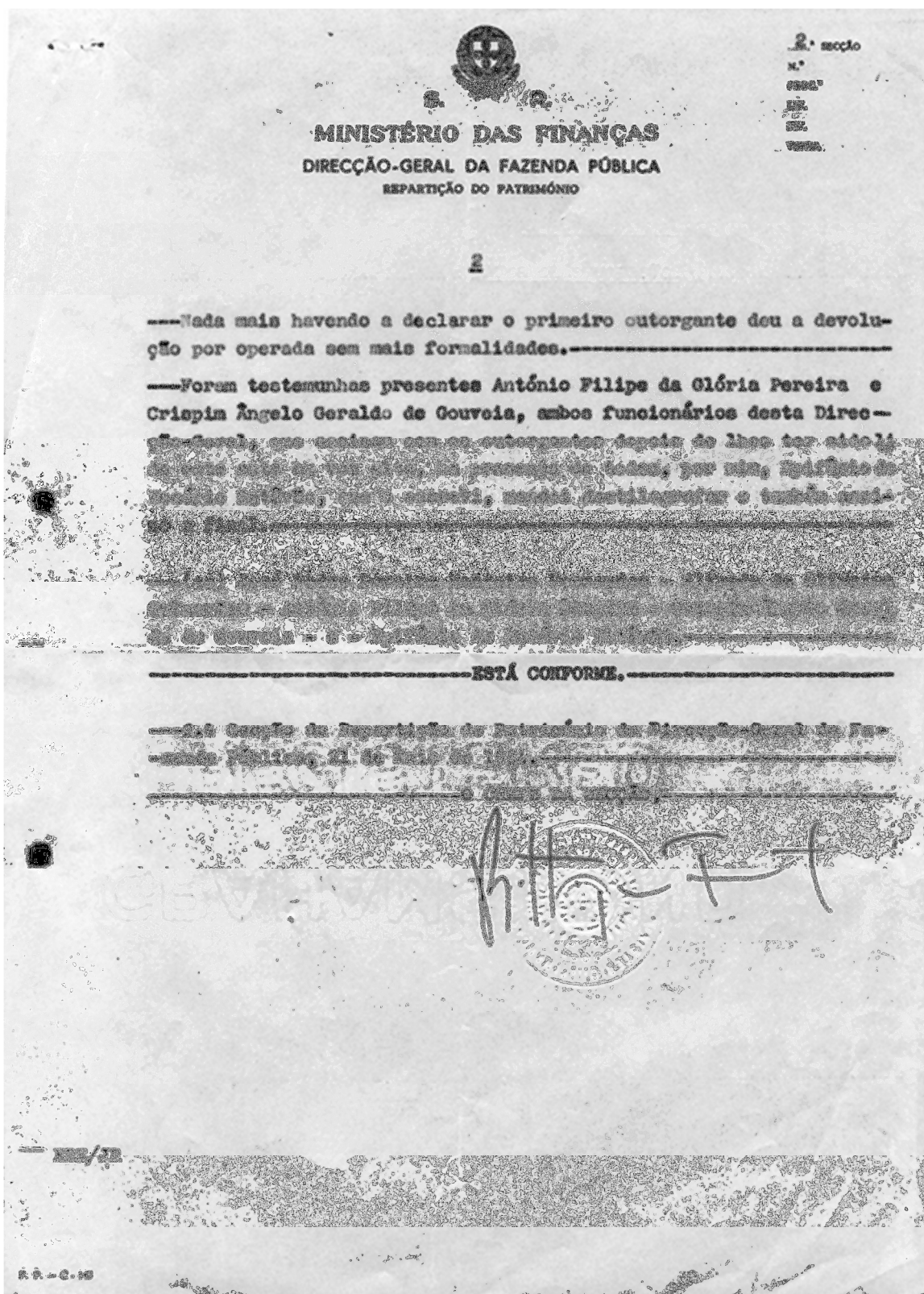
Instruções.

3. Que para reparar toda a cobertura e contentivo
toda a carpintaria e portas que faltarem, tendo
em vista a foyza, e a entrada das aguas
das chuvas e fazendo se uma obra bem feita
e duravelmente a contentivo para do edificio, não
agastar mais de tres a quatro mil contos.
4. Deo attendendo a que, com poucos mais dispen-
dos, se poderiam construir um bom teatro de foyza
algum tempo do Ministerio da Guerra para
a foyza, mais apropriadamente, para os
a foyza do defunto do Colégio. Algum arti-
go do defunto de fundamto e a foyza de
foyza de foyza de que tem contos, e foyza de
contos um projeto para adaptar o edificio de
Santa Inez a Banhação Nacional, e que
este projeto se moveu a foyza da Camara
dos deputados, e foyza, por consequencia, em via
de reallocação, em foyza que de melhor interesse
para o Estado seria de, em vez de se foyza as
duas referidas, o Ministerio da Guerra foyza
abrir a foyza deste projeto e mover em
foyza da foyza de Santa Inez algum edificio
que melhor se foyza adequa ao foyza para
que da obra de foyza de foyza.
- Deo este assunto se foyza reallocação superior.

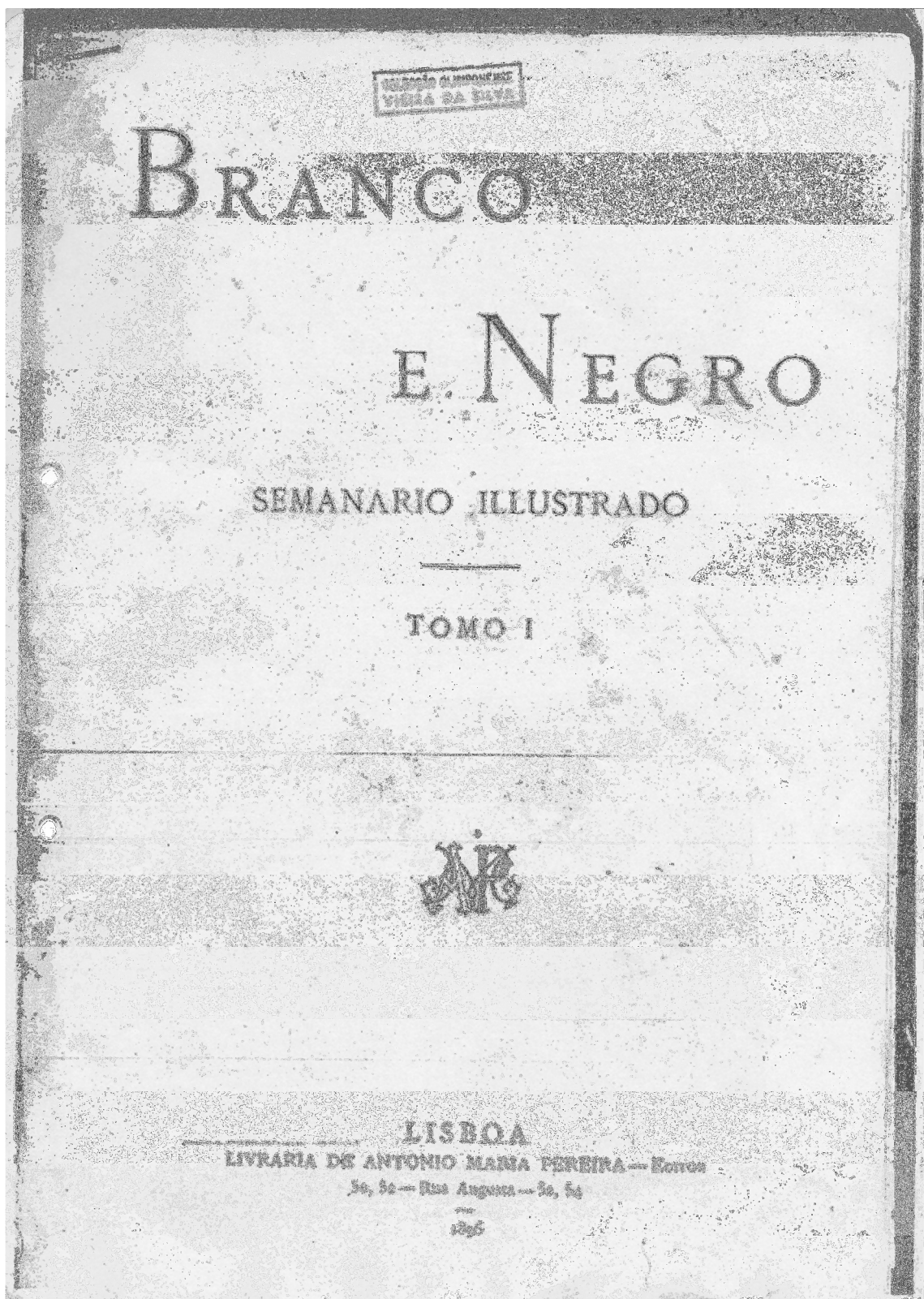
Pascator de Almeida
Cypriano

Doc. VI – Devolução do Edifício de Santa Engrácia ao Ministério das
Finanças






Doc. VII – Branco e Negro: Semanário, Palácio Barbacena

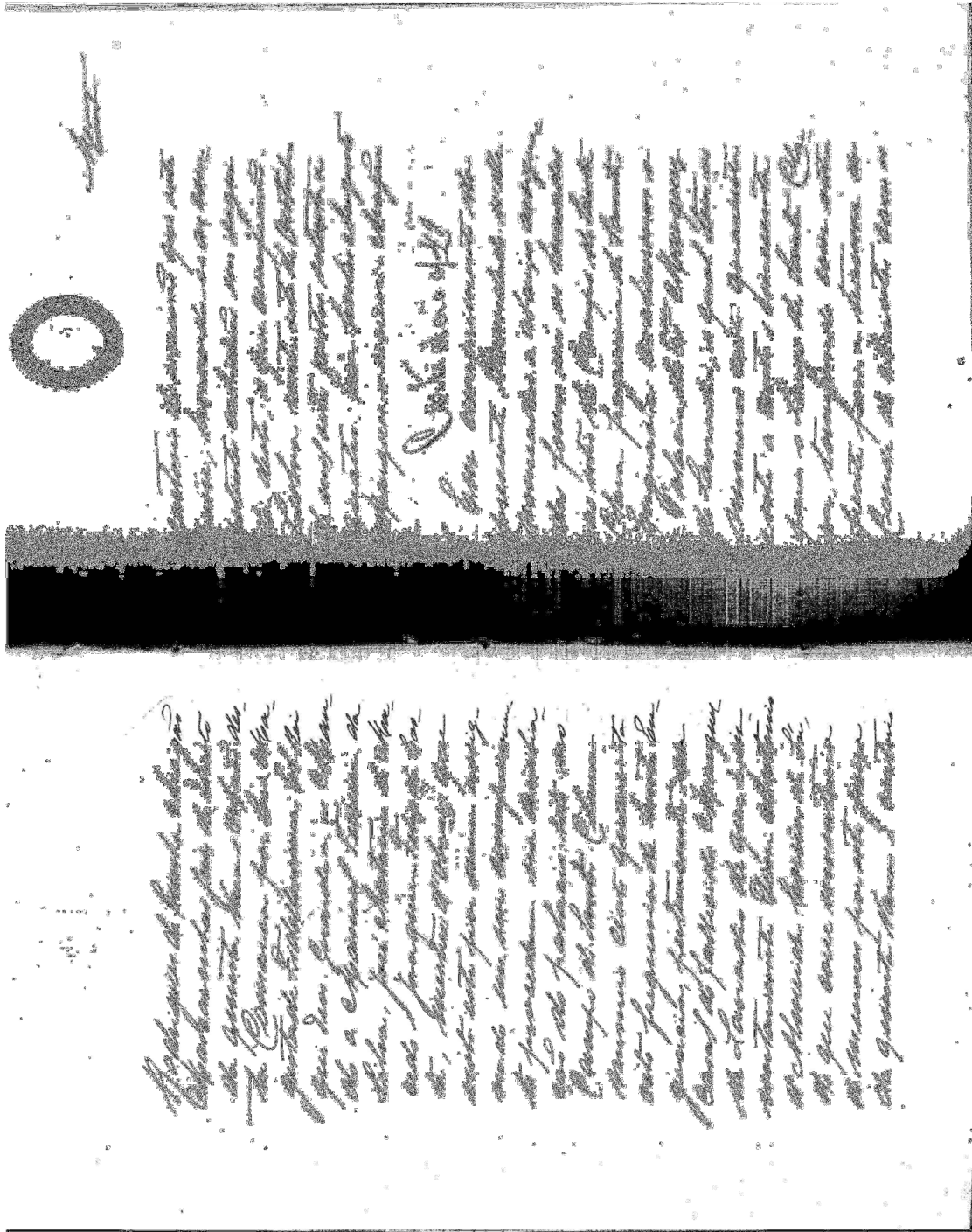


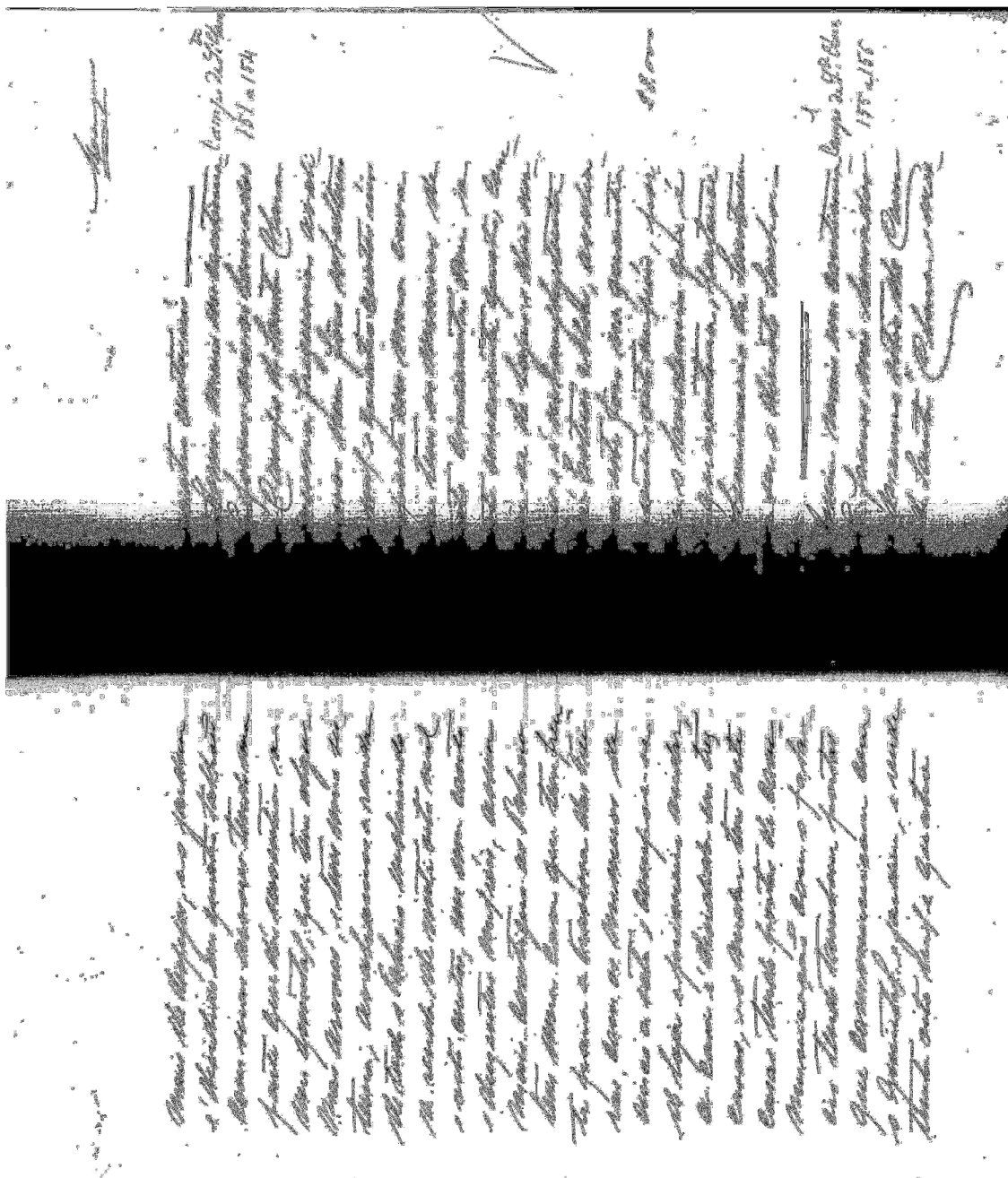
Doc. VIII – Inventário Marquês do Lavradio

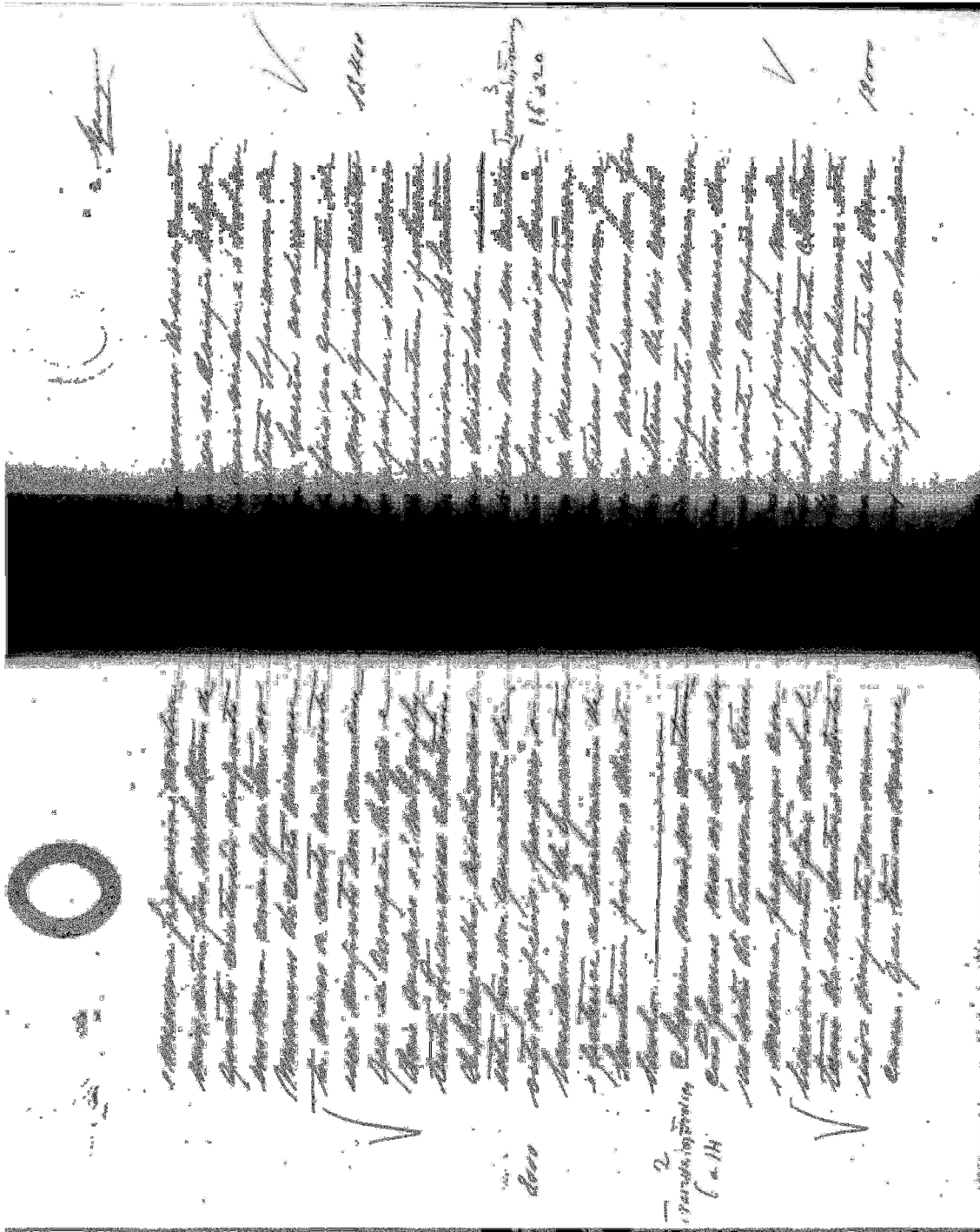


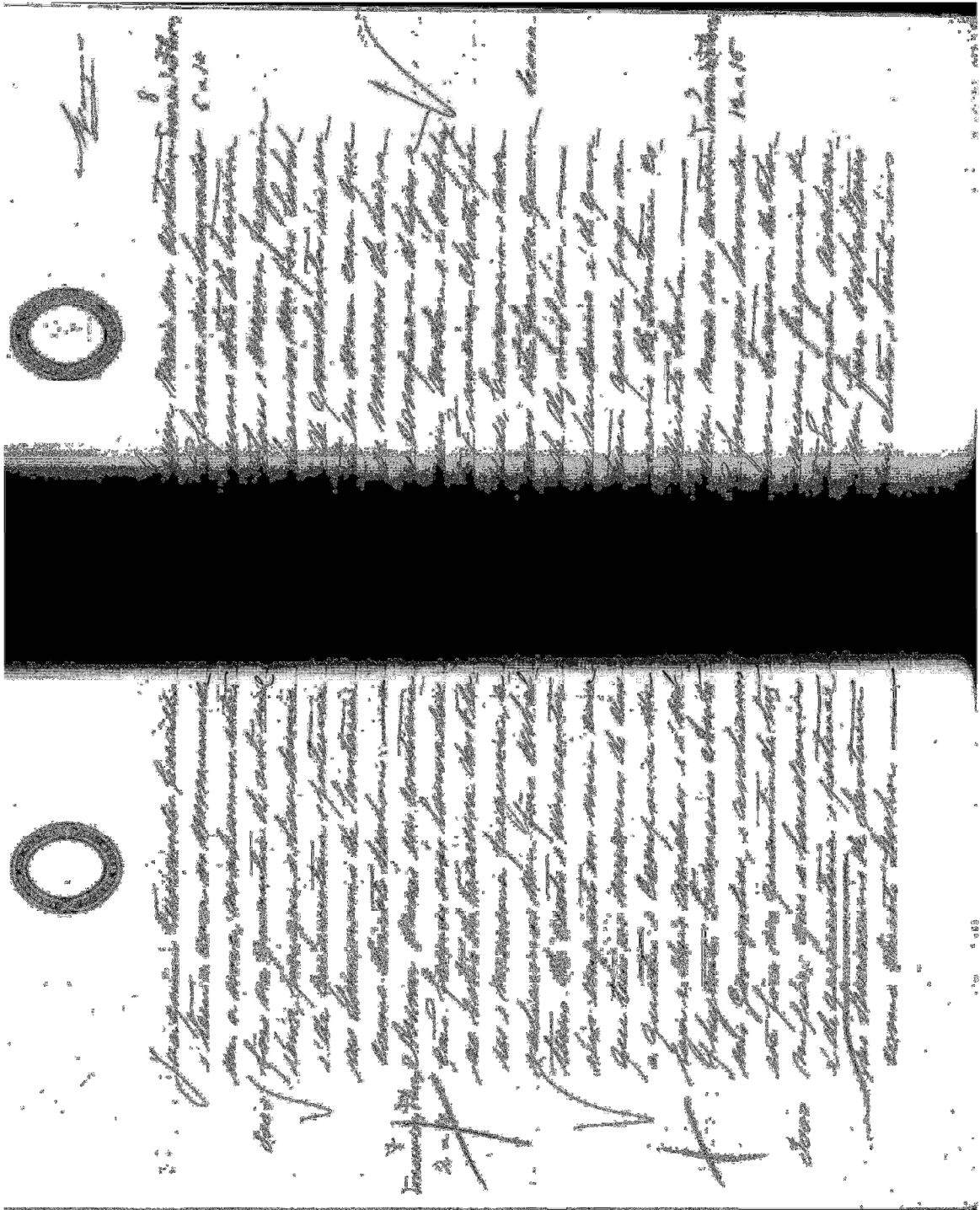
[Handwritten text in cursive script, likely a legal or administrative document. The text is mostly illegible due to the quality of the scan and the cursive style. It appears to be a list or inventory, as indicated by the title. The document is signed at the bottom.]

[Signature]

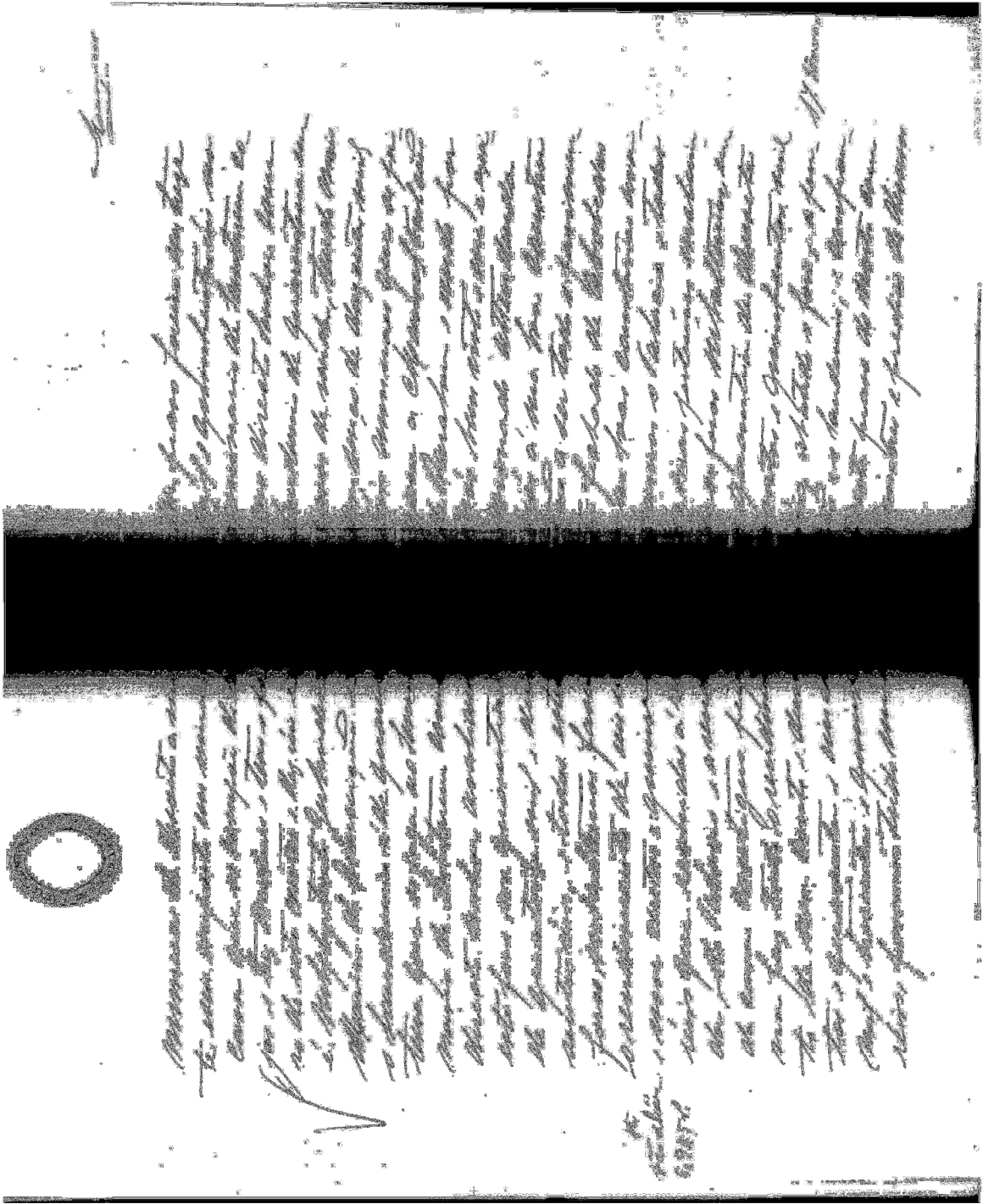


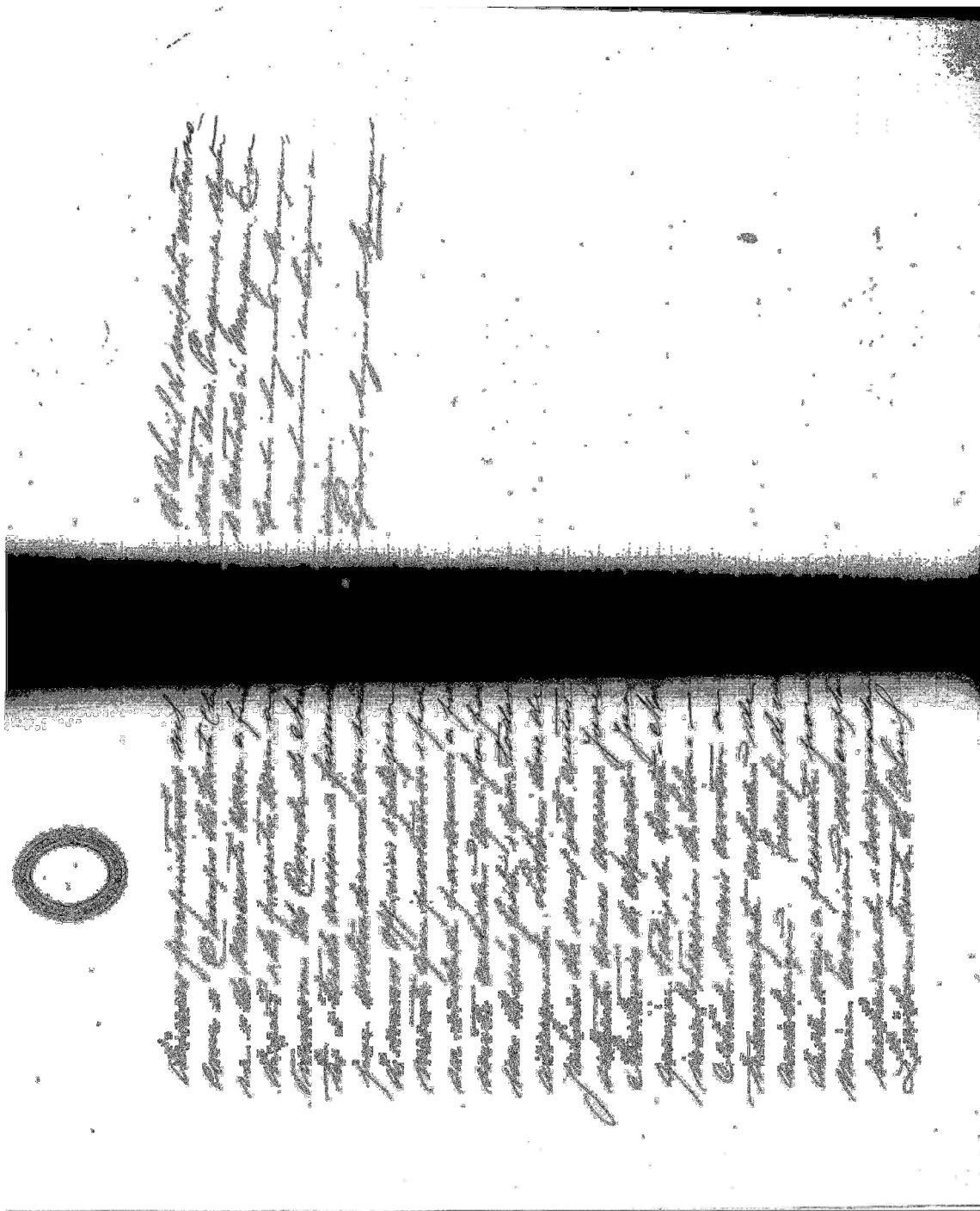






14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100





guardem como n'ella se contem e declara. E em seu cumprimento e
virtude da mesma será realizada a forra do Estado a propriedade dita
do Campo de Santa Clara numeroz cento quarenta e seis e cento cinquenta
e frequencia da Santa Magestade. Contente de uma de arrendação e verba
de descripção que n'esta rta. transmittida e n'outras pertencentes o que se faz
pela com as formalidades legais e respectiva salva do titulo que já se
havia passado indo esta em papel sellado por assim o haver exigido o rei
querimento. Sua Magestade Fidellissima El-Rei o mandou pelo Doutor João
Rodrigues de Azevedo Juiz de Direito da quinta vara, e vai subscripto por
Carlos Augusto Marques escrivão de mesmo Juizo. Dada e passada em Lisboa
nos vinte de Janeiro de mil oitocentos noventa e tres. E eu Carlos Augusto
Marques, o subscreevi. João Rodrigues d'Azevedo. Vahiá sem sello ex-causa
Sala judicial de IPO reis inutilizado com a assignatura: João Rodrigues
d'Azevedo, a a data, 1 de Janeiro de 1893 e transmittido

João Rodrigues d'Azevedo

Inspeção Geral das Fortificações e Armas militares, 1 de Janeiro de 1893

O Chefe da Repartição

Francisco de Sá Carneiro

original da rta.

*O original passou para o Reservado 130.º e em
seu favor se registou em livro de matrículas
de fidejussões de Lisboa.*

Doc. X – Denominação e Descrição do Palácio do Lavradio

~~Plano nº 97-A~~

**DIRECÇÃO DO SERVIÇO
DAS OBRAS E PROPRIEDADES MILITARES**
NO
GOVERNO MILITAR DE LISBOA

TOMBO DO PRÉDIO MILITAR

Distrito de Lisboa
Concelho de 12 Bairro
Município de S. Vicente
Logar de
Situação Campo de Santa Clara

Denominação e descrição sumária "MANUTENÇÃO MILITAR" Mess de officiaes de Lisboa.

Esta propriedade é constituída por dois edificios distintos tendo comunicação interior. Ambos tem 4 pavimentos, sendo um terreno. A construção é em alvenaria ordinaria, com vigamentos pavimentos de madeira. Os tectos são em madeira e estucados. A cobertura é em telha de canudo (mouriscado). Possuem pátios interiores e á rectaguarda existe um pateo onde estão instaladas as capelras, carvoeira, casas de lavagem e um pequeno deposito em cimento armado para água. Os paramentos das paredes são rebocados e caiados em cinzento. As caixilharias das janelas e portas de sacadas são em madeira. As escadas interiores são em cantaria e madeira. Área dos dois edificios 891 m. q. - 17 divisões. Área dos barracões de lavagem, carvoeira etc. 21,5 m. q. - 2 divisões. Área total da zona 1.613 m. q.

	Área m ²	Valor	Observações
Terrenos			Edifício de 1.º andar, 1.º andar
			Departamento Ministério da Guerra
			Última aplicação Nomes de oficiais
Total	1.617		

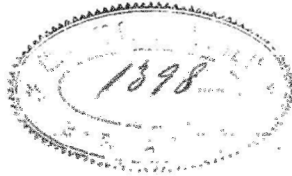
Observações: Norte com terrenos do Irmão Gil Vicente e José M. Coutinho.
Sul com terrenos do Irmão Álvaro, Norte com Irmã de Vespúcio. Outros com
terrenos do Irmão Gil Vicente e I. Meleiro dos Irmãos Bernardino
Barcelos da Marinha.

Onus e ocorrências Valor atribuído a este prédio, 765.084 \$52.

Doc XI – Escritura do Palácio de Lavradio

Seminario

PATRIARCAL
EM
SANTARÉM



J. 1110 do

Tem presente, ao officio nr. 1898 de Vie.ª com.
data de 18 de corrente, tem a ver que o prazo
que foi de afazeres do Lavradio se acha descrito
da seguinte forma: "Palácio de afazeres do Lavradio,
no Campo de Santa Clara na cidade de Lisboa,
que consta de annua subempthyteuticã de 12.
entreliada e annua nr. 1898". De mais, nota
de avaragem. Confronta com avaragem do Conde de Christes
e avaragem das fazendas. Segue mais: "Consta de
uma escritura lavrada em 15 de junho de 1834 a
qual foi submetida para ao d.º do Sr. João de Jesus".

Alto subempthyteuticã tem direitos bastante para
que Vie.ª possa abrandar ver, e em de 1898 em que
se declarou ser esta escritura, em Antonio Joaquim de Almeida
uma propriedade em nr. 1898 (antigo) e hoje nr. 1898 e
uma parcela em numero, na rua, nr. 1898, Travessa das Fazendas.
Esta escritura foi lavrada no Cartório do Substituto
devidas, em nr. 1898 de 1834. E esta e annua em
quanto em que, intervenha esta. Termina.

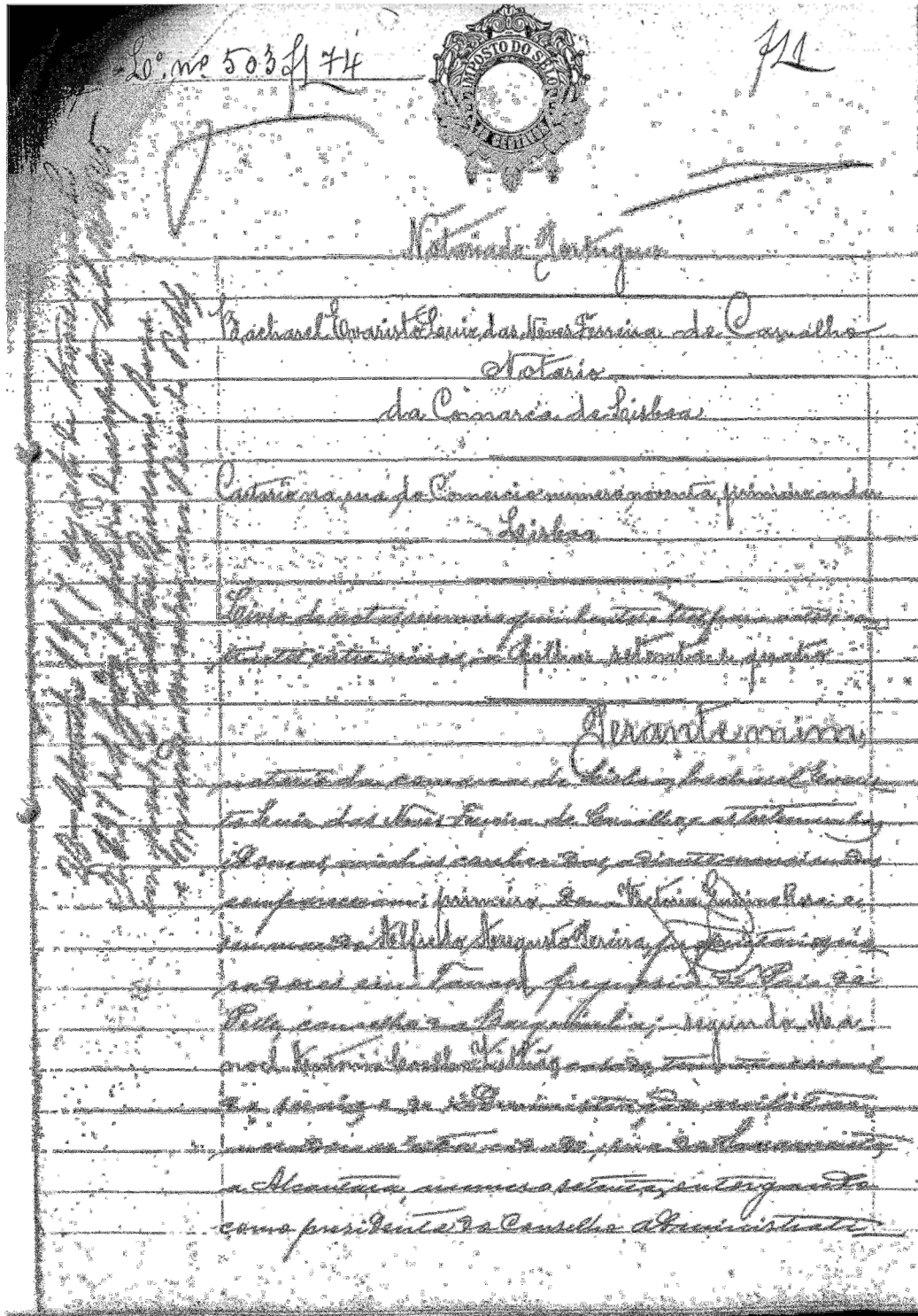
Deus fidei et iustitiae

Christianus de 18 de junho de 1898

João de Jesus Commandante geral da G.ª de S.º
18-7-98

José Augusto de Almeida
Escritor do Lavradio

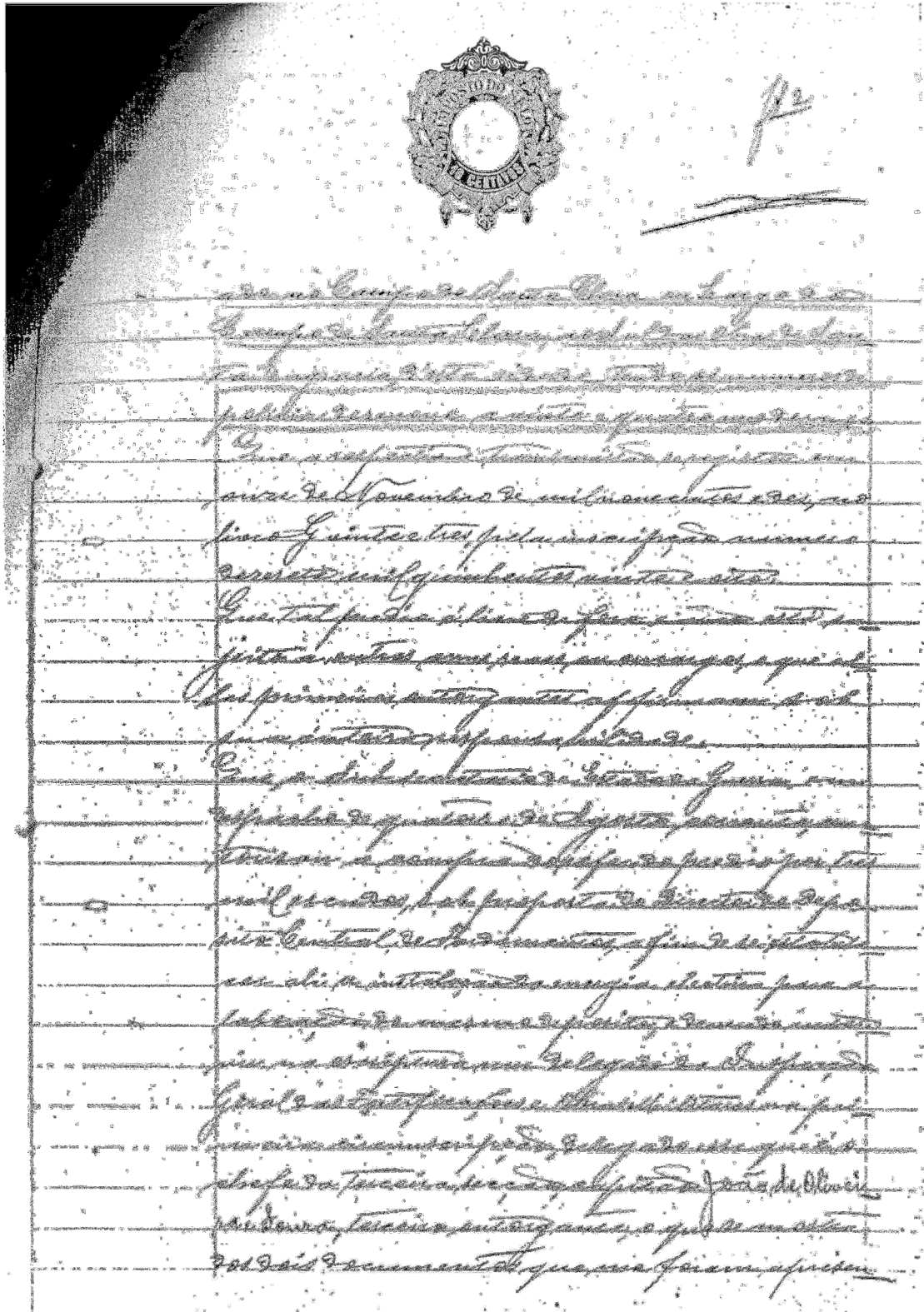
Doc. XII – Escritura (Palácio do Lavradio)

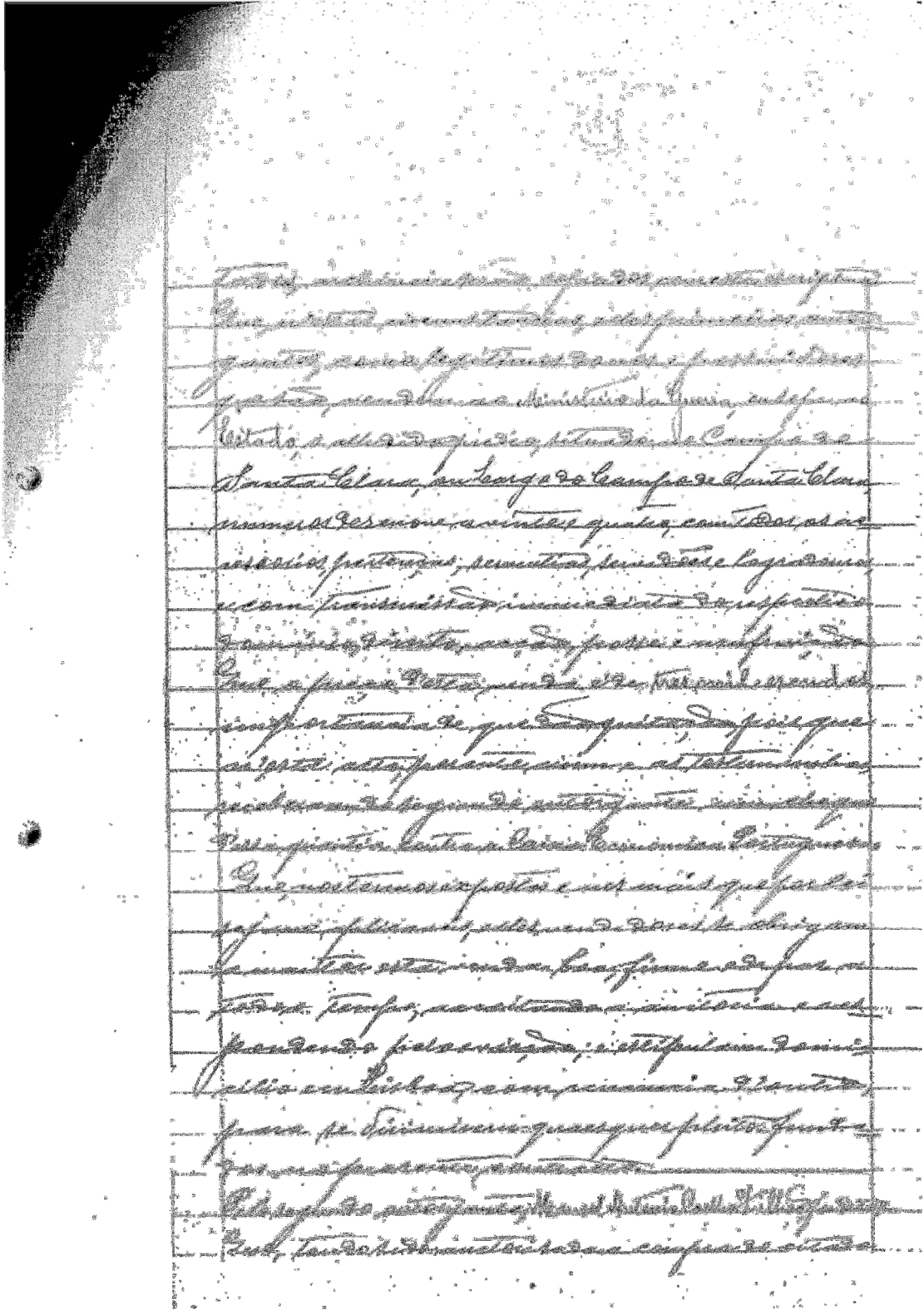


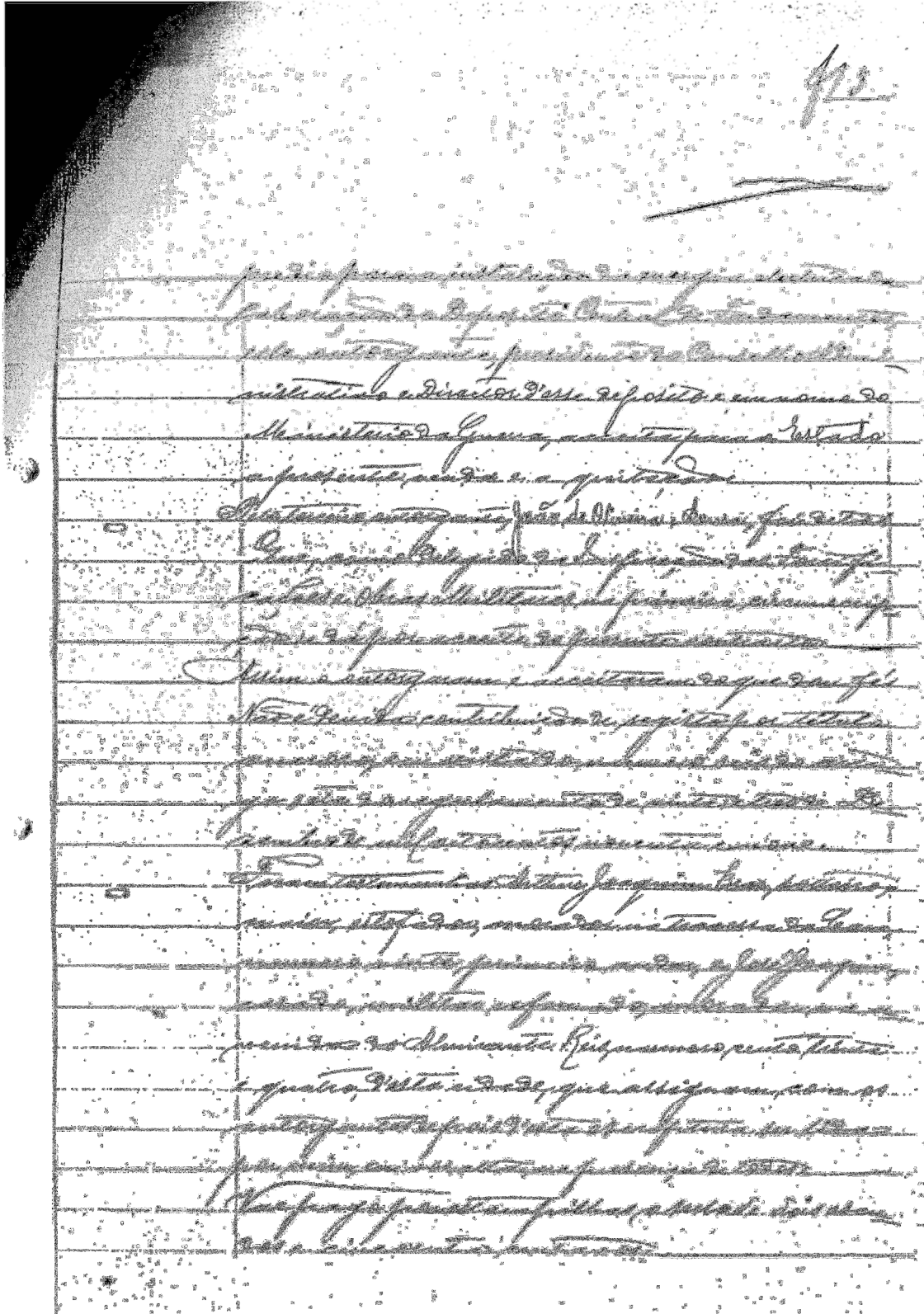
2

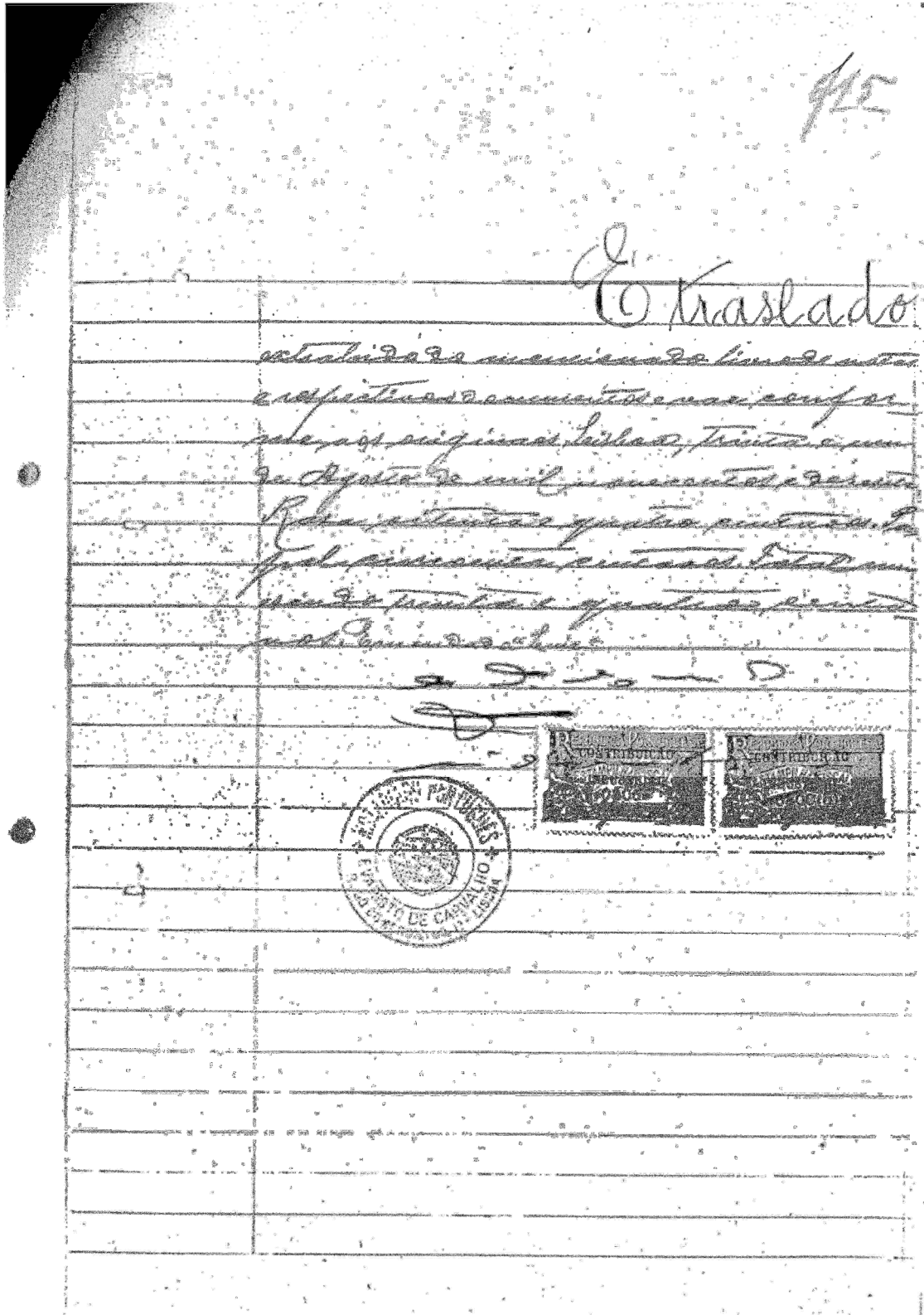
... e a primeira... a segunda... a terceira... a quarta... a quinta... a sexta... a sétima... a oitava... a nona... a décima... a décima primeira... a décima segunda... a décima terceira... a décima quarta... a décima quinta... a décima sexta... a décima sétima... a décima oitava... a décima nona... a vigésima... a vigésima primeira... a vigésima segunda... a vigésima terceira... a vigésima quarta... a vigésima quinta... a vigésima sexta... a vigésima sétima... a vigésima oitava... a vigésima nona... a trinta... a trinta e uma... a trinta e duas... a trinta e três... a trinta e quatro... a trinta e cinco... a trinta e seis... a trinta e sete... a trinta e oito... a trinta e nove... a quadragésima... a quadragésima primeira... a quadragésima segunda... a quadragésima terceira... a quadragésima quarta... a quadragésima quinta... a quadragésima sexta... a quadragésima sétima... a quadragésima oitava... a quadragésima nona... a quarenta... a quarenta e uma... a quarenta e duas... a quarenta e três... a quarenta e quatro... a quarenta e cinco... a quarenta e seis... a quarenta e sete... a quarenta e oito... a quarenta e nove... a cinquenta... a cinquenta e uma... a cinquenta e duas... a cinquenta e três... a cinquenta e quatro... a cinquenta e cinco... a cinquenta e seis... a cinquenta e sete... a cinquenta e oito... a cinquenta e nove... a sessenta... a sessenta e uma... a sessenta e duas... a sessenta e três... a sessenta e quatro... a sessenta e cinco... a sessenta e seis... a sessenta e sete... a sessenta e oito... a sessenta e nove... a setenta... a setenta e uma... a setenta e duas... a setenta e três... a setenta e quatro... a setenta e cinco... a setenta e seis... a setenta e sete... a setenta e oito... a setenta e nove... a oitenta... a oitenta e uma... a oitenta e duas... a oitenta e três... a oitenta e quatro... a oitenta e cinco... a oitenta e seis... a oitenta e sete... a oitenta e oito... a oitenta e nove... a noventa... a noventa e uma... a noventa e duas... a noventa e três... a noventa e quatro... a noventa e cinco... a noventa e seis... a noventa e sete... a noventa e oito... a noventa e nove... a cem...

milha de
265 Ac. 10









O Campo de Santa Clara, em Lisboa
 Cidade, História e Memórias | Um Roteiro Cultural

Comunidade	Problemas dos intervenientes segundo o DSRP	Ressentimentos e expectativas comunitárias	Estatísticas			Medidas adotadas para a melhoria da situação	Estado de conservação	Outros dados	Observações
			Em número	Em metros	Em metros				
P. Alameda	<p>Associação de moradores do bairro de Santa Clara, criada em 1977, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores e promover a recuperação do espaço público.</p> <p>Associação de moradores do bairro de Santa Clara, criada em 1977, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores e promover a recuperação do espaço público.</p>	<p>Associação de moradores do bairro de Santa Clara, criada em 1977, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores e promover a recuperação do espaço público.</p> <p>Associação de moradores do bairro de Santa Clara, criada em 1977, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores e promover a recuperação do espaço público.</p>							<p>Este prédio foi adquirido pelo Estado em 1977, para ser utilizado como sede da Associação de moradores do bairro de Santa Clara. O prédio encontra-se em estado de conservação precária, não sendo possível a sua utilização para o fim pretendido. O Estado deve tomar as devidas providências para a recuperação do prédio e a melhoria das condições de vida dos moradores do bairro.</p> <p>Associação de moradores do bairro de Santa Clara, criada em 1977, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores e promover a recuperação do espaço público.</p>

Luís Sá Earra
 2007

Doc. XIII – Relatório da Fundação de Canhões

288

Tombo

ADJUTIVO GERAL

Predio n.º _____

da

5.ª Secção da Inspeccão de Engenharia

da

50/96

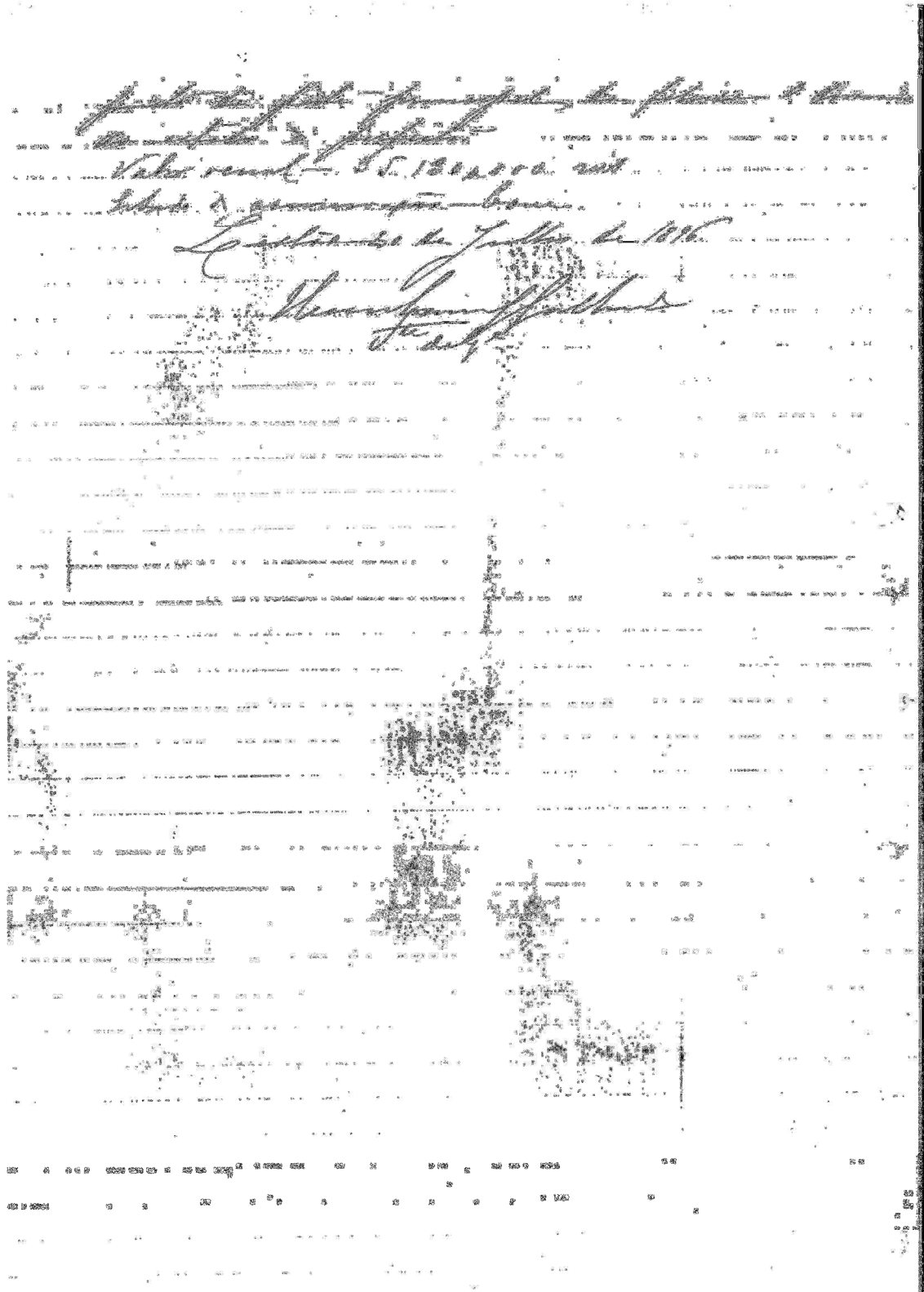
1.ª Divisão Militar

Denominado - Fundações de
Canhões (antiga Fundação de Canhões)

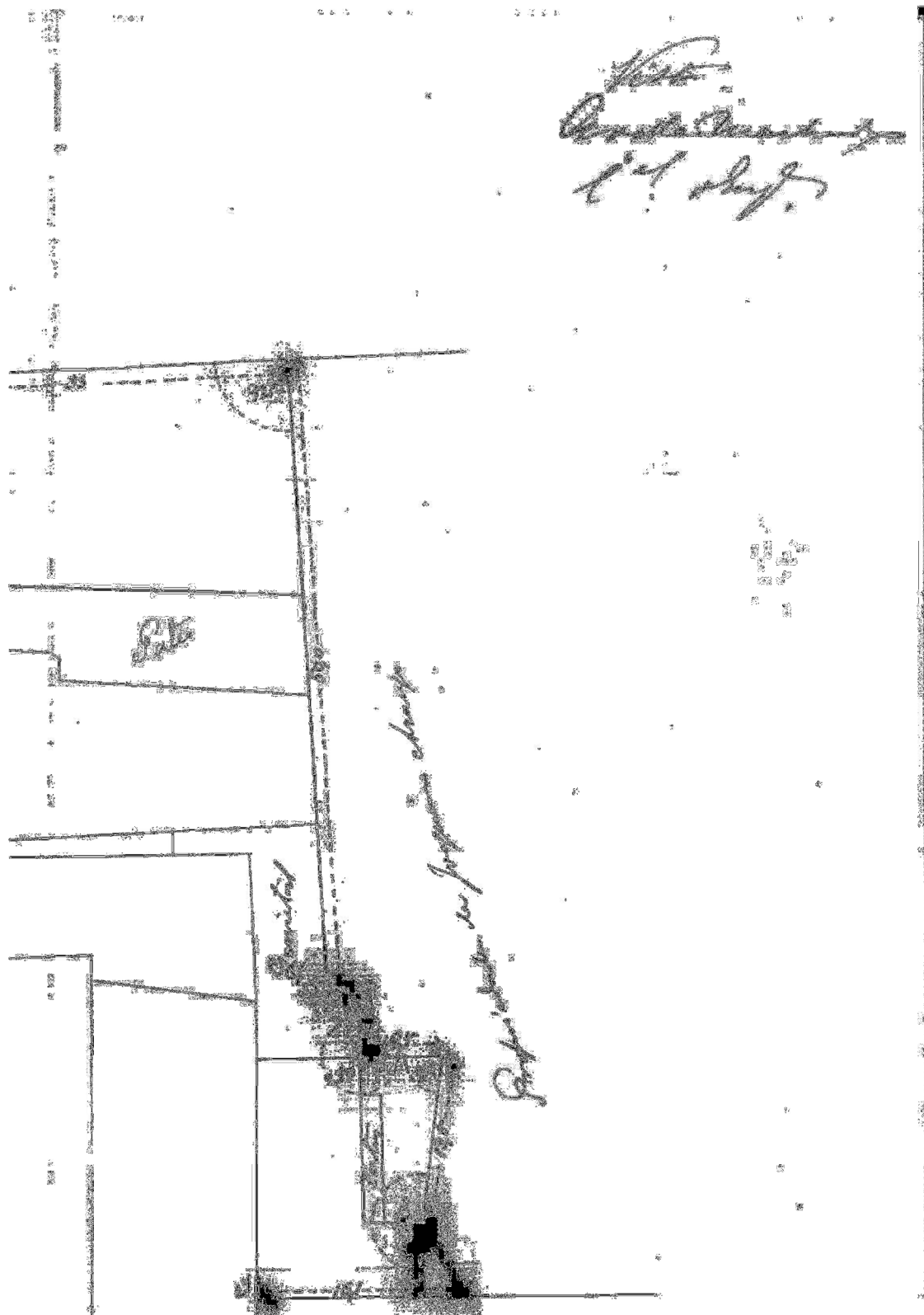
Relativo a 30 de Junho de 1896

O Chefe de secção

[Handwritten signature]



O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*



Doc. XIV – Despacho de Entrega às Oficinas Gerais de Fardamento



Cópia-aos seis dias do mez de Junho de mil novecentos e vinte e nove, desta cidade de Lisboa a Direcção da Arma de Artilharia, se remittam os seguintes officios: Carlos Alberto Figueira Pinto Basto, Tenente Coronel de Artilharia, chefe da Direcção da Arma de Artilharia; Alvaro da Silveira Leão, Tenente Coronel ao Serviço de Administração Militar, como delegado das Oficinas Geraes de Fardamento e Calçado, e José Malagueira como delegado do Comando de Engenharia do Governo Militar de Lisboa, affim de ser dado cumprimento ao despacho de Sua Ex.ª o Ministro de Guerra, de 18 de Março do corrente anno, que determina que sejam entregues ás Oficinas Geraes de Fardamento e Calçado as dependencias da extinta Fundição de Canhões que são constituídas pela parte do edificio existente em pavimentos superiores aos da entrada principal, compreendendo a parte edificada e os pateos que separam os edificios, dependencias que estão na posse do Deposito Geral de Material de Guerra, dependente da referida Direcção da Arma de Artilharia, e ficam situadas na freguesia de S. Vicente, 1.º Bairro de Lisboa, com entrada pelo Largo do Outeirinho da Amendoeira.

Pelo delegado da referida Direcção da Arma de Artilharia foi declarada que entrega ás mencionadas Oficinas Geraes de Fardamento e Calçado as aludidas dependencias, que vão indicadas na planta junta (parte tracejada a vermelho), constituindo os armazens A-B-C-D-E-F-G-H-I e respectivos pateos, ao nivel do portão P, excepto os armazens A e B, que ficam ao nivel do portão Q; Dos mencionados armazens ainda estão occupados com material diverso a cargo do Deposito Geral de Material de Guerra os indicados com as letras C-D-E-G, material que ali continua provisoriamente, a cargo do referido Deposito Geral, que adotará as providencias necessarias para serem desoccupados em curto prazo. As communicações existentes entre os pavimentos superiores, agora entregues ás Oficinas Geraes de Fardamento e Calçado, e a parte inferior do edificio existente, e que na cidade ginebrã são conhecidas com as letras V e W, serão vedadas pelas esportulas das oficinas Geraes.

As Oficinas Geraes de Fardamento e Calçado, a qual se é assignada para os delegados acima mencionados e ao qual se junta cópia da seguinte correspondencia:

Nota da 1ª Repartição da 2ª Direcção Geral do Ministério da Guerra, nº 1695/88 de 20 de Março ultimo, que transmite ás Oficinas Geraes de Fardamento e Calçado o despacho ministerial mencionado neste auto;

Nota da mesma Repartição para as citadas Officinas nº 2105/88 de 1 de Abril do corrente ano, comunicando que, na entrega, devesse intervir o delegado da Direcção da Arma de Artilharia, da Comenda de Engenharia do Governo Militar de Lisboa, e das Oficinas Geraes de Fardamento e Calçado;

Nota da mesma Repartição para as citadas Officinas nº 2545/88 de 18 do referido mez de Abril, comunicando que o delegado do referido comando de engenharia é o capitão do quadro auxiliar de engenharia, José Malaquias;

Notas das Oficinas Geraes de Fardamento e Calçado nºs 960 e 1001 de 2 e 10 de Maio proximo findo, enviadas, respectivamente, á 2ª Direcção Geral do Ministério da Guerra e Direcção da Arma de Artilharia, informando que as mesmas Oficinas são representadas pelo seu Director;

Nota da 2ª Repartição da 2ª Direcção Geral do Ministério da Guerra nº 879 comunicando ás Direcções das Armas de Engenharia e de Artilharia, o despacho ministerial referido no auto;

Nota da mesma Repartição nº 1188, comunicando ás referidas Direcções que seja lavrado auto em que devem intervir delegados da Direcção da Arma de Artilharia, das Oficinas Geraes de Fardamento e Calçado e da Comenda de Engenharia do Governo Militar de Lisboa;

Nota das referidas Oficinas Geraes de Fardamento nº 708 de 5 de Maio proximo findo, na qual foi exarado o despacho do Excmo General Direc-



Engenheiro Alberto da Silveira Lemos, Tenente Coronel

Tenente Coronel

Alberto da Silveira Lemos,

Tenente Coronel

Assinatura
José Malaquias,

Capitão

Nota: Conferir

Lisboa, 21 de Junho de 1928

O Chefe da Secretaria

Assinatura



Cópia-Cópia autentica-Ministério da Guerra-2ª Divisão Geral-1ª Repar-
tição-1ª seção-serviço da reparação-lisboa, 20 de março de 1932-10 2117
Director das Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado-Lisboa-2ª 1000/28
Em referencia a nota de V. Ex.ª de 10 de março de 1932, encaminhada para
a 1ª e 2ª Divisões Gerais de Lisboa de 10 de março de 1932, e a 1ª Divis-
ão de Lisboa por uma proposta de 10 de março de 1932, de transferir para
esta repartição a 1ª seção de Lisboa. Diante da importância da remigração de
esta seção para a 1ª seção de Lisboa e que esta seção pertence ao
Estado existente na pertencente superioridade que da unidade principal com-
preendendo a parte edificada e os pateos que separam os edificios com-
siderando-se liquidada a troca com a entrega das dependencias do Rio
Seco feita por essas Oficinas Gerais ao Serviço Veterinario.-A parte
destinada a essas Oficinas Gerais é a que vai no croquis tracejada a
partir da 1ª seção de Lisboa. A 1ª seção de Lisboa pertencente ao
Estado existente na pertencente superioridade que da unidade principal com-



Está Conforme

Lisboa, 23 de Julho de 1932

O Oper da secretaria

M



Cópia-fósta autêntica-Ministério da Guerra, 2ª Direcção Geral de Engenharia
4ª Divisão nº 5108/20-Serviço da Republica-Lisboa, 10 de Abril de
1939-10 Sub-Director das Officinas de Obras de Fomento e Calçada-Lis-
boa-Sua Ex^{ta} o Administrador Geral do Exército encarega-me de dizer a
V. Ex^{ta}, em aditamento á minha nota nº 1888/88 de 20 de Março findo, para
os fins convenientes, que deve ser lavrado um auto de entrega dos edifi-
cios, a que a mesma nota alude, em que devem intervir delegados da Direc-
ção de Obras de Fomento e Calçada-Lisboa e delegados da Direcção
de Obras de Fomento e Calçada-Lisboa e delegados da Direcção de Obras
de Fomento e Calçada-Lisboa e delegados da Direcção de Obras de Fomento
e Calçada-Lisboa e delegados da Direcção de Obras de Fomento e Calçada-
Lisboa, Nacional
Lisboa, 10 de Abril de 1939-10 Sub-Director das Officinas de Obras de Fomento e Calçada-Lis-
boa-Sua Ex^{ta} o Administrador Geral do Exército encarega-me de dizer a

1939-10
Lisboa, 10 de Abril de 1939-10
Sub-Director das Officinas de Obras de Fomento e Calçada-Lis-
boa-Sua Ex^{ta} o Administrador Geral do Exército encarega-me de dizer a

M



Cópia-Cópia Autentica-Ministério da Guerra-2ª Direcção Geral-1ª Repartição-4ª Secção-Nº 2345/86-Serviço da Republica-Lisboa, 19 de Abril de 1939-Ao Snr. Director das Oficinas Geraes de Fardamento e Calçado-Lisboa-Em aditamento á minha nota nº 2105/86 de 10 do corrente mez, Sua Exª e Administrador Geral do Exercito encarrega-me de dizer a V. Exª, para os fins convenientes, que o official que tem de intervir no auto a que aquella nota allude, como delegado do Comando de Engenharia do Governo Militar de Lisboa, é o Capitão do Q.A.E. José Malaquias; casado e morador na Rua da Quinta da Moura nº 17; e a officina da Repartição de Fardamento e Calçado, situada na Rua da Moura nº 17.

Despacho: Digas-se-lhe em aditamento á minha nota nº 768 de 8 de Abril ultimo que, para efeito da entrega da parte do edificio da extinta Repartição de Fardamento e Calçado a este Estabelecimento Militar a assinatura do respectivo auto, antes offiadas devessem ser representadas pelo seu Director. Em 2/3/39 (ajuntamento da Siveira Leonor-Tenente Coronel-Mrt) e em 2 de Julho de 1939 e Chefes da Secretaria Geral (ajuntamento).

Está conformé

Lisboa, 24 de Julho de 1939

O Chefe da Secretaria



Com a devida antecedência Officinas Fornecedor de munições e Depósito de Serviço
de munições nº 200-11000, 2 de Maio de 1920-1a Ser. Chefe da 1ª In-
specção da 2ª Direcção Geral do Ministério da Guerra-Lisboa para op-
nionamento de Sua Exª e General Administrador Geral do Exército e em
aditamento á minha nota nº 768 de 8 de Abril ultimo, informo V. Exª de
que para efeito da entrega da parte do edificio da extinta Fundição de
Canhões, a este Estabelecimento Militar e assinatura do respectivo auto,
estas Officinas Gerais são representadas pelo seu Director.-O Director
do Alvario da Officina de munições munições munições-200-11000-2 de Ma-
io de 1920-1a Ser. da Direcção Geral (adjunctiva).

Está Conforme

Lisboa, 25 de Julho de 1920

O Chefe da Direcção

M



Cópia-Cópia Autentica-Pº 9388/38-serviço da Republica-S-Lisboa, 10 de Maio de 1939-Officinas Geraes de Fardamento e Calçado-Nº I.001-Ao Snr. Sub.Director da Arma de Artilharia-Lisboa-Em aditamento á minha nota nº 768 de 8 de Abril ultimo, cumpre-me informar V.Exª de que, para efeito da entrega da parte do edificio da extinta Fundição de Canhões a este Estabelecimento Militar e assinatura da respectivo auto, estas Officinas Geraes são representadas pelo seu Director.-O Director (a) Alberto da Silveira Lemos-Tenente Coronel-Está conforme-Em 3 de Julho de 1939-O Chefe da Secretaria Geral (a) Tlegivel

Está Conforme

Lisboa, 24 de Julho de 1939

O Chefe da Secretaria



GOVERNO MILITAR DE LISBOA

Cópia-Direcção da Arma de Artilharia-Conselho Administrativo-Cópia-Serviço da Republica-Secretaria da Guerra-2ª Direcção Geral-2ª Repartição Nº 87B-Processo II3.05-P.....

Ao Snr. Director da Arma de Artilharia-Lisboa.....

Ao Snr. Chefe da 1ª Rep. da 2ª D.G. Neste Ministério.....

Para conhecimento.....

Ao Snr. Director da Arma de Engenharia(4ª Repartição)Lisboa.....

Do Administrador Geral.....

Sua Exª o Ministro da Guerra encarrega-me de dizer a V.Exª que por despacho de hontem determinou que sejam entregues as Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado as dependencias da Fundição de Canhões que lhes são destinadas e que são construídas pela parte do edificio existente em pavimentos superiores aos da entrada principal, compreendendo a parte edificada e os pateos que separam os edificios, considerando-se liquidada a troca com a entrega das dependencias do Rio São João pelas officinas gerais e a que vai de seguinte transçada a varrelha. Solicita-se a 1ª Repartição desta M.G. as necessarias commoicações aos estabelecimentos produtores aos quais este assunto diz respeito.....

(a) Artur Ivens Ferraz, General-Adj. Confinque-Lisboa, 6 de Junho de 1932.
O Responsavel (a) M. Tavares Paço-Tenente

Exª. S.ª

Lisboa, 21 de Junho de 1932

O Chefe da Secretaria



Cópia-Direcção da Arma de Artilharia-Councilho Administrativo-Cópia-Serviço da República-Secretaria da Guerra-2ª Direcção Geral-2ª Repartição Nº 1188-Processo 113.05-.....

Ao Sr. Director da Arma de Artilharia.-Lisboa.....

Ao Sr. Director da Arma de Engenharia (4ª Repartição)Lisboa.....

Ao Sr. Chefe da 1ª Repartição da 2ª D.G. Neste Ministério.....

Do Administrador Geral.....

Sua Ex^{sa} o Ministro da Guerra em aditamento a nota Nº 879 desta D.G. de 19/III/1929 encarrega-me de dizer a V.Ex^{sa} que deve ser lavrado um auto em que devam intervir delegados da D.A.A. das O.G.F.C. e do C.E.do G.M.L.....

Solicitam-se da D.A.E. e da 1ª Repartição as comunicações necessarias respectivamente ao C.E. do G.M.L. e da O.G.F.C.....

(a) Artur Ivens Ferras-está conforme-Lisboa, 8 de Julho de 1929-O Tesoureiro (ajm. Tavares Neto, Tenente)

Está conforme

Lisboa, 24 de Julho de 1929

O Chefe da Secretaria

Cópia-Direcção da Arma de Artilharia-Conselho Administrativo-Cópia-Ser-
ço da República-Officinas Versas do Parlamento e Calçado-nº 768-Lisboa,
8 de Abril de 1939-Ao Snr.Sub-Director da Arma de Artilharia-Lisboa---
Tendo este Estabelecimento Militar urgente necessidade de receber a pa-
te do edificio da extinta Fundição de Canhões que lhe é destinada, não
só porque tem de fazer entrega ao Serviço Veterinario, dos terrenos e e-
dificios que possui em Rio Seco, entrega que deve ser effectuada ao mesm-
tempo que for recebida a parte que a estas Officinas é destinada, mas tam-
bem porque é muito urgente e inadiavel proceder-se ao estudo e elabora-
ção do projecto de instalação das officinas de Calçado na parte do edifi-
cio da referida Fundição de Canhões, rogo a V. Ex^a se digne solicitar de
Sua Ex^a o General Director as providencias que julgar adequadas para que
a estas Officinas Versas se faça a entrega mencionada.....

Dexo informar V. Ex^a de que, para a entrega mencionada, a ser
effectuada em 10/4/39, se necessita de providencias e authorizações
necessarias. - O Director, (a) A. Silveira Lopes, Tenente Coronel - Está Conforme -
Lisboa, 8 de Julho de 1939 - O Tesoureiro (a) M. Tavares Belo, Tenente

DESPACHO - Tenente M. Snt. Ten^{te} Coronel Pinto Basto Delegado da D. A. A. para
elaboração da nota a que se refere esta nota - 10/4/39 - (a) R. Ivo de Moraes,
General

Tomei conhecimento - Em 10/4/39 - (a) Pinto Basto, Ten^{te} C.^{el}

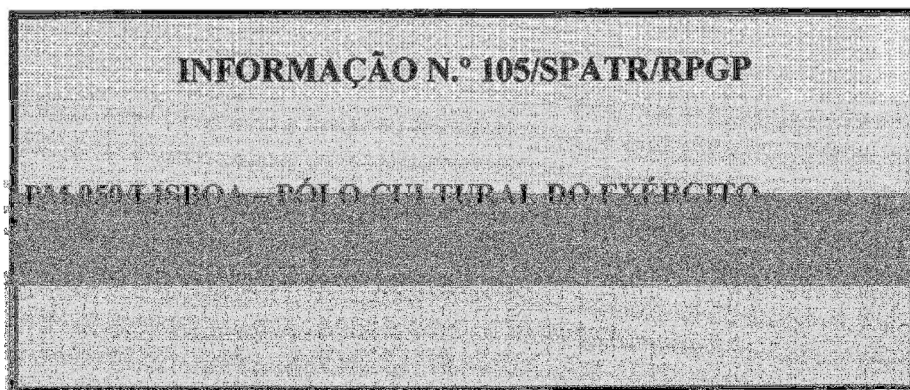
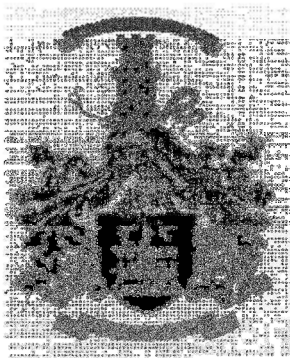
Está Conforme

Lisboa, 24 de Julho de 1939

O Chefe da Secretaria

[Handwritten Signature]
Cp.

Doc. XV – Proposta de instalação do Pólo Cultural





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DA LOGÍSTICA
DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Infra.º 105/SPATE
F.º PM 050/Lisboa-21
62812 e 61813

ASSUNTO: **ÁREA CULTURAL DO EXÉRCITO**

DESPACHE DE COMANDO EM CHEFE DO COMANDO DA LOGÍSTICA DO EXÉRCITO

Comando, Lisboa - 1977

19/2/77

[Handwritten Signature]

JOSÉ DOMINGOS BARCELLOS
GEN



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO EM LOGÍSTICA
DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Inst. n.º 187/2007
P.º P.M.º/07/2007-21
G.3.8.12 e G.3.8.13

ASSUNTO: PÓLO CULTURAL DO EXÉRCITO

PARECER DO GENERAL VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

1. De acordo com o parecer do Sr. Coronel [nome] referente ao projecto de criação de um pólo cultural do Exército, no âmbito do Comando em Logística, a Direcção de Infra-estruturas, tendo em conta a importância da cultura para a formação do soldado e a necessidade de criar condições para a realização de actividades culturais, em especial a transferência de unidades de Bibliotecas do Paulista e do DRCAI;
2. A transferência de [nome] para a [nome] deve ser efectuada de imediato;
3. As actividades culturais terão um carácter [nome] e [nome] no âmbito do [nome], sendo [nome] a função de [nome] do [nome], [nome], [nome], [nome] de [nome], de [nome];
4. A [nome] do [nome] é [nome] a [nome].

Em 07/02/07

FRANCISCO ANTÓNIO FIALHO DA ROSA
TIGEN



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
 EXERCITO PORTUGUES
 COMANDO EM CHEFE
 DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Inf. n.º 1055/PATK
 P.º PM 050/Lisboa-21
 G.3.8.12 e G.3.8.13

ASSUNTO: FÓRUM CULTURAL DO EXÉRCITO

PARER DO QUARTEL-MAIOR GERAL

1. O projecto de criação de um fórum cultural do Exército, que se encontra em fase de elaboração, apresenta um carácter de interesse público e de relevância social, sendo de natureza cultural e educativa.

2. Considera-se que a realização deste fórum cultural do Exército, no âmbito do CQ de S. João (Cidade do Exército), é de interesse público e de relevância social, sendo de natureza cultural e educativa, e que a sua realização é de interesse público e de relevância social, sendo de natureza cultural e educativa.

3. Fica de acordo com o projecto de criação do fórum cultural do Exército, desde que se proceda à realização de estudos de viabilidade e de estudos de impacto ambiental, e que se proceda à realização de estudos de viabilidade e de estudos de impacto ambiental, e que se proceda à realização de estudos de viabilidade e de estudos de impacto ambiental.

4. O projecto de criação do fórum cultural do Exército, desde que se proceda à realização de estudos de viabilidade e de estudos de impacto ambiental, e que se proceda à realização de estudos de viabilidade e de estudos de impacto ambiental.

5. O projecto de criação do fórum cultural do Exército, desde que se proceda à realização de estudos de viabilidade e de estudos de impacto ambiental, e que se proceda à realização de estudos de viabilidade e de estudos de impacto ambiental.

Em 21 de Maio de 1977

VALDEMAR JOSÉ MOREIRA DA FÁRIA
 TCM



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DA LOGÍSTICA
DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

MEM.º DE SERVIÇO
F.º 14050/1000-21
01.0.12 e 01.0.13

ASSUNTO: PÓLO CULTURAL DO EXÉRCITO

MEMÓRIA DO DIRECTOR DE INFRA-ESTRUTURAS

1. Corresponde tomar a base da presente proposta

2. Propõe-se a base cultural do Pólo
de Logística nos P.M. existentes no
quadro: S. Apolónia - S. Vicente - S. Clara
- Chelas respectivamente

S. Apolónia P.M. 42

S. Vicente P.M. 42

S. Clara P.M. 42

Chelas P.M. 42

Que a base da infraestrutura deverá ser
de acordo com

- instalação de obra no P.M. 42 /

- instalação da S.I.L. R. (prior 4/a Secção do
Pólo) no P.M. 42

Desde que seja possível iniciar os trabalhos
de obra, previa vossa autorização e organização de
quadro de "obras" no S.I.L. R. e a respectiva execução.

EW/12/12

ANTÓNIO JOSÉ MOTA DE MASCARENHAS

ARGEN



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXERCÍTO PORTUGUÊS
COMANDO DA LOGÍSTICA
DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Instr.ª **INSPATE**
P.ª **PM 050/Lisboa-21**
G.ª E.ª I.ª e G.ª E.ª II

ASSUNTO: ROTEIRO CULTURAL DO EXERCÍTO

TERCEIRO DE CHEFE DA INPCF

1. Concede-se aqui a seguinte orientação geral em conformidade com as conclusões apresentadas.
2. Na execução de cada uma das operações e deslocações no âmbito do mesmo processo com a participação dos serviços a serem efectuadas, deverão ser tomadas as seguintes providências:
3. É de salientar a estreita colaboração entre os diversos serviços do Exército com particular destaque para a Direcção de Bibliotecas e Arquivos.
4. A cada unidade, sobretudo em caso de deslocamento, deverão ser fornecidos os meios necessários para a realização das operações.

Em 21/04/52

CHEFE DE SEÇÃO DE LOGÍSTICA
COMANDO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
COMANDO DA LOGÍSTICA

DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS
REPARTIÇÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

Informação: JG.FREITAS
Assessor: JG.FREITAS
Data: 2008/08/21

Assunto: **FÓCO CULTURAL DO EXÉRCITO**

RECEB: 01 Informação nº 168/RM/06 do Dn. Rec/EME.
02 Nota nº 01176/RM/Dn. Rec/EME, Procº 00070/02.100.T.35.04.AGO2006

74
12

INFORMAÇÃO

1. FINALIDADE

Propor o programa para instalação do Polo Cultural do Exército, em Lisboa, por forma a que sirva de diretriz de base para o desenvolvimento dos estudos de natureza relativa à sua implantação e demais actividades de organização a coordenar com a DHCM e com o EBIE.

2. PRESSUPOSTOS

- a. Todos os cidadãos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, com particular ênfase no âmbito da promoção da cultura.
- b. Há Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, e legislação regulamentar dos bens e do património cultural e também legislação particular de defesa cultural.
- c. Todos têm o direito de participar no património cultural, através das respectivas organizações, com o fim de divulgar, promover a fruição e salvaguardar os valores culturais que integram o património.

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Informação nº 101/SPATE
Processo: MMLISBOA-211
CASA 12-000011
Data: 20/03/2007

- 73
12
- d. A fruição pública dos bens culturais deve ser harmonizada com as exigências de funcionalidade, segurança, preservação e conservação destes,
 - e. Deve continuar a ser realizada a preservação das provas fundamentais da actividade do Exército como instituição. Relativamente ao seu património móvel histórico e arquivístico (objectos e colecções museológicas, de obras bibliográficas e dos arquivos) o Exército deve promover as boas práticas da gestão da recolha, do seu tratamento, de conservação e de divulgação,
 - f. A Biblioteca de Lisboa (BIBLIS) é uma biblioteca especializada que dispõe de um fundo especializado de livros, periódicos e outros materiais bibliográficos e iconográficos e que mantém um acervo especial de documentos e publicações militares, científicas e técnicas essenciais ao estudo, investigação ou divulgação dos seus conteúdos.
 - g. O Arquivo Histórico Militar (AHM) tem uma função de arquivo definitivo, detendo toda a documentação que perdurou e continua a produzir, e adquirem valor histórico e científico, obrigando à sua conservação permanente. É o único receptor de arquivos, apenas acumulando e não transferindo. Deste princípio resulta ser o único arquivo que constantemente necessita de aumentar os seus espaços de depósito.
 - h. O Museu Militar (MMLISBOA) é uma instituição de carácter permanente dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais de âmbito militar e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos. Dadas as suas características assume a postura de museu principal relativamente aos restantes museus tutelados pelo Exército.
 - i. O Arquivo Geral do Exército (AGE) tem a função de um arquivo intermédio, que detém a documentação que se encontra numa situação de transição, mas ainda acessível em virtude do seu valor administrativo, legal ou fiscal. O relacionamento que mantém com o AHM é do mesmo tipo que a relação existente entre o Depósito Geral de Material do Exército (DGME) e o MMLISBOA.

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Informação n.º 165 / SPATR
Processos: PM 50/Lisboa-21;
G.3.8.12 e G.3.8.13
Data: 26/IAN/2017

f. Tanto o MMLISBOA como o AHM dispõe de ligas de amigos, respectivamente, Liga de Amigos do Museu Militar (LAMM) e Liga de Amigos do Arquivo Histórico Militar (LAHM), que sendo associações culturais, visam com o fim de apoiar culturalmente e financeiramente cada uma das entidades a que vinculou os seus membros.

g. Ambas estas entidades são apoladas e coordenam grupos de voluntários que se disponibilizam a contribuir com o seu trabalho e tempo, apoiando-as em diversas actividades, contribuindo para o cumprimento das respectivas missões culturais.

3. SITUACÃO

a. No planeamento das tarefas a implementar relativas à transição para a nova Estrutura de Comando do Exército (ECE) foi elaborada a informação em referência que, no âmbito scilicet de tratamento e instalação dos órgãos culturais do Exército, obtura a necessidacão de se estabelecer o seguinte:

b. Os órgãos culturais do Exército, em Lisboa, que no contexto legal estão perfeitamente definidos, são os seguintes: Direcção de História e Cultura Militar (DHCM), Museu Militar de Lisboa (MMLISBOA), Biblioteca do Exército (BIBLEX), Arquivo Histórico do Exército (AHM), Arquivo Geral do Exército (AGE), e ainda o Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM) da Direcção de Infra-Estruturas (DIE).

c. Sobre o funcionamento em referência, elaborando no âmbito das tarefas a implementar para a transição para a nova Estrutura de Comando do Exército (ECE), são de se estabelecer os seguintes pontos de partida, de que se mantem:

"Constituir, com as seguintes instalações:

(...)

- O Polo Cultural é para reunir aos PM 43 (Palácio do Lavraão) e 48 (Fundição de Canhões de Baixo);

- O AGE é para manter no PM 19 (Convento de Chelas);

- (...)

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Direção: 108 FUNDA.
Processo: 224 2012/2013 - 212
Data: 2013/01/13

- d. No mesmo documento ficou perfeitamente definida a seguinte: "É aprovada a transferência e concentração num pólo cultural dos órgãos de cultura militar: DHCM, Biblioteca do Exército, AGE e AHM."
- e. Contudo constatou-se a impossibilidade física de alojar todos os órgãos de cultura militar apenas nos prédios militares inicialmente definidos.

4. ANÁLISE

- a. Por se ter constatado a impossibilidade de alojar todos os órgãos de cultura militar apenas nos prédios militares inicialmente definidos na informação em referência, e ainda, pela necessidade de assegurar um espaço cultural que permitisse posteriormente a passagem intermédia durante as mudanças dos vários órgãos para os seus novos locais, foi estudada pela DIE, sob o ponto de vista patrimonial, a reformulação do conceito de pólo cultural, para posteriormente poderem ser desenvolvidos os estudos de pormenor relativos à sua implantação - (Ver Anexo A - Planta parcial de Lisboa com a implantação dos Prédios Militares e Prédios Arrendados, localizados nas imediações dos prédios anteriormente definidos para a implantação dos órgãos de cultura militar nos prédios de referência).
- b. Como consequência desta limitação, foram estudados por esta Direção de Infra-Estruturas em ligação com as direções da EHELEX, MMJSECA e AHM, tendo por base as respectivas situações patrimoniais, assim como as respectivas localizações e configurações arquitectónicas existentes, todos os prédios militares e terrenos das Madalenas - Santa Apolónia. Desse estudo resultou a identificação de um edifício de referência que vem sendo utilizado por instalações de vários órgãos e unidades do Exército (Fundação de Cima, Fundação de Baixo, casa da Fundação, Parque da Artilharia, Comando Geral da Engenharia, Tribunal Militar, Estado-Maior do Exército, Oficinas de Manutenção e Colação, Messa Militar de Santa Clara), da Marinha (Hospital de Marinha) e religiosos (Igreja de S. Vicente de Fora, Ermida da Igreja de Santa Inês, Ermida de

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Informação nº 103/LISBOA
Processo nº PM 46/Lisboa-274
Cadastr. e G.º 13
Data: 20/09/2017

Designação, bem presentes na sua respectiva, algumas delas bem actual: Rua da Escadilha, Rua do Café das Escadilhas, Rua Nova da Fundição, Calçada do Porto, Rua do Arsenal de Artilharia, Rua do Alentejo, Campos do Santa Clara, Rua de S. Vicente, Rua do Fardado, Rua do Cardinal, Calçada do Cardinal, Rua do Vale de Santo António, Rua da Verdade, Travessa das Freiras, etc. – (Ver Anexo B1 – Planta parcial de Lisboa, de 1855 com a implantação dos Prédios Militares destinados à instalação actual do Pólo Cultural do Exército).

b) Nasqz opções estudadas na opção central, surgem também implantações, como já referido anteriormente, a Igreja de Santa Espinha – Exército Nacional – centro cultural, passando de vários edifícios e pontos de paragem de transportes públicos existentes e tradicionais, uma designadamente por via de acesso, e proximidade de uma estação terminal ferroviária e, a médio prazo, de uma estação de metro. Tais finalidades de acesso em conjunto com as características construtivas já definidas na alínea anterior, levaram à opção pela escolha da antiga Fundação de Cima (actual PM 50/Lisboa – Fundação de Canhões de Cima), edifício tradicionalmente ocupado pelo Exército desde o século XVII, e onde foi fundada de um só facto, a estátua equestre de D. José I, da autoria do mestre escultor português Machado de Castro, para embelezamento da Praça do Comércio, reconstruída após o terramoto de 1755, e a manter como reserva o edifício do PM 46/Lisboa – Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, onde funciona actualmente o Centro Comercial das OGREs.

c) O PM 48/Lisboa – Fundação de Baixo, por garantir as necessidades necessárias, estar geograficamente localizado perto do PM 43/Lisboa – Palácio Marquês do Lavradio e do PM 46/Lisboa – Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, apresentando-se estruturalmente adequado para suportar grandes cargas e estar desocupado (com pequenas excepções autorizadas: serviços gráfico da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e oficinas), passou a ser considerada também imóvel integrante do estudo do pólo cultural.

cc) Nas áreas para de parcerias previstas na instalação supracitada das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGRE) não há prédios militares não está, de forma alguma, imediatamente disponível, para ser retirado do domínio público militar, para efeitos de alienação, e que garante a continuidade prolongada para utilização pelo Exército.

SECRETARIA

Eng.º 101

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Informação: JCS/SERTE
Processos: PM-30/3850-212
G.3.8.12 e G.3.8.13
Data: 25/10/2002

f. Para os antecedentes supra-referidos e com os estudos sumários já realizados é possível considerar que o Pólo Cultural Militar poderá ser implantado da seguinte forma:

- a DHCM libertará o PM 71/Lisboa – Edifício do Colégio, e será instalada no PM 43/Lisboa – Palácio Marquês do Lavradio, na zona de Santa Clara;
- o MMLISBOA será mantido no edifício que especialmente foi adaptado e reformulado para seu conteúdo: o PM 48/Lisboa – Fundação de Baixo, na zona de Santa Apolónia, que suportará a sua expansão. Manterá um pólo, já existente (com os contra-moldes em gesso de estatuária produzida na fundição de canhões – estátua equestre de D. José I, e outras), no PM 50/Lisboa – Fundação de Canhões de Cima, na zona de S. Vicente, para onde, eventualmente, poderá ser instalado o núcleo museológico que representará a memória dos Tribunais Militares já extintos.
- a BIBLEX libertará de imediato o PM 193/Lisboa – Convento dos Paulistas, e será instalada, conjuntamente, com os núcleos que estão no PM 48/Lisboa – Fundação de Baixo e no PM 50/Lisboa – Fundação de Canhões de Cima (antiga biblioteca da Direcção de Armamento Militar);
- a FÁBRI libertará os espaços correspondentes situados no PM 49/Lisboa – Fábrica de Santa Clara, e será instalado num único local próprio a designar, beneficiando das funcionalidades de recepção, selecção, triagem, higienização e desinfestação de documentos já existente no PM 19/Lisboa – Convento de Chelas, não se justificando a duplicação destes equipamentos;
- a AGE manterá-se no PM 19/Lisboa – Convento de Chelas, na zona Oriental de Lisboa, com o seu arquivo de transição no PM 135 – Laboratório Militar da Encarnação;
- a GEAEM manterá-se nas actuais instalações da DIE no PM 43/Lisboa – Palácio Marquês do Lavradio, na zona de Santa Clara, que também já se encontram preparadas para receber o acervo de Cartografia da BIBLEX;

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Informação n.º 105 / SPATH
Processos: PM 50/Lisboa-21;
B.L. 812 e 833.13
Data: 28/12/2017

g) Ser necessário instalar em Lisboa os MML Lisboa - Quarta de Serviço para afixação e reserva de documentação de procedência semelhante ao Regimento de Montanha do Alentejo. Não por razões económicas e locais de Lisboa, mas por razões que, face à sua importância de reserva técnica complementar das coleções existentes no MMLISBOA e pela necessidade de disponibilizar locais para os investigadores, deveria ser guardada e conservada muito mais perto do resto das coleções, que no caso presente, indubitavelmente, se considera ser também em Lisboa. Neste caso estas reservas técnicas, poderão ser fundidas, guardadas no MMLISBOA e Fundação de Santa Clara.

h) De referir, ainda, quanto ao MML Lisboa - Fundação de Santa Clara, situada na zona de Santa Clara, onde poderão ser criados os Núcleos Museológicos das Armas de Fardamento e Equipamento e o respectivo Arquivo Histórico e Documental relacionados com a evolução do fardamento, calçado e equipamento militar, e das técnicas fabricas relativas à armamentaria.

i) Existem também, fundadas no MML Lisboa - Fundação de Santa Clara, na zona de S. Vicente, a Escola Militar (antiga escola militar) e a Escola de Formação de oficiais sempre no âmbito da Escola de Artilharia. Apesar de não serem consideradas como legados culturais do Exército, por terem existência própria, estas empresas pela sua importância para a instituição militar, sempre foram e continuam a ser profundamente apoiadas pelo Exército, sendo, por certo, licito pressupor que esta vai continuar a ser a sua situação futura.

j) No PM 50/Lisboa - Fundação de Canhões, poderão ficar também previstas instalações a serem utilizadas pelas ligas de amigos do MMLISBOA e AHM.

h) O Museu do MMLISBOA que se encontra em permanente aquisição, e mesmo mantido nos os arquivos documentais do AHM e pela necessidade que o MMLISBOA possui de incorporação de novas publicações, cabem para este efeito, copias de cópias sempre disponíveis, sempre que tenha serviços com a utilização do PM 50/Lisboa - Fundação de Santa Clara.

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Ministério: DEFESA
Processo: 201.000000-21/
201.010-0000.13
Data: 05/09/2007



II. do MMLISBOA -- Instalação do Complexo de Edifícios de Ofício, para as necessidades com esta natureza, de composto por cinco conjuntos construídos: edifício de entrada (A), edifício administrativo antigo (B), instalação fabril (C), edifício administrativo recente (D) e edifício social (E), conforme se encontra representado no Anexo C.

m. De forma resumida foi estabelecido o seguinte programa para ocupação destinada ao Pólo Cultural do Exército (conforme representado no Anexo C):

- Nível 0: edifício B: serviços comuns, arrecadações e outros espaços;
- Nível 1: edifício A: entrada e parques da reserva visitável para o MMLISBOA;
edifício B: sala de gessos do MMLISBOA, Revista Militar, Revista de Artilharia;
edifício C: circulação vertical e reservas do MMLISBOA;
- Nível 2: edifício A: entrada, serviços gerais e cobertura;
edifício B: sala de gessos do MMLISBOA, núcleo museológico dos Tribunais Militares, LAHM e LAHEM;
edifício C: circulação vertical e instalações da BIBLEX;
- Nível 3: edifício A: entrada e coberturas;
edifício B: coberturas;
edifício C: circulação vertical, instalações da BIBLEX e AHM, espaço polivalente para exposições;
edifício D: instalações do AEM;
edifício E: instalações do AEM;
outros: entrada alternativa;
- Nível 4: edifício C: coberturas;
edifício D: instalações do AEM;
edifício E: instalações do AEM;
- Nível 5: edifício D: coberturas;
edifício E: coberturas e terraço visitável, esplanada;

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Instituição: ICM/ARCEL
Processo: PM 50/2007-211
Data: 20/02/2007

7
13
12

- n. A necessidade da ICM Cultural do Exército foi apurada imediatamente depois da elaboração do Programa de Modernização e Equiparação de Infra-estruturas da mesma (2007). Esta situação foi representada, em 2006, em Maio de 2006, a Sua Excellência o General de Exército, Comandante do PM 50/Lisboa, ao PARECER, em Lisboa, da Modernização e Equiparação das Unidades Superiores de Comando, Administração e Direcção. Foi incluído no subprograma dos Órgãos de Função Histórico-Cultural Militar deste programa, quando se debateu e trabalhou, em conjunto com a Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, a eventual aprovação da Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares.
- o. Nesse instrumento estariam previstos € 3.000.000,00 já no ano de 2007, para poderem ser empregues no subprograma relativo aos órgãos culturais do Exército, mas como é do conhecimento geral este instrumento operacional não foi criado.
- p. A remodelação de parte das dependências do PM 50/Lisboa – Fundação de Canhões de Cima para instalação do AHM, estima-se em cerca de € 1.100.000,00 para obras e equipamentos e € 300.000,00 para mobiliação. O total estimado será de cerca de € 1.400.000,00. Os custos de manutenção anual estimam-se em cerca de € 40.000,00.
- q. A remodelação de parte das dependências do PM 50/Lisboa – Fundação de Canhões de Cima para instalação total da BIBLEX, estima-se em cerca de € 720.000,00 para obras e equipamentos e € 280.000,00 para mobiliação. O total estimado será de cerca de € 1.000.000,00. Os custos de manutenção anual estimam-se em cerca de € 40.000,00.
- r. A remodelação de parte das dependências do PM 50/Lisboa – Fundação de Canhões de Cima para instalação de uma sala polivalente para exposições e outras actividades culturais, e que deverá localizar-se na proximidade das mesmas instalações do Estado-Maior do Exército, estima-se em cerca de € 1.100.000,00 para obras e equipamentos e € 100.000,00 para mobiliação. O total estimado será de cerca de € 1.200.000,00. Os custos de manutenção anual estimam-se em cerca de € 15.000,00.

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Referência: 101/SPATE
Processo: 101/SPATE-117
Data: 20/06/2006

- s. A liberação do PM 71/Lisboa – Edifício das Escadarias e a utilização do PM 71/Lisboa – Edifício do Colezinho foram ponderadas também no PMCE2006, prevendo-se, face aos valores de avaliação, a possibilidade de obtenção de € 1.000.000,00, após a sua entrega pelo Exército.
- t. Paralelamente constata-se a necessidade imediata de libertação destes dois prédios militares:
- do PM 71/Lisboa – Edifício do Colezinho, que depende da saída do julgamento do “Processo Casa-Pia”, a decorrer nas futuras instalações da DHCM, para que estes possam ser adaptados para o seu funcionamento;
 - do PM 100/Lisboa – Comando das Escadarias, que depende que sejam realizadas também as necessárias obras de adaptação dos espaços a ocupar pelo núcleo da BIBLEX lá existente.
- u. Para um correcto funcionamento dos serviços da BIBLEX, é conveniente que esta seja estruturada do seguinte modo:
- Zona de acolhimento e informação: Vestíbulo, acesso, bengaleiro-vestiário, quadros de informação;
 - Zona geral: área de informação e de referência, área do fundo geral, área de fundos de livre acesso, áreas de fundos especializados, espaços de apoio e instalações sanitárias;
 - Zona de trabalho: laboratório de trabalho interno, espaço de investigação bibliográfica informatizada, armazéns de material bibliográfico, cofre, espaços para o pessoal, instalações sanitárias;
 - Zonas logísticas: armazém de materiais, estacionamento e zona de carga e descarga.
- v. O programa de instalação da biblioteca no PM 50/Lisboa – Fundação de Canhões de Cima pode ser realizado por partes, sendo necessário que previamente se realizem, apenas, os projectos e as obras referentes a cada um dos núcleos a instalar. Em conformidade o programa poderá prever inicialmente a mudança do núcleo da BIBLEX instalado no PM 100/Lisboa – Comando das Escadarias, e posterior funcionamento da instalação.

INFORMAÇÃO

Elaborado por: **RESERVA**
Assinado: **PAULISTA**
Data: **20/05/2007**

A. CONCLUSÕES

- a. A concentração dos órgãos de cultura militar num Pólo Cultural do Exército está superiormente determinada.
- b. É possível constituir o Pólo Cultural do Exército com a sua instalação confinada aos prédios militares da zona Santa Apolónia – São Vicente – Santa Clara, em Lisboa, designadamente:
- PM 43/ Lisboa – Palácio do Marquês do Lavradio;
 - PM 48/ Lisboa – Fundição de Baixo;
 - PM 50/ Lisboa – Fundição de Canôes de Cima;
- e ainda na zona de Chelas: PM 19/Lisboa – Convento de Chelas.
- c. A libertação dos PM 193/Lisboa – Convento dos Paulistas e PM 71/ Lisboa – Edifício do Colégio só poderá ser realizada após a instalação do núcleo da BIBLEX no PM 50/ Lisboa – Fundição de Canôes de Cima e da DHEM no PM 43/ Lisboa – Palácio do Marquês do Lavradio.
- d. Dos estudos elaborados pela DIE em ligação com os directores da BIBLEX, do MMLISBOA e do AHM, foi possível estimar os custos para renovação do PM 50/Lisboa – Fundição de Canôes de Cima para instalação dos seguintes órgãos do Pólo Cultural do Exército:
- BIBLEX: 2.100.000,00;
 - AHM: 2.400.000,00;
 - Saldo polivalente: € 400.000,00.
- e. O PM 50/Lisboa – Fundição de Canôes de Cima encontra-se em boas condições estruturais, permitindo a sua utilização como espaço sujeito a cargas pesadas. Enquanto se realizam os restantes estudos para a instalação total do Pólo Cultural do Exército, com uma primeira intervenção que é absolutamente necessária, poderá instalar-se a instalação do núcleo da BIBLEX, que se encontra no PM 193/Lisboa – Convento dos Paulistas.
- f. O PM 43/ Lisboa – Palácio do Marquês do Lavradio, de momento apenas se encontra preparado para receber a colecção de cartografia da BIBLEX, a integrar no GEAEM/DIE. O

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Informação n.º 105 / SPATR
Processos: PM 50/Lisboa-21;
G.3.8.12 e G.3.8.13
Data: 26/03/2007

lançamento dos procedimentos para as empreitadas das obras para a instalação da DHCM estão previstos serem lançados após a libertação das instalações pelos serviços do tribunal, que as vão utilizar previsivelmente até ao final do mês de Janeiro de 2007.


6. PROPOSTA

Em face do exposto propõe-se, que sejam:

- a. Aprovada a inclusão de PM 50/Lisboa - Fundição de Canhões de Órma no conjunto de prédios militares necessários para instalar o Polo Cultural do Exército;
- b. Autorizados os desenvolvimento dos estudos para elaboração do Programa de Instalação do Polo Cultural do Exército de acordo com o exposto na presente informação com prioridade para a instalação do núcleo da BIBLEX existente no PM 103/Lisboa - Observatório das Fortificações;
- c. Obtidas as verbas necessárias para a implantação do Polo Cultural do Exército e a finalizadas as suas fontes de financiamento;
- d. Transferido o acervo de cartografia existente na BIBLEX para o GEAEM/DIE.

A consideração e decisão superior.

O Chefe da Secção de Património


José Paulo Ribeiro Berger
TCor Eng

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Informação n.º 703 / SPATR.
Processos: FM 201804-211;
G.3.8.12 e G.3.8.13
Data: 2014/02/07

7
0
7
92

ANEXOS:

- A - PLANTA PARCIAL DE LISBOA COM IMPLANTAÇÃO DOS PRÉDIOS MILITARES LOCALIZADOS NAS IMEDIAÇÕES DA ZONA DO PÓLO CULTURAL DO EXÉRCITO
- B I - PLANTA DE 1856 DA ÁREA HOJE DESTINADA AO PÓLO CULTURAL DO EXÉRCITO (Extraída de Atlas de Carta Topográfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe Folque)
- B II - PÓLO CULTURAL DO EXÉRCITO (Santa Apolónia - São Vicente - Santa Clara)
- C - PÓLO CULTURAL DO EXÉRCITO (parte da ocupação actual do PM 201804-211 - Inscrição de Carta de Ocupação do terreno de 2011 e 2012)

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Informação n.º 105 / SPAR
Processos: PM 50/Lisboa - 21;
G.3.8.12 e G.3.8.13
Data: 26/IAN/07

7/3
12

**ANEXO A – PLANTA PARCIAL DE LISBOA COM
IMPLANTAÇÃO DOS PRÉDIOS MILITARES
LOCALIZADOS NAS IMEDIAÇÕES DA ZONA
DO PÓLO CULTURAL DO EXÉRCITO**



Anexo A

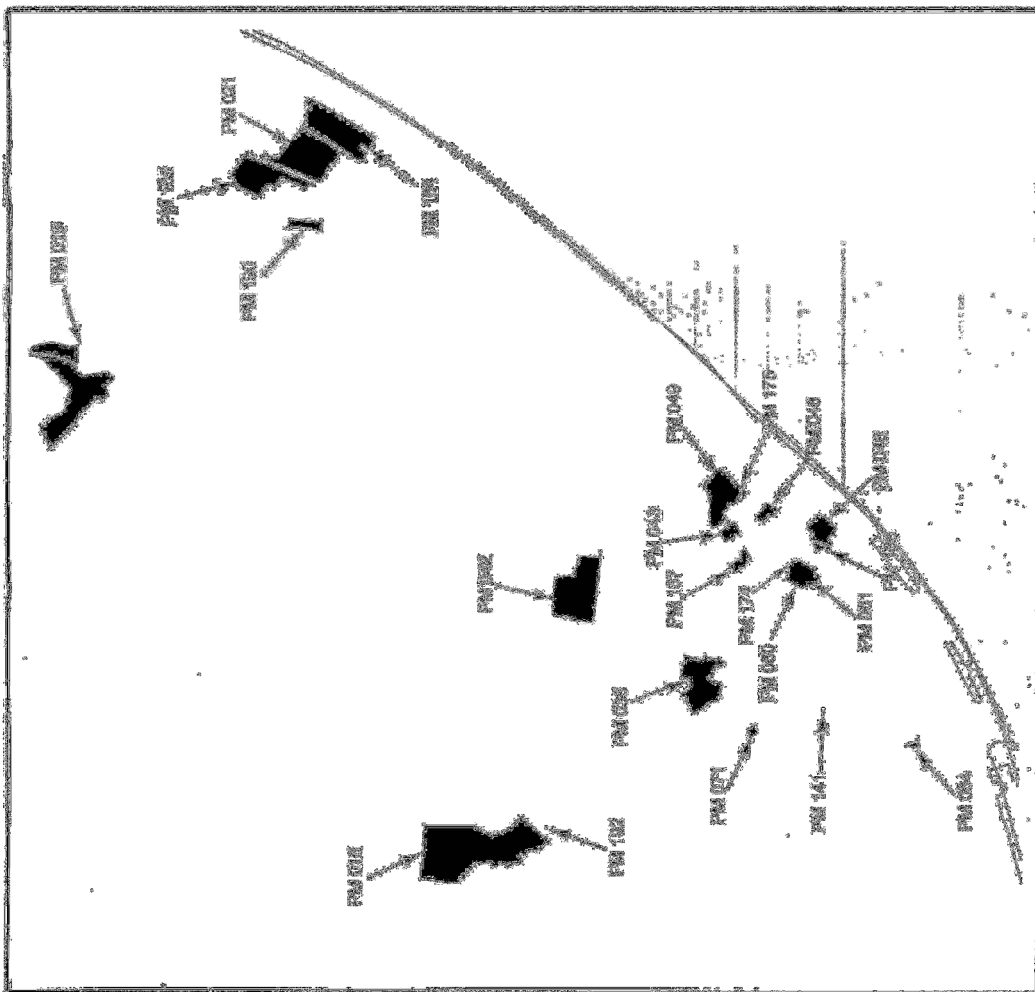
Planta proposta de Lisboa com as
 Implantações das Frotas Militares
 localizadas nas imediações da
 zona do Fado Cultural da Estrela.

73
 74

N.º do PM	Utilizada
PM 016	PM
PM 019	FROTA MILITAR, Paterneiros de Lisboa
PM 021	PM
PM 038	PM
PM 042	PM
PM 043	PM
PM 046	PM
PM 048	PM
PM 049	PM
PM 050	PM
PM 054	PM
PM 071	PM
PM 081	PM
PM 141	PM
PM 157	PM
PM 164	PM
PM 166	PM
PM 174	PM
PM 176	PM
PM 188	PM
PM 190	PM
PM 192	PM



DIREÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS
 Departamento de Planeamento e Gestão de Pastos e
 Agosto 2007



INFORMAÇÃO
CONTINUAÇÃO

Instituição: ICS-PPFITE
Processo: PAF2007/000000-000
G.3.8.12 e G.3.8.13
Data: 26JAN2007

73
R

I - PLANTA DE 1856, DA ÁREA HOJE
DADA AO PÓLO CULTURAL DO
ITO (Extraída do Atlas da Carta
áfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe

Anexo B1

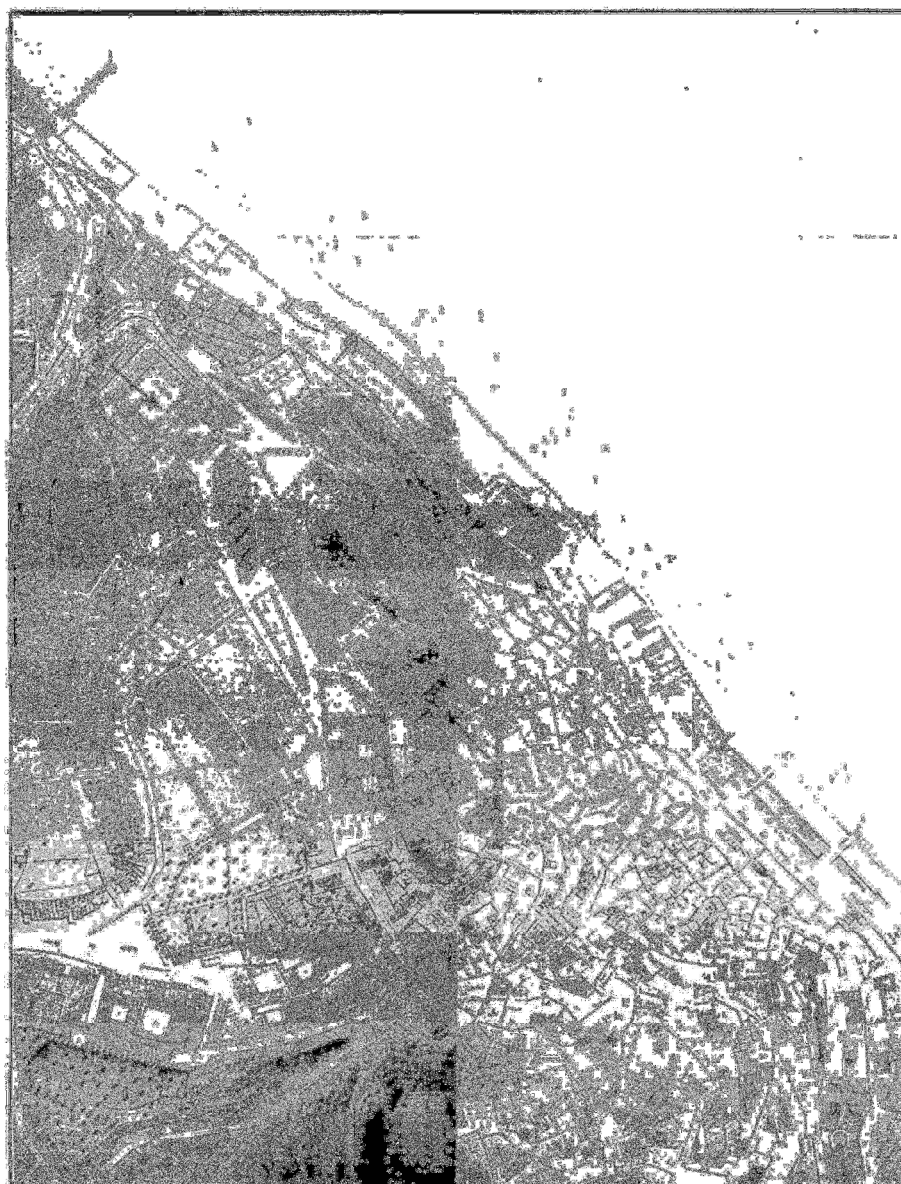


**Planta de 1958, da área
hoje destinada ao
Polo Cultural do Exército.**

*Extrato da Atalaia da Carta Topográfica
de Lisboa, sob a direção de Filipe Folques.*



DIREÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS
População do Planeamento e Gestão da Património
Janeiro 2007



INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Informação n.º 105 / SRATE
Processos: PM 50/Lisboa - 21;
G.3.8.12 e G.3.8.13
Data: 26/11/2007

73
12

**ANEXO B 2 = POLO CULTURAL DO
EXÉRCITO (Santa Apolónia – São Vicente –
Santa Clara)**

EXTERIORES

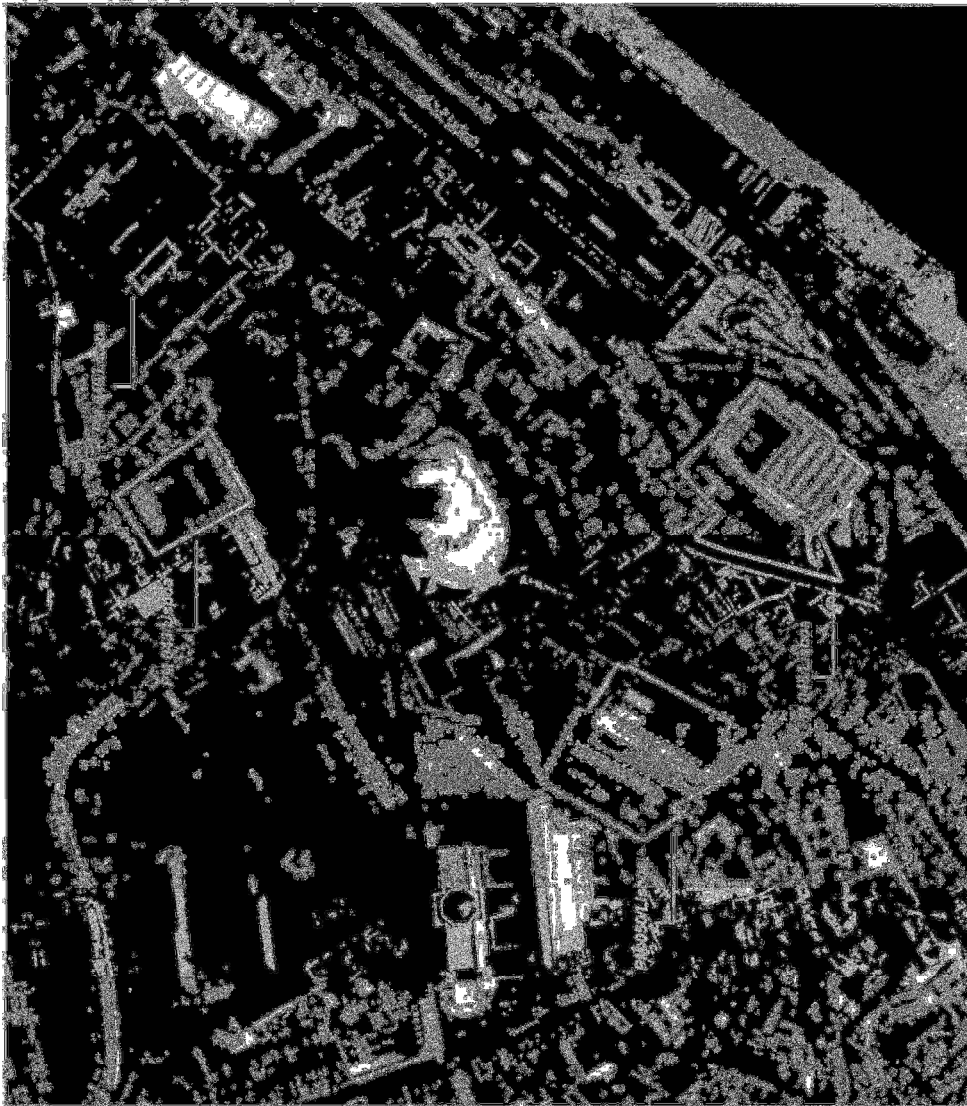
Pág. 15 de 21

Anexo B2

**Polo Cultural
 do Exército**

(Planos: Acórdão - Vila Mariana - Santa Clara)

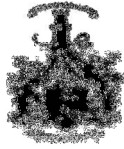
73



Projeto Mitigador	Proposta
PMU Santa Clara "Parque de Santa Clara"	OPCM RECONSTRUÇÃO
PMU Santa Clara "Parque de Santa Clara"	MAJUSCULA
PMU Santa Clara "Parque de Santa Clara"	PLAN SINCRONIZADO MAJUSCULA, opaco Reserva Militar Parque Militar
PMU Santa Clara "Parque de Santa Clara"	Índice Museológico e Arquivo das COFF
PMU Santa Clara "Parque de Santa Clara"	AGE

DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS
 Reparação da Paragem de Referência do Património
 Janeiro 2017

Doc. XVI – Protocolo com a Universidade



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXERCÍCIO DE INVESTIGAÇÃO
COMANDO DE DEFESA
DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

REPARTIÇÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

INFº 316/SPAT
Pº G.3.8./12/13; PM50/Lisboa-22
Data

ASSUNTO: PROTOCOLO COM A UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA (ULL)
PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA

PARTE II

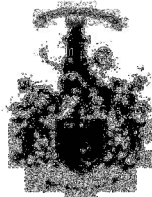
DIRECTOR DA REPARTIÇÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

1. Concorda com o conteúdo especificado das condições e da execução e prazos estabelecidos.
2. O protocolo proposto está em conformidade com os acordos já existentes para este efeito, aliás em conformidade com as condições e prazos estabelecidos em referências de carácter, designadamente, em termos de prazos e de execução e prazos de entrega.

3. A comissão superior

em 26/12/13

GIL ABEL DE ANDRADE RAMOS
COR ENG



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
COMANDO DA LOGÍSTICA

**DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS
UNIDADE DE PLANEAMENTO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO**

Inf. N.º 316/SPAT
Proc.º G3.8.2/12/13, PM50/Lisboa-22
Data 02 MAR 2013

**ACORDO COM A UNIVERSIDADE LISIADA DE LISBOA (ULL)
A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA**

de correio electrónico da ULL (spocas@hotmail.com), de 26/12/REV/2007

de 01/01/2008, com o objectivo de

1 de 01/01/2008, com o objectivo de

de 01/01/2008, com o objectivo de

de 01/01/2008, com o objectivo de

de ULL, de 24 NOV 2006

de 01/01/2008, com o objectivo de

73
12

INFORMAÇÃO

ação do S. Ex.º General CEME a realização de um protocolo entre o Exército
Lusitana de Lisboa (ULL) no âmbito da iniciativa proposta pela referida
a realização de estudos de arquitectura relativos a edifícios que integram o

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Assinatura
Data

Assinatura
Data

que, com os estudantes finalistas de cursos de arquitectura, no âmbito das suas actividades
resolvidas as pendências relativas aos trabalhos de arquitectura relacionados, e que, em
particular, a nível da ULL.

7/7
π

- b. A ULL, defendendo que "a Universidade / a Escola não se limita a ensinar, para
melhor se compreender", considera que os estudos desenvolvidos a partir da simulação de
casos reais constituídos por equipamentos de carácter público, são de particular importância
devido à complexidade que envolvem, constituindo-se, para além de um processo formativo,
numa verdadeira reflexão de carácter valorizante e cultural, necessitando de espaços
dedicados a este fim.
- c. Nesse sentido, sabe que integram o património afecto ao Exército edifícios de inegável valor
histórico e arquitectónico, cuja possibilidade de salvaguarda por parte das entidades a que
se refere esta DGE, não, principalmente, em termos de espaço arquitectónico,
a ULL, uma complexidade programática coordenada ao nível dos equipamentos a que
podrá ser debatida em sede académica, daí podendo resultar também vantagens várias para
os estudos a realizar pelo Exército.
- d. Avaliadas as razões apontadas pela ULL e considerando esta DGE que este tipo de iniciativa
efectivamente poderia trazer algumas vantagens para o Exército, em termos de GABOMG e
GABOMG, assim se documenta em relação à ULL, de que não há qualquer
inconveniente a que se possa considerar para a ULL, os estudos que se realizam no
Pólo Cultural do Exército, cujos edifícios e programas se enquadravam nos pressupostos
requeridos pela ULL.

3. ANÁLISE

- a. Tendo sido aprovada a actuação, que foi aprovada a DGE para GABOMG, pela
comissão de registo de despacho a nível do documento em referência, e também a ULL.

Assinatura
Data (Protocolo ULL/PMO)

Data: 20/11/11

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Inf. N.º 316/SPAT
Proc.º G.3.8.2/12/13; PM50/Lisboa-22
Data: 02MAR2007

73
R

pelos documentos em referência b), foram realizadas reuniões preparatórias entre a ULL e a DIE, onde foram pormenorizados os estudos a realizar.

b. Estes resumem-se ao seguinte: realização de um estudo de simulação da remodelação das instalações para instalação da Biblioteca e do Arquivo Histórico do Exército e ampliação do Museu Militar, que se integram no Polo Cultural do Exército. Este será realizado em três fases:

- Integração do Polo Cultural no contexto envolvente da cidade de Lisboa;
- Instalação da Biblioteca do Exército e do Arquivo Histórico Militar;
- Ampliação do Museu Militar.

c. Destas fases foram identificadas as actividades principais a serem realizadas, que no âmbito da colaboração autorizada, levaram já a FAA/ULL a realizar um pedido específico através do documento em referência a), que foi prontamente disponibilizado. As fases identificadas são as seguintes:

- Definição dos objectivos e deveres entre as duas entidades, com a conveniência de estabelecimento de um protocolo que regule o entendimento entre elas;
- Realização de sessão de apresentação do Polo Cultural do Exército aos alunos do 5.º ano da FAA/ULL (aula que decorreu nas instalações da DIE em 01MAR2007), onde foram fornecidos os conceitos e os programas dos edifícios necessários para o estudo;
- Reconhecimento e levantamento dos desenhos dos PM a serem fornecidos ao Exército, a realizar pelos alunos da FAA/ULL, orientados pelos professores e acompanhados pelos utentes dos respectivos PM;
- Elaboração dos estudos pelos alunos acompanhados e sob a responsabilidade dos professores da FAA/ULL;
- Apreciação parcelar não vinculativa dos estudos a realizar pela DIE;
- Continuação e desenvolvimento dos estudos pelos alunos acompanhados e sob a responsabilidade dos professores da FAA/ULL;

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Inf. Nº 1
Proc.º 03230923-0000/Lisboa-22
Data 02/04/2007

- Apreciação final das actas a realizar exclusivamente pelos professores da FAA/ULL;
- Homenagem e entrega das cópias de DTE de m. Exemplos de parte trabalhos realizados;
- Eventual possibilidade de realização de uma exposição a organizar pela FAA/ULL para apresentação pública dos trabalhos.

d. A conclusão dos estudos a realizar pela DIE, para a implementação do Plano Curricular do Ensino no 1.º Ciclo, designadamente as actividades de avaliação de Ensino, não dependem dos trabalhos dos alunos da FAA/ULL, de sua realização material, como sempre esteve, dependente apenas do trabalho dos técnicos da DIE, de acordo com o planeamento e as prioridades superiormente definidas, não sendo por isso afectados por esta colaboração prestada à FAA/ULL.

e. Os estudos a realizar pelos Alunos da FAA/ULL vão decorrer até Julho do corrente ano e não custarão qualquer verba ao Exército, que deles terá conhecimento, e fará o aproveitamento que entender, se este se justificar.

f. Este processo poderá, eventualmente, ter continuidade pela possibilidade ou necessidade de realização de outros estudos que também tenham por base casos reais e que interessam a ambas as entidades envolvidas nomeadamente das áreas de Ensino e de Avaliação de Ensino, respectivamente.

g. É entendimento desta Direcção de Infra-Estruturas que as tarefas a serem realizadas pelos alunos e professores da FAA/ULL, assim como o apoio solicitado por esta Universidade a ser prestado por várias entidades do Exército, possam tomar as características de uma parceria que podem ser identificados interesses complementares, sendo feita a realização de um protocolo entre o Exército e a Universidade Lusitana de Lisboa, que defina os deveres e as obrigações de ambas as partes envolvidas neste objectivo.

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Ext. N.º 31652AT
Proc.º 03.8372/18; 71450/Lisboa22
Data: 22 MAR 2017

b. Tendo sido enviada a FAA/ULL sobre a necessidade de realização da promoção, com
resultados e nos termos da lei, tendo ambas as entidades em conjunto elaborado a minuta
da proposta que se apresenta nos anexos TL.

4. CONCLUSÕES

- a. As tarefas realizadas pela DIE para responderem ao pedido feito pela FAA/ULL foram
superiormente autorizadas, não implicam custos para o Exército, nem produzem atrasos no
normal funcionamento dos serviços.
- b. Este processo de apoio à FAA/ULL é considerado interessante, deve ser apoiado e encontra-
se no âmbito da promoção de imagem do Exército junto de outras entidades,
designadamente junto da Universidade, universo frequentado por jovens, nomeadamente,
muitos com responsabilidades.
- c. Não sendo possível a realização de um protocolo, justifica-se a elaboração de um protocolo a realizar entre ambas as partes e que, no seu âmbito, regulamentará os deveres
de cada uma delas.
- d. A minuta do referido protocolo deverá ser elaborada de acordo com o estipulado pela
Directiva de S. Ex.º o General CBME para a celebração de protocolos pelo Exército.

5. PROPOSTA

Em face do exposto propõe-se:

- * continuação das actividades de apoio à FAA/ULL;
- * solicitação superior da minuta do protocolo, que se junta em anexo D a
esta informação;

INFORMAÇÃO
(CONTINUAÇÃO)

Inf. N.º 316/SPAT
Proc.º 03.4212/13; PMSO/Lisboa-22
Data: 03/04/2017

- eventual indicação de quem será o representante do Exército para celebrar o acordo.

A consideração e decisão superiores:

O Chefe da Região de Operações

Jose Paulo Ribeiro Berger
T.º Eng.
Jose Paulo Ribeiro Berger
TCor Eng

ANEXOS:

- A - Pedido da FAA/ULL
- B - Proposta da DIE
- C - Autorização de S. Ex.º e General CEME
- D - Minuta do Protocolo de Colaboração entre o Exército e a FAA/ULL

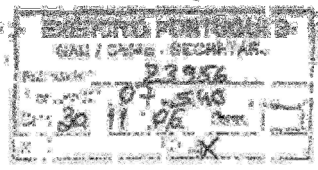
*A Comissão de
Estatuto, 1916*
Adoptado em 1916



UNIVERSIDADE LISBOA DE LISBOA



Exmo. Senhor
Chefe de Gabinete do
Chefe do Estado-Maior do Exército
Avenida Encarnação 1
1400-014 Lisboa



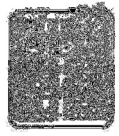
Exmo. Senhor,

O programa de estudos do último ano do curso de Arquitectura da Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusitana de Lisboa centra-se na cidade de Lisboa enquanto campo de estudo e reflexão, com todas as problemáticas inerentes a qualquer metrópole contemporânea.

Aceitando que a Universidade é o lugar onde a profissão se simula para melhor se compreender, os estudos desenvolvidos a partir da simulação de casos reais, constituídos por equipamentos de carácter público, são de particular importância dada a complexidade que envolvem e a possibilidade de estes se virem a constituir como base de reflexões futuras. Neste âmbito, desenvolveram-se nos últimos anos, por exemplo, estudos para a instalação do Museu de Arqueologia no Carmo, para a reestruturação do Hospital de Dona Estefânia, e para o fecho do Palácio Nacional da Ajuda com a instalação do Museu das Jóias da Coroa Portuguesa. Estas iniciativas envolveram desde o início as entidades públicas às quais se encontram afectos aqueles equipamentos, quer ao nível da definição do programa a desenvolver pelos estudantes, quer ao nível da divulgação dos estudos desenvolvidos pelos alunos, geralmente realizada através de exposições abertas ao público nas instalações das próprias instituições envolvidas.

FUNDAÇÃO BENEFA - CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua de Junqueira, 120 e 128 - 1399-001 Lisbon -
Telefone 213 611 800 - Fax 213 636 307
E-mail: info@fundacaobene.pt - http://www.fundacaobene.pt





UNIVERSIDADE LUSITANA DE LISBOA

O desenvolvimento destes estudos acerca da cidade de Lisboa e dos seus equipamentos consistirá, para além do formativo, num património reflexivo de assinalável valor humano e cultural, perspectivando diversos horizontes de futuro.

Neste sentido, reconhecendo que integram o património afecto do Esdrácio Português, edifício de singular valor histórico e arquitectónico, a possibilidade de contacto por parte dos estudantes não apenas um valor formativo, e apresentando o Esdrácio Português uma complexidade programática do nível dos equipamentos que pode, parcialmente, ser debatida em sede académica, vimos manifestar o nosso interesse em desenvolver um estudo, para o ano lectivo que agora se inicia, que envolva património e programa relacionados com a Vossa instituição.

Sendo as terras de Santa Clara, uma das partes do antigo do Alamo em Lisboa, a extensão compreendida entre o Alamo e o Campo de Santa Clara, e que pertencem ao Arcebispo de Lisboa, encarecemos as Vossas saídas com o intuito de solicitar a Vossa instituição.

Em nome do Arcebispo de Lisboa, encarecemos as Vossas saídas com o intuito de solicitar a Vossa instituição.

Lisboa, 20 de Novembro de 1988

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

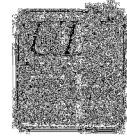
Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa

Arcebispo de Lisboa



R. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
QUARTEL-GENERAL
DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS
REPARTIÇÃO DE PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Fax: 218 815 762
R/C: 218 815 759

Assunto: **DESENVOLVIMENTO DE ESTUDO**

Ref.: a) V/Nota 9676, Pº 07.540, 13 Dez 2006
b) Ofício de 25 Nov 2006 da Universidade Lusada de Lisboa

Relativamente ao assunto em epígrafe, encargo-se o MGen Director de Infra-Estruturas de informar que no seu âmbito de trabalho não vê qualquer inconveniente que se adira à iniciativa proposta pela Universidade Lusada de Lisboa.

Mais me encargo de informar que poderão ser desenvolvidos para este fim os estudos que respeitem ao Pólo Cultural do Exército (Arquivo Histórico Militar, Biblioteca do Exército e Museu Militar) nos prédios militares 48/Lisboa - Fundação de Casilda e 50/Lisboa - Fundação de Clara, edifícios que se enquadraram nos pressupostos requeridos pela Universidade Lusada de Lisboa.

Em conformidade mais me encargo de sugerir que os estudos adoptem as seguintes modalidades:

- Modalidade A - Museu Militar único ocupante do FM 48 / Lisboa; Arquivo Histórico Militar e Biblioteca do Exército no FM 50/Lisboa;
- Modalidade B - Museu Militar e Biblioteca do Exército no FM 48/Lisboa; Arquivo Histórico Militar no FM 50/Lisboa;

O Chefe da Repartição
João Paulo Ribeiro Berger
TCor Eng

Endereço Postal - Campo de Santa Clara - 1149 - 039 LISBOA
Endereço Electrónico - gen@mail.gendm.pt Tel: 218 815 762 Fax 218 815 759

Doc. XVII – Transferência da Biblioteca



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
DIRECÇÃO DE HISTÓRIA E CULTURA MILITAR
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

RPGP/DIE

Entrada 2287/07

DATA 15/01/07

PLANO Y 1150/07

PROVINCIAL	REGIÃO	UNIDADE

17

Para:

DIE

DIE - CRANBÓRDE

DIE - PCE

PM50 - PCE

Nota n.º 37/BibEx, P.º 4.7 de 08FEV07

Assunto: TRANSFERÊNCIA DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO PARA O PM - 50

Referência: Nota n.º 064/ROIS/EM, P.º 00.780 de 30JAN07 do Cmd. Log.

A fim de serem considerados nas actividades de planeamento para a concentração e funcionalização da Biblioteca do Exército, junto se remetem alguns dados de planeamento que se consideraram pertinentes.

Para tal, parte-se do princípio de que a Biblioteca ficará totalmente instalada no espaço respectivo troço recto – cerca de 900 m² – acondicionado em mobiliário próprio para o efeito (estantes compactas). É inaceitável a utilização de estantes abertas ou simples prateleiras de metal ou madeira, por não fornecerem ao acervo qualquer tipo de protecção contra o pó e alguns parasitas.

Considera-se que deverão ser tidos em conta os seguintes aspectos:

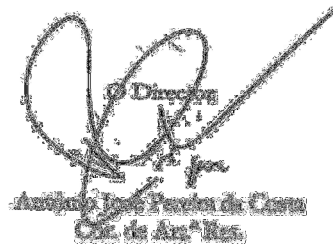


1. De acordo com as directrizes da IFLA-PAC¹, não é possível encontrar condições ambientais que sejam as ideais para todos os tipos de publicações que constituem um acervo. Além disso, haverá que harmonizar aquelas condições com a maior comodidade de consultantes e do pessoal que guarnece a biblioteca. Parece, por isso, aconselhável que permanentemente a temperatura ronde os 20° (±1) e a humidade relativa se situe entre os 55 e os 65%, em todo o espaço a ocupar pela Biblioteca. Já, a publicação "La Organización de la Biblioteca - Recomendaciones para un proyecto integral", atribui resultados muito semelhantes - consistentes áreas de trabalho, não se cênta tanto destes valores.
2. Os (os) depósito(s) de livros para venda, prodér(s) ficar despidos de praticinas de madeira, em virtude de as publicações estarem habitualmente protegidas por plástico. Os armazéns de material (Zona Logística) - depósito de publicações da responsabilidade da DHCM e outras, para venda ou fornecimento gratuito - deverão ficar na cave do Nível 0, onde actualmente está instalada a biblioteca da ex-DAA, que passará para o nível 2. (Ver anexo 1)
3. Os monta-cargas deverão continuar operativos para facilitarem o acesso a partir do pólo que for para o pessoal - em sempre e convenientes - que se para desloca, imediatamente grandes e prodér(s) manutenção(s) de acesso, ditada pela desactivação e extinção das bibliotecas das U/E/C, recepção de legados, etc.
4. Haverá que definir a questão de(s) Zona(s) de acolhimento e informação (geralmente, acesso, trabalho-académico, que(s) de informação) para o pessoal público pelo Espaço de Especialidade de Referência. Numa das áreas ainda a criar-se as instalações académicas, e se aplicar para o pessoal. Se se aplicar por uma zona comum mais alargada, a Biblioteca só começará a "relacionar-se" com os consultantes quando estes entrarem na sua zona de informação e referência, a instalar no sector trapezoidal, da constante na planta em estudo. Esta área, que também incluirá a área de consulta e leitura, nunca deverá alargar-se para além do referido espaço (de planta trapezoidal).
5. O espaço maior e de planta recta - cerca de 900 m² - deverá receber o acesso na maior área que for possível disponibilizar. A área de trabalho interno, corte,

¹ International Federation of Library Associations and Institutions. IFLA Programme on International and Comparative

espaços para investigação (da própria Biblioteca), sendo instalados numa
própria sub-área, necessariamente de dimensões determinadas com parquímetros e
em contacto directo com a zona de informação e referência.

6. No anexo 2 estão expostas algumas condicionantes que poderão ser eventualmente
consideradas no arranjo interior dos espaços disponíveis



O Director
Biblioteca de Lisboa
Avenida José Fátima de Clara
Cruz de Ar.ª Mar.

Lista de Anexos:

- ANEXO 1 – Prioridades a observar na movimentação dos espólios para o PM – 50
ANEXO 2 – Necessidades em Espaços Instalações da BibEx
ANEXO 3 – Requisitos Técnicos e Operacionais para as Dependências da BibEx
ANEXO 4 – Volumes dos Acervos das Diferentes Nôcias da BibEx



1. ANEXOS I (Prioridades a observar na movimentação dos espólios para o PM-50) à nota n.º 37/BibEx F. 4.7 de 03FEV07

Prioridade	Núcleo	Características negativas
1ª	Livraria dos Paulistas	Excentricidade, isolamento e situação física
1ª	Mapoteca (BIBI e ex-DAA)	Péssimas condições de armazenagem
2ª	Sala e Espaço D. Carlos	Más condições de armazenagem
3ª	"Arquivo Mário"	Más condições de armazenagem
4ª	Sala de Leituras do BIBI	Más condições de funcionamento
5ª	ex-DAA	Isolamento e más condições de funcionamento



de
a
Bibli



2. ANEXO I (Necessidades em Espaços para as Instalações da BibEx) à nota n.º 37/BibEx P. 4.7 de 08FEV07

a. A Biblioteca, de acordo com Q.O. que se pretende seja aprovado é servida por 11 pessoas, às quais deveremos acrescentar mais 4 para trabalhos eventuais como o que actualmente se verifica (Projecto "Os Gerais do Exército Português").

b. Dependências Necessárias:

(1). Gabinete do Bibliotecário

(2). Sala administrativa: destinada à realização das tarefas administrativas do dia-a-dia e com o mínimo de intervenção no funcionamento da biblioteca: toda a manutenção; aquisição de livros; controlo de cargas, etc.

(1)

(3). Sala de Investigação: destinada à realização dos trabalhos de investigação, que sejam demandados à biblioteca ou às tarefas inerentes ao funcionamento não ligadas à actividade administrativa;

(4). Sala de Consulta utilizada pelos consulentes para os seus trabalhos.

(5). Salas/Espaços para colocação do acervo: Livros, CD, Dísquetes e DVD, Mapoteca, Fototeca

c. Características das dependências:

(1). Gabinete do Bibliotecário – as habituais de uma sala deste tipo.

(2). Sala administrativa: – as habituais deste tipo de instalação, prevendo-se espaço para 2 – 4 pessoas.

(1)

(3). Sala de Investigação: – sala ampla com espaço para a colocação de, pelo menos, uma mesa de grandes dimensões, destinada ao trabalho em conjunto, com colocação de 2 a 4 postos de trabalho informáticos, livros em grande número e de diversas formatos, gravuras, mapas, etc. Prever a possibilidade de ligação à Internet, e o espaço para o uso de periféricos (scanner, fotocopiadora, etc.).

(4). Sala de Consulta: - sala ampla com espaço para a colocação de, pelo menos, uma mesa de grandes dimensões a utilizar pelos consulentes nos seus trabalhos. Em opção, poderá conter vários postos individuais de trabalho a atribuir a cada um dos consulentes. Pode conter uma parte mais relevante e expressiva do acervo, tanto em livros como em mobiliário. O mobiliário significativo, por mais antigo que equip(e)ou a biblioteca poderá ficar aqui colocado. Deve conter dois postos de trabalho para o pessoal da biblioteca, responsável pelo controlo informático do acervo, requisição/devolução de espécies, etc.



(3): *Atas/Mapas para colação de arcos. Espaço reservado às condições ambientais para o fim a que se destinam. A mapoteca, se se mantiver na H&M, deverá estar dividida em duas áreas: a sala de depósito e a sala de trabalho, onde também podem ser consultados as gravuras e os mapas. Pode haver comunicação permanente entre arcos, desde que o conjunto se possa isolar devidamente. O espaço destinado ao depósito dos suportes electrónicos e magnéticos deve também ter as devidas características ambientais.*



II. ANEXO 3 (Requisitos Técnicos e Operacionais para as dependências da Biblioteca) a ser n.º 3/2018 (P. 47 do BOM) 2018

a. Condições gerais de dependências

Quando se forem feitas as obras de algum modo, deverão ser, em circunstâncias semelhantes, desenhadas em su qualificação técnica. As diferentes dependências da biblioteca deverão ter a luz adequada de actividades que nelas se desenvolvem, nomeadamente na sala dos computadores e de informática.

O mobiliário que actualmente equipa a biblioteca deverá poder ser colocado nas novas salas, com particular realce para as mesas, cujas dimensões as tornam adequadas às tarefas de funcionamento da biblioteca, e as/os estantes/armários/cartórios que começam a ter valor patrimonial considerável, além de terem sido construídos para esta finalidade e a sua utilização poder cumprir o mesmo e conservação do espaço.

O mobiliário da biblioteca dispõe de um mobiliário para escritórios, isto é, que se "instala" em espaços de trabalho. O espaço de trabalho, para a biblioteca, deverá ser semelhante a qualquer outro espaço de trabalho da Fundação de Lisboa. Não se deverá haver que adquirir outros mobiliários e funções, adequadas ao âmbito das obras existentes. Quando se deverá ser utilizado estantes compactos e destinados, por elementos, de acordo com as áreas disponíveis e o acervo a guardar.

b. Especificações das novas dependências

(1) Gabinete de Biblioteca e Sala administrativa -- as condições das duas dependências

(2) Sala de Investigação e Sala de Consulta: dotadas do conforto e ergonomia necessários para o tipo de actividades que nelas se desenvolvem: humidade e temperatura constantes e adequadas, possibilidade de montagem de infra-estruturas necessárias ao apoio informático: mesas, computadores, etc., instalação de computadores, etc.


(3) Salas/Espaços para colocação do acervo: para além das características ambientais já referidas devem poder receber mobiliário de madeira que actualmente equipa os núcleos da biblioteca. Há que salvaguardar a ergonomia do espaço visando poupar o esforço do pessoal da biblioteca na procura, fornecimento e recolocação das obras. Nunca poderá haver livros dispostos em três filas e não é aconselhável que os haja dispostos em duas, em prateleiras ou dentro de armários.

² Os livros devem estar não haverá necessidade de ser colocados nas salas administrativas e vice-versa.

(4) ANEXO 4 (Volume dos Acervos dos Diferentes Núcleos da BibEx) à
nota n.º /BibEx.F. 4.7 de FEV07

Núcleos	Volume do Acervo	Observações
Livraria dos Paulistas	130 m ³	Não permite retirar mobiliário
Mapoteca (HME e ex-DAA)	7 m ³	Admite-se a passagem para a DME e abate à Biblioteca
Sala e Escada D. Carlos	73 m ³	Não permite retirar todo o mobiliário
"Arquivo Morto"	73 m ³	Não permite reutilização mobiliário
Sala de Leitura do HME	114 m ³	Permite a reutilização de alguns mobiliário
ex-DAA	182 m ³	Permite a reutilização de alguns mobiliário

Doc. XVIII – Proposta de Classificação do Palácio do Lavradio



2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa

N.º 1450 Proc.º N.º / Lisboa, 3 de Julho de 1980

Ass. N.º /

Do Sr. CHEFE DA REPARTIÇÃO DO GABINETE DO CHEFE

DI. E. CAC.	DI. PAI. MC.	DI. J. E. L. UFAL
	7460	-731/80
ENTRADA DE		
PROCESSO	80/3(33)	14-180
		006/45


Para conhecimento:

AO SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL/SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA LISBOA

CLASSIFICAÇÃO DO ANTIGO PALÁCIO DOS MARQUESSES DO LAVRADIO
ASSUNTO: EM SANTA CLARA - LISBOA
REFERÊNCIA: Ofício nº.80/3 (31) de 25JUN80-005772 do Presidente do Inst. Port. do Património Cultural/Sec. do Estado da Cultura

Para apreciação de Sua Excelência o General Chefe do Estado Maior do Exército, junto envio a V. Ex.ª a fotocópia do ofício em referência.

O PRESIDENTE



EMANUEL XAVIER FERREIRA COELHO
COR. DE CAV.º

17/07

UPB-10-PAISANA-FORQUIM-1180A

Exmo. Senhor
Presidente do 2º Tribunal Militar
Palácio do Lavradio em Sta. Clara

LISBOA

80/3(81)

Classificação do antigo Palácio dos Marqueses do Lavradio
em Santa Clara, Lisboa

25 JUN. 80-005772


Sobre o assunto em epígrafe, solicito de V. Exa. se
digne determinar uma data para a deslocação do antigo Palácio
dos Marqueses do Lavradio, em Santa Clara, de uma equipa de
Técnicos e fotógrafo deste Instituto, a fim de se proceder à
recolha de fotografias, tendo em vista a sua classificação.


Com os melhores cumprimentos.

A PRESIDENTE,

(*Maria Antónia Correia Gusão*)

LR/CF


PRÉSIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

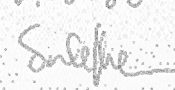
Ao Sr. José Sarmento de
Mato para informar
25-5-80



ASSUNTO:
80/3(21)

INFORMAÇÃO

O Antigo Salinero das freguesias do Jarrais em St^a Clara, não se encontra classificado nem, segundo informações do Sector de Estudos, em via de classificação.


Em face da proposta do Comendador do Arquivo Nacional de Pate Mendes, Pinheiro Rafael Salinas Cabido, parece que assim se deve ser procedido em um dos arquivos desta instituição, em vista da organização do respectivo processo de classificação.

V. B. decisória
27-5-80


Lauro do
28-5-80


Mod. PC-6

000-2


Presidência do Conselho
Secretaria de Estado da Cultura
Direcção-Geral do Património Cultural
Museu Nacional de Arte Antiga

DIRECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

ENTRADA N.º 5460-A 16 MAJ 1980

PROCESSO 80/3(31) ANTONIETA

20-5-80

P 98-16-1
016-6
AA

Exmo. Senhor
Presidente do Instituto Português do
Património Cultural
Edifício da Biblioteca Nacional
Rua Ocidental do Campo grande, 85
1799 LISBOA CODEX

Sua referência: 80/5(6)	Sua comunicação:	Nossa referência: 267/54-M-1
----------------------------	------------------	---------------------------------

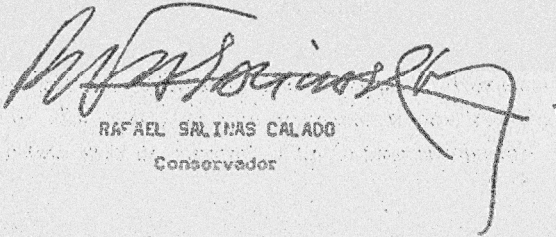
ASSUNTO

Em resposta ao officio suprarreferido iniciámos o serviço de exames aos painéis de azulejos das instalações militares que foram solicitados pelo Exmo. Sr. General Luis Mário do Nascimento, Director do Serviço Histórico-Militar.

Em relação ao antigo palácio dos Marquesses do Lauradio em Sta. Clara, junto envio o relatório que elaborei propondo a V.Exa. a classificação no notável imóvel e peço que transmita este meu parecer à Direcção do serviço Histórico-Militar.

Com os melhores cumprimentos.

Lisboa, 12 de Maio de 1980.


RAFAEL SALINAS CALADO
Conservador

RSC/L



Presidência do Conselho
Secretaria de Estado da Cultura
Direcção-Geral do Património Cultural
Museu Nacional de Arte Antiga

DOC 1

- 1 -

Na companhia do Sr. Coronel Guimarães e da Sra. D. Ana Maria Fiasdeiro, encarregada do restauro do Museu do Azulejo, desloquei-me ao 29 Tribunal Militar instalado no antigo Palácio do Lavradio em Sta. Clara, afim de procedermos ao exame directo dos revestimentos azulejares que se encontram neste notável edificio.

Assim: - O espaço vestibulo da entrada está revestido por silhares de azulejos policromos, recortados, da 2.^a metade do séc. XVIII de muito boa qualidade, de fabrico de Lisboa (muito provavelmente da fábrica "Bica do Sapato") que se encontram bem conservados, patenteando alguns restauros.

São painéis ornamentais de temática "rocaille" com encocheas dos rios em côr de vinho de que sobressaem nas duas paredes fronteiras os escudos de armas dos Almeidas (Avintes e Lavradios) envolvidos pelas desenvolvidas composições rococós recortadas.

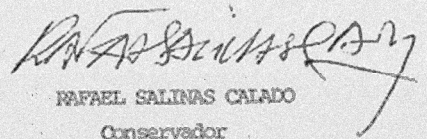
- Segue-se uma esquadria, aberta em dois lances, de espectacular lançamento que se juntam em mais duas a partir dos patins, sublinhados por guarnições de excelente cantaria em calcário da região (tipo Lióz) que deixam panos de parede primorosamente revestidos a azulejos de emoldramento policromo rocaille em cujos centros se desenvolvem cenas galantes sobre paisagens bucólicas. Sobrepe-se-lhes entremado pela moldura de pedra, um silhar reproduzindo em "trompe l'oeil" uma balaustrada de excelente desenho, que continua reproduzindo virtualmente a balaustrada real dos corrimões.

- O vestibulo da sala de audiências, da sala de Instância, encontra-se revestido por um silhar, magnificamente integrado, da 1.^a metade do séc. XVIII, em tons dominante de azul com cercaduras típicas (asa de norcego) e levíssimos apontamentos de côr.


.../...


- A contígua sala de testemunhas ostenta um revestimento azulejar dividida em quadros representando cenas lúdicas de ar livre, jogos e cenas galantes com músicos envolvidos por carcaças duras rocaillé policromas da 2.^a metade do séc. XVIII, de excelente qualidade, fabrico de Lisboa.
- A sala de conferências dos magistrados do Tribunal de Instâncias encontra-se revestida de azulejos policromados do final do séc. XVIII que testemunham o avançado amadurecimento do estilo rocóco em que os enconchados rocaillé de tom vinoso rompem o emolduramento espalhando-se por toda a composição e constituem um notável exemplar ornamental da época. São azulejos de muito boa qualidade, de fabrico de Lisboa muito provavelmente da Real Fábrica do Rato.
- A sala de conferências do Supremo Tribunal Militar é revestida de um silhar de painéis policromados da 2.^a metade do séc. XVIII que testemunham o período do regresso à policromia (com aparecimento de amarelo) em cujas complexas cercaduras estão bem patentes as malhas de grade e as flores com "raspados" do tipo dos fabricos do "Rato".

De uma maneira geral, este magnífico palácio encontra-se muito bem conservado, não só no que diz respeito aos azulejos como a todos os elementos ornamentais dos seus interiores que, atestam a dignidade do que foi a mansão da família Avintes e Lavradio e, a partir de 1640 o Tribunal Militar Português.


RAFAEL SALINAS CALADO
Conservador

Doc. XIX – Proposta de criação da Zona Especial de Protecção do Castelo de São Jorge


Município de Cascais


Instituto Português do Património Arquitectónico
Direcção Regional de Lisboa
Divisão de Salvaguarda

ASSUNTO: ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO CONJUNTA AO CASTELO DE S. JORGE E RESTOS DAS CERCAS DE LISBOA, BAIXA POMBALINA E IMÓVEIS CLASSIFICADOS NA SUA ÁREA ENVOLVENTE.

REQUERENTE: IPPAR
Proc.º DRL-DS/2001/12(2)-17919/12(7) Data: 2006.05.19
Informação n.º 555/DRL-DS/2006
Serviço Administrativo: —

17919

DIRECÇÃO DO IPPAR

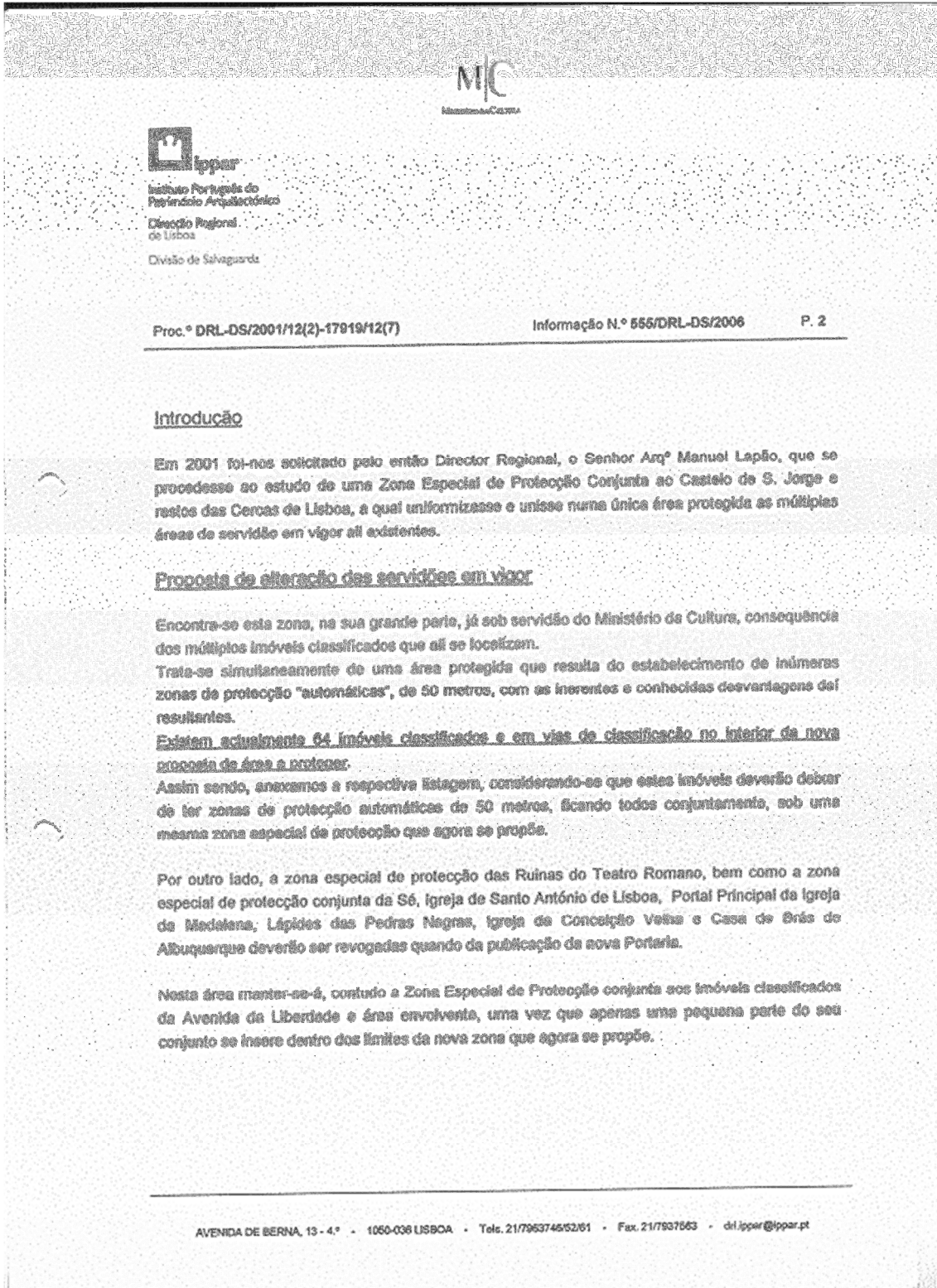
A DRL por categorizar de edifícios assim como de planta antiga, tendo a par a "Baixa Pombalina" já existente "e lis" de classificação


[Signature] 31-8-06
Vice-Presidente


DIRECÇÃO REGIONAL DE LISBOA

*A Consideração Superior
Concedido. Proposto a análise em Conselho Consultivo.
22.8.2006 — nfe*

AVENIDA DE BERNA, 13 - 4.º - 1050-036 LISBOA - Tels. 21/7963746/52/61 - Fax. 21/7937663 - drl.ippar@ippar.pt




Memórias e Cidades


IPPAR
Instituto Português do
Património Arquitectónico
Direcção Regional
de Lisboa
Divisão de Salvaguarda

Proc.º DRL-DS/2001/12(2)-17919/12(7) Informação N.º 555/DRL-DS/2006 P. 3

Alterações em curso na nova delimitação

O processo, cuja instrução já anteriormente se terminara, sofreu recentemente alterações e acertos, tendo em vista a actualização de novos elementos, entre os quais se contam a proposta de redelimitação e reclassificação da Baixa Pombalina que se encontra actualmente em curso no IPPAR.

Tendo sido apresentada no IPPAR uma proposta para ampliação do conjunto classificado da Baixa Pombalina, tomou-se necessário rever os limites já propostos para a "Zona Especial de Protecção Conjunta do Castelo e restos das antigas Cercas, Baixa Pombalina e Imóveis Classificados na sua área envolvente", no seu limite mais ocidental.

Fundamentação

Na elaboração da Proposta de delimitação desta nova Zona Especial de Protecção Conjunta tivemos especial consideração:

- em manter vistas, sobre e a partir do Castelo, sobre e a partir de toda a Baixa Pombalina;
- a união de múltiplos imóveis classificados actualmente rodeados de zonas de protecção de 50 metros que inevitavelmente deixavam pequenas bolsas entre si, sem protecção, dificilmente justificáveis;
- a referência de vestígios ou conhecimento do traçado das antigas cercas de Lisboa;
- a relação das cercas com os diferentes núcleos edificados que as rodeiam, o que levou à inclusão nesta área, de património construído que apresenta características muito diversificadas.

Os Limites

O limite Ocidental, tomou em consideração a proposta de alteração da delimitação do conjunto da Baixa Pombalina. Tomou-se também coincidente com o limite do Bairro Alto, actualmente em vias de classificação e cruzou a Zona Especial de Protecção da Avenida da Liberdade, acima da Praça dos Restauradores, que se considerou de incluir nesta Proposta.

AVENIDA DE BERNÁ, 13 - 4.º - 1000-036 LISBOA - Tels. 21/7963746/82/61 - Fax. 21/7937563 - drl.ippar@ppw.pt



Instituto Português do
Património Arquitectónico

Direcção Regional
de Lisboa

Divisão de Salvaguarda

Proc.º DRL-DS/2001/12(2)-17910/12(7)

Informação N.º 688/DRL-DS/2006

P. 4

No limite oriental/Norte, atendendo ao grande número de imóveis classificados e respectivas zp's ali existentes, julgou-se dever coincidir a zona em estudo com a área classificada do Campo dos Mártires da Pátria, fazendo depois a sua ligação natural até à área envolvente de Santa Engrácia.


A sul tem-se uma faixa ribeirinha, cujo limite é constituído pelo rio na zona que liga o Mercado da Ribeira e Estação do Cais do Sodré à área envolvente de Santa Engrácia.

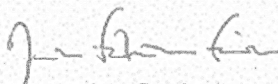
Junta-se, para uma melhor compreensão, uma planta com indicação da ZEP Conjunta em estudo.

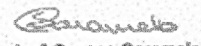
Conclusão

Julga-se de enviar a presente proposta à apreciação do Conselho Consultivo.

A consideração superior,


Arqª Amélia Lordelo
(Assessora principal)


Arqª Fátima Ferreira
(Assessora principal)


Arqª Suzana Caramelo
(Arquitecta)

ÍNDICE

Memória Descritiva

Planta com a proposta da ZEP

Listagem dos imóveis classificados e em vias de classificação ZEP

Caracterização da zona especial de protecção do Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa e da Baixa Pombalina:

- Área 1 – Área entre as muralhas e a igreja da Santa Engrácia.
- Área 2 – Campo de Santa Clara
- Área 3 – Troço visível da Muralha Fernandina, na Esc. Secundária Gil Vicente
- Área 4 – Largo da Graça
- Área 5 – Vista junto do miradouro da Senhora do Monte
- Área 6 – Igreja e Convento da Graça
- Área 7 – Área envolvente ao Palácio dos Condes de Figueira
- Área 8 – Panorâmica sobre o vale da Av. Almirante Reis
- Área 9 – Área envolvente ao Martim Moniz
- Área 10 – Pormenores da área do vale

Caracterização do percurso que limita a proposta inicial da zona especial de protecção:

- Limite da Z.E.P. na área junto a Santa Apolónia e Campo de Santa Clara
- Limite da Z.E.P. na área da Graça
- Limite da Z.E.P. na Rua Damasceno Monteiro, Rua Benfornelos e Rua da Palma
- Limite da Z.E.P. na Calçada do Desterro, Rua de São Lázaro e Ascensor do Lavra
- Limite da Z.E.P. na Av. Liberdade, Ascensor da Glória, R. Misericórdia e Praça Luís de Camões.
- Limite da Z.E.P. na Rua das Chagas, Rua da Atalaia, e Rua das Flores.
- Limite da Z.E.P. na Rua de São Paulo e Largo do Corpo de Deus.

Ampliação da proposta inicial da Z.E.P., na sequência da criação da nova área classificada da Baixa Pombalina

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
 Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

IMÓVEIS CLASSIFICADOS ABRANGIDOS PELA Z.E.P. DO CASTELO DE SÃO JORGE E RESTOS DAS CERCAS DE LISBOA E
 BAIXA POMBALINA

DESIGNAÇÃO	FREGUESIA	LOCAL	NR_DECRETO	ZONA_PROT
Pelourinho de Lisboa	São Nicolau	Largo do Município	M.N., Decreto de 16-6-1910	
Edifício dos Barões de São Paulo	São Paulo	Tv. do Carmo n. 21-25	I.I.P., Decreto N.2882 de 28-2	
Palácio das Chagas (dois tectos)	São Paulo	Rua das Chagas n.35	I.I.P., Decreto N.47984 de 6-10-1967	
Igreja de Santa Engrácia, Panteão Nacional	São Vicente de Fora	Campo de Santa Clara	M.N., Decreto de 16-6-1910; Decreto N.251/70 de 3-6	
Igreja de São Vicente de Fora	São Vicente de Fora	Largo de São Vicente	M.N., Decreto de 16-6-1910	
Paço de São Vicente (não abrange a cerca)	São Vicente de Fora	Largo de São Vicente e Rua Voz do Operário	I.I.P., Decreto N.33587 de 27-3-1944	
Casa dos Bicos	Se	Rua dos Bealheiros, n.10 a 10 ^F com frente para a Rua Afonso de Albuquerque N.º 9 e 11	M.N., Decreto de 16-6-1910	Z.E.P., D.G., 2.ª Série, N.213 de 11-9-1961
Igreja de Santo António de Lisboa	Se	Largo de Santo António da Se	M.N., Decreto N.19464 de 18-3-1931	Z.E.P., D.G., 2.ª Série, N.213 de 11-9-1961
Ruínas do Teatro Romano	Se	Rua de São Martinho ao Caldas n.3 e 3B	I.I.P., Decreto N.47984 de 6-10-1967	Z.E.P., D.G., 2.ª Série, N.71 de 25-3-1969
Se de Lisboa	Se	Largo da Se	M.N., Decreto de 10-1-1907, publicado a 17-1-1907; Decreto de 16-6-1910	Z.E.P., D.G., 2.ª Série, N.213 de 11-9-1961
Colégio das Meninas Órfãs	Socorro	Rua da Mouraria, n.84	I.I.P., Decreto N.1886 de 3-1	
Igreja do Menino de Deus	Socorro	Largo do Menino de Deus	M.N., Decreto N.5046 de 30-11-1918, publicado a 11-12-1918	
Aqueduto das Águas Livres			M.N., Decreto de 16-6-1910, Decreto 5/2002 de 19-2	Z.E.P., D.R., N.1000 de 07-09-95 e N.1092 de 06-09-95

Nota Prévia

As Fichas de Inventário que a seguir se apresentam, tiveram como base de trabalho as Fichas de Inventário do SIPA possível de aceder em Monumentos.pt. As mesmas resultaram do cruzamento de dados efectuado ao longo da investigação.

ÍNDICE DE FICHAS DE INVENTÁRIO

Ficha de Inventário nº 1 – Igreja/ Mosteiro de S. Vicente de Fora	121
Ficha de Inventário nº 2 – Panteão Nacional	136
Ficha de Inventário nº 3 – Conventinho do Desagravo	152
Ficha de Inventário nº 4 – Hospital da Marinha	158
Ficha de Inventário nº 5 - Palácio dos Condes de Resende	169
Ficha de Inventário nº 6 – Palácio dos Marqueses do Lavradio	174
Ficha de Inventário nº 7 – Palácio dos Condes de Barbacena	180
Ficha de Inventário nº 8 – Palácio Sinel de Cordes	185
Ficha de Inventário nº 9 – N° 125 do Campo de Santa Clara	188
Ficha de Inventário nº 10 – Fundação de Cima	192
Ficha de Inventário nº 11 – Fábrica OGFE / Convento de Santa Clara	197
Ficha de Inventário nº 12 – Mercado de Santa Clara	203
Ficha de Inventário nº 13 – Jardim Botto Machado	212
Ficha de Inventário nº 14 – Feira da Ladra	215

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 1 – Igreja / Mosteiro de S. Vicente de Fora

Identificação

Designação: Igreja / Mosteiro de S. Vicente de Fora

Outras Designações: Mosteiro de São Vicente de Fora

Categoria/ Tipologia: Arquitectura Religiosa



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Largo de São Vicente/ Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XVI, XVII, XVIII, XIX

Arquitecto/Construtor/Autor/Artistas:

Arquitectos:

Séc. XVI: Baltazar Álvares; Filippo Terzi; Leonardo Turriano.

Séc. XVII: Diogo Pais; Francisco da Silva; João Nunes Tinoco; Luís Nunes Tinoco; Pedro Nunes Tinoco; Teodósio de Frias.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Séc.XVIII: João Frederico Ludovice; Mateus Vicente de Oliveira.

Séc. XIX: José da Costa Sequeira (Panteão da Casa de Bragança); José Maria Nepumoceno; José da Costa Sequeira (Panteão da Casa de Bragança).

Arquitecto Paisagista: Séc. XX: Gonçalo Ribeiro Telles (pátio das laranjeiras).

Escultor: Claude Laparde (escultor da sacristia) (séc. XVII).

Ourives: André Fernandes (1631).

Pedreiro: António Victorino de Freitas (1764).

Pintor: Vincenzo Baccarelli (séc. XVIII).



Vista Geral da Igreja S. Vicente de Fora (monumentos.pt)

Descrição Histórico-Artística:

A Igreja e o Mosteiro de São Vicente de Fora erguem-se na colina oriental da cidade de Lisboa. Assentam no local onde, em 1147, D. Afonso Henriques terá mandado instituir uma igreja em honra de S. Vicente e em agradecimento da vitoriosa conquista de Lisboa aos Mouros, símbolo da refundação cristã da cidade, a qual se tornou ao longo dos anos numa das mais importantes casas conventuais de Lisboa. A Igreja e Mosteiro foram entregues aos cónegos regrantes de Santo Agostinho. Desta primitiva igreja nada resta,

sendo apenas possível através da imagem, de Georgio Braunio, sobre a cidade descortinar que a referida igreja tinha características românicas, ao estilo da época. Apesar das vastas obras de reparação e alteração estrutural de fundo levadas a cabo no reinado de D. João III, data do reinado de Filipe I a iniciativa de construir de raiz os edifícios da igreja e do mosteiro, numa acção em que o monarca "*refazia o gesto fundacional de Afonso Henriques, sobretudo como gesto primeiro de um novo dinastia e de um novo mecenas*".¹

Pela falta de documentação comprovativa encontra-se a autoria da traça da Igreja envolta em acesa polémica embora "(...)nos últimos anos seja consensual que as grandes figuras de destaque da reforma vicentina sejam os arquitectos Juan de Herrera e Filipe Terzi."² Muitos outros arquitectos contribuíram de forma mais ou menos relevante na obra de São Vicente de Fora, tal é o caso do "*arquitecto português Baltazar Álvares, que dirigiu as obras entre 1597 e 1624, e a quem se aponta a composição da fachada. (...) Adaptando a tradição do Maneirismo romano às tradições arquitectónicas portuguesas, o seu modelo constituiu-se como uma das géneses do estilo chão, marcando em definitivo a arquitectura maneirista, em Portugal e em todo o mundo português, durante o século XVII.*"³

Exterior:

A fachada principal de três corpos é servida de imponente escadaria. Os três corpos prolongados por torreões e dois andares separados por entablamento com cornija saliente, estão assentes sobre dez pilastras com capitéis dóricos. Na parte central rasgam-se três portões de volta perfeita. A fachada está ornamentada por vários nichos com esculturas e janelas, os quais se dispõem harmoniosamente e simetricamente pelos vários corpos da fachada principal. Sobre os portões de acesso encontram-se três nichos que guardam as figuras imponentes de São Vicente (à esquerda), de Santo Agostinho (ao centro) e de São Sebastião (à direita). Nos corpos laterais, mais dois nichos com as figuras de Santo António (à esquerda) e de São Domingos de Gusmão (à direita). No andar de superior, nos corpos laterais, encontram-se outros dois nichos com São Norberto (à esquerda) e São Bruno (à direita). As proporções quadrangulares da fachada

¹ "*Mosteiro de São Vicente*" in Ficha de Inventário do Património Imóvel, IGESPAR, I.P.

² Idem, *Ibidem*.

³ Ficha de Inventário do Património Imóvel, Op. Cit.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

rematada por balaustrada e coruchéus, são quebradas pelo surgimento de dois torreões sineiros no prolongamento dos eixos laterais. Anexa à fachada sul da igreja está inserida a casa conventual, que se eleva apenas até meia altura da igreja. A casa detém uma longa fiada de janelas de gradeamento seiscentista e uma porta, com uma rica moldura constituída por pilastras rematadas por acrotérios que enquadram uma janela, sobrepojada pelas armas reais, de acesso às dependências calaustrais.⁴



Fachada Principal da Igreja de S. Vicente de Fora (Fotografia de Autor)

Interior:

No interior a igreja é composta por planta longitudinal em cruz latina, de nave única, seis capelas laterais, transepto inscrito e capela-mor com retrocoro. Reveste-se de cantaria e é decorada de mármore de várias tonalidades. A nave e a capela-mor são cobertas por abóbadas de berço decoradas de caixotões relevados, emolduradas por uma cornija saliente apoiada em quatro pares de pilastras caneladas e capitéis decorados com a emblemática dos oragos. “A capela-mor toda de mármore, (...) foi enriquecida por D. João V com um aparatoso altar barroco, colocado sob alto baldaquino, assente em quatro fortes culunas; ostenta dupla face, uma votada para o corpo da igreja, e outra para o corpo dos cónegos”⁵ A estatuária que a ornamenta é composta por esculturas de madeira em tamanho natural e pintadas de branco, do lado do Evangelho: São José, Santo Agostinho, Santa Mónica e São Vicente; do lado da Epístola a Virgem, São

⁴ “Igreja e Mosteiro de São Vicente de Fora” in MOITA, Irisalva, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, 2º Tomo, Lisboa, 1973, pp. 165-175.

⁵ MOITA, Irisalva, *Op. Cit.*, 1973, p. 172.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Teotónio, São Frutuoso e São Sebastião. No coro dos cónegos evidenciam-se o órgão revestido a talha dourada da 1ª metade de setecentos e o cadeiral, de pau-santo, de 3 faces em 2 ordens. Sobre o cruzeiro ergue-se uma cúpula. A transição entre a nave e o transepto é feita por três degraus e uma balaustrada de mármore.



Vista Interior da Igreja de S. Vicente de Fora (Fotografia de Autor)

Mosteiro:

De planta formada por volumes articulados e coberturas a 4 águas. No alçado principal, de corpo único e um só andar, evidencia-se o portal em arco de volta inteira, de configuração seiscentista, ladeado por 2 pares de pilastras caneladas, que findam em acrotérios e assim se unem com uma janela de sacada coroada por uma pedra de armas do reino. Do lado direito do portal, seguem-se idênticas janelas, em número de 4. Do lado esquerdo surge um nicho com a imagem de pedra de Santo Onofre, medalhões e capitéis decorados com a emblemática de São Sebastião e de São Vicente. O acesso ao claustro pode ser feito por este portal ou pelo interior da igreja. Antes de se chegar ao claustro passa-se pela sala da Portaria que é de forma quadrangular, cujo tecto apresenta uma composição que representa o Triunfo da Igreja contra os Manicheus, obra de Vicente Baccarelli, datada de 1710. Nas paredes “(...)a teia, das mais ricas de Lisboa, de embrechados policromos com balaustrada torneada em pau-santo; e, por último, os altos alizares de azulejos joaninos, a azul e branco, representando cenas relacionadas

com a fundação do Mosteiro, considerados dos melhores espécimes que se fabricaram em Portugal.”⁶

“O Claustro de S. Vicente (séculos XVII-XVIII), rectangular – denominad simétricos correspondentes a dois corpos, dos quais o do lado Poente, primeiro à entrada, assenta onde existiu a primitiva claustra afonsina - é o maior recinto claustral dos edifícios conventuais de Lisboa”⁷ As paredes do claustro são revestidas de silhares de azulejos da primeira metade do século XVIII, que representam passos das fábulas de La Fontaine, paisagens campestres, marítimas, e cenas palacianas. Tem uma cobertura de abobadilha de quatro nervuras e o pavimento coberto de lajes sepulcrais. A Sacristia, que se situa entre os dois claustros, é de forma rectangular, revestida de mármore policromos, ostentando no tecto uma composição pictórica de autor desconhecido. *“Outras dependências conventuais, com acesso a partir dos claustros, apresentam silhares de azulejos azuis e brancos do período joanino, sendo de realçar a composição dos alizares das escadarias que levam à torre e aos antigos Paços episcopais, bem como um painel de azulejos representando um cortejo episcopal, nos terraços do patamar dos claustros. D. Fernando de Saxe-Coburgo mandou instalar no antigo refeitório dos monges o Panteão da Casa de Bragança para onde foram transferidos os túmulos que se encontravam junto da capela-mor.”⁸*

Curiosidades:

Na Época Moderna dá-se conta da existência de 3 catálogos bibliográficos, relativos aos séculos XVIII e XIX⁹, com cerca de 7.000 obras inventariadas nas categorias de Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História, Belas Letras, Astronomia, Física, Farmacopeia, com predominância para as obras de carácter religioso. (Alguns dos quais se encontram, hoje, à guarda da Biblioteca Nacional, outros no Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

⁶ MOITA, Irisalva, Op. Cit., 1973, p. 173.

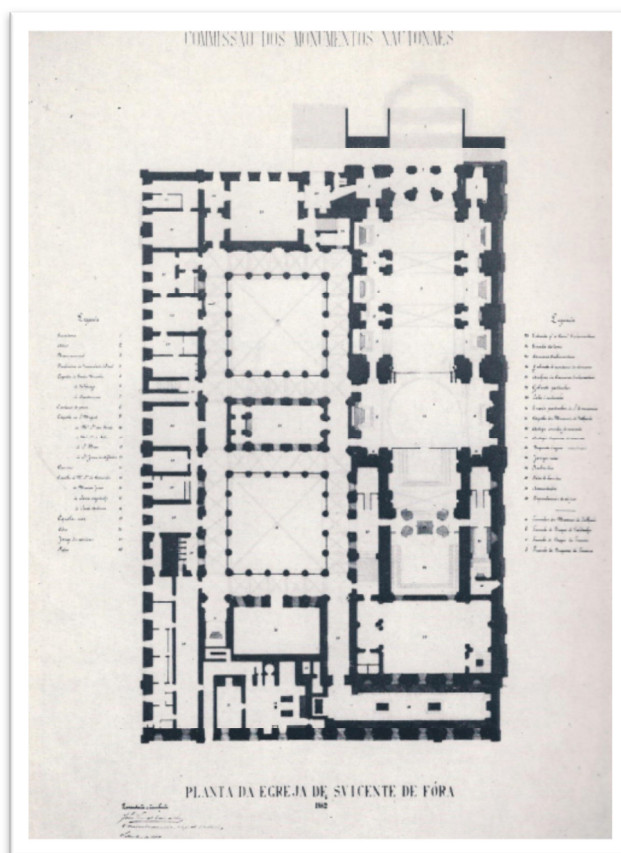
⁷ ARAÚJO, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1944, p. 67.

⁸ “*Igreja e Mosteiro de São Vicente de Fora / Paço Patriarcal de São Vicente*”, in *Inventário de Património N° PT031106510059* do IPA – Monumentos.pt.

⁹ BNP – Códices 7400, 7402 e 7405.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

O século XX possibilitou realizarem-se escavações arqueológicas, no ossário e na lixeira, as quais deram a conhecer hábitos e costumes dos monges de S. Vicente.



Planta da Igreja de S. Vicente de Fora (SEGURADO, Jorge)

Cronologia:

1147 - D. Afonso Henriques lança a primeira pedra da igreja e mosteiro que viria a ser consagrada à Virgem Maria e a S. Vicente;

1173 - São depositadas na igreja parte das relíquias do Santo Mártir.

Séc. XII - Instituição de um hospital-albergaria nas instalações do mosteiro.

Séc. XIII- Instituição de biblioteca e escola monástica nas instalações do mosteiro.

1425 - Mosteiro recebe a dádiva régia de 3 relicários de prata, uma noz moscada encastoadada em prata, uma cruz de prata, jaspe, arqueta de prata, cristal, azeviche, rédeas de cavalo e outros bens;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1539 - Obras de beneficiação e restauro ordenadas por D. João III, são-lhe destinadas, pelo Cardeal D. Henrique, uma terça das esmolas da igreja;

1552 - O Mosteiro conta 60 frades e 10 criados e dispunha de uma renda de 3000 cruzados;

1582 - Por vontade de Felipe II é feita a demolição do primitivo edifício e o lançamento da 1ª pedra para edificação de uma nova igreja, segundo projecto de Filippo Terzi, que contou com a colaboração de Herrera. A obra é iniciada por Leonardo Torriano, Baltazar Alvares. Felipe II consagra a nova igreja a S. Vicente e a S. Sebastião, mandando aproveitar os materiais da, então iniciada e não concluída, igreja de S. Sebastião, nos Paços da Ribeira;

Séc. XVII- Trabalha na obra o arquitecto Francisco da Silva;

1605 - Realiza-se a cerimónia solene de transferência do Santíssimo Sacramento da igreja velha para a nova;

1608 - Construção do retábulo do coro e dos confessionários, conforme projecto do arquitecto Teodósio de Frias, que acompanhou as obras;

1624 - Pedro Nunes Tinoco substitui Baltazar Álvares como mestre principal;

1629, 28 Agosto - Inaugurado o templo com importantes festejos e celebrada a 1ª missa;

1631 - Execução de um cofre-eucarístico pelo ourives André Fernandes;

1641 - Nomeação de João Nunes Tinoco como mestre de obras do Mosteiro, em substituição de Pedro Nunes Tinoco;

1690 - Nomeação do mestre das obras do Mosteiro Luís Nunes Tinoco;

1698 - Construção do altar, revestido de embrechados de mármore policromos;

1710 - Pintura mural do tecto da portaria pelo italiano Vincenzo Baccarelli;

1716 - Concluída a sacristia;

1720 - João Frederico Ludovice é nomeado mestre-de-obras do Mosteiro, por D. João V;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1755, 01 Novembro - O terramoto causa vários danos, designadamente a destruição do zimbório;

1764 - O prior do Mosteiro pede ao mestre pedreiro António Victorino de Freitas que remova o entulho que ficara da obra do muro da clausura, que confina com a Travessa da Verónica; 20 Julho - Mateus Vicente de Oliveira verifica se o muro ficou bem construído, conforme ordem do Senado, por se encontrar a cair para a Travessa;

1773 - A Patriarcal é instalada em São Vicente de Fora devido às obras na Sé, onde se manteve 20 anos; os religiosos foram então para Mafra;

1792 - Regresso dos cónegos regrantes de Stº Agostinho;

1793 - Restabelecimento das Reais Escolas de S. Vicente;

Séc. XVIII, final - Execução do presépio por Joaquim José de Barros (arrecadado no Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra, possuindo, em primeiro plano, a representação da "Adoração dos Pastores".);

1796 - Restauro das pinturas do tecto da portaria por Manuel da Costa;

1834 - Na sequência da expulsão das ordens religiosas, a zona conventual é transformada em paço episcopal;

Séc. XIX- Instalação do Panteão da Casa de Bragança no antigo refeitório dos monges, por ordem de D. Fernando de Saxe-Coburgo; obras de restauro por José Maria Nepomuceno;

1895 - Obras de restauro (reconstrução do zimbório);

1910 - Classificação como Monumento Nacional, Dec.-Lei 16-06-1910, DG nº 136, de 23-06-1910;

Séc. XX, década de 40 - Ocupação de parte do Mosteiro pelo Liceu Gil Vicente;

1952 - Adaptação da antiga sala do Capítulo a Panteão dos Patriarcas;

Séc. XX - Tendo em vista a instalação do arquivo histórico e da biblioteca do Patriarcado de Lisboa, sofreu o mosteiro, na década de 80, sob a orientação do Arqº Jorge de Brito e Abreu, obras de beneficiação.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1995 - Execução de um projecto de arquitectura paisagista do pátio de entrada (das Laranjeiras) e posterior execução;

1992 - A igreja foi afectada ao Instituto Português do Património Arquitectónico, por DL nº 106F;

1999 - Elaboração da Carta de Risco do imóvel pela DGEMN;

2006 - Proposta da DRL para a Zep conjunta do castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa, Baixa Pombalina e imóveis classificados na sua área envolvente;

2009 – Por Portaria nº 829/2009, DR, 2ª. Série, nº 163 de 24 de Agosto de 2009 foi feita a afectação do Patriarcado de Lisboa (Mosteiro) à DRLVT;

2009 - Por Decreto do Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa, foi criado o Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa que passa a ter o estatuto de Departamento da Cúria Diocesana.

2010 - Encerramento da Igreja ao culto, para obras de restauro.

2011 - Reabertura da Igreja ao culto realizada na solenidade litúrgica do Mártir São Vicente.

2011 - Parecer do SPA do CNC a propor o arquivamento;

2011 - Despacho do Director do IGESPAR, I.P. a concordar com o parecer e devolver o processo à DRCLVT para apresentar propostas de ZEP individuais, ou conjuntas nos casos em que tal se justifique;

Intervenções:

DGEMN:

1932 / 1937 - Completa remodelação do Panteão real;

1944 - Reparação das coberturas da igreja;

1945 - Construção e assentamento da caixilharia dos claustros. Reparação dos telhados da igreja, picagem de paredes;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1951 - Trabalhos diversos de pintura e construção civil (igreja). Construção e assentamento de um túmulo em mármore no Panteão Real;

1952 / 1953 - Obras diversas no convento, adaptação da antiga sala do Capítulo a Panteão dos Patriarcas;

1954 / 1955 - Igreja: substituição de vidros, limpeza da clarabóia, reparação da instalação eléctrica. Obras diversas no Panteão Real;

1955 - Reparação dos telhados da sacristia;

1956 / 1957 - Trabalhos de reparação no órgão por João Sampaio e Filhos;

1957 - Reparação das fachadas da igreja; restauro do órgão pelo francês Jean Guillou;

1959 - Reparação eléctrica da igreja (instalação provisória);

1960 - Reparações diversas na cerca do convento;

1961 - Reparação da instalação eléctrica da igreja;

1962 - Reparação geral dos telhados;

1963 / 1964 - Obras gerais de conservação;

1965 / 1967 - Obras diversas de conservação interior e exterior; obras de conservação do Panteão da Dinastia de Bragança;

1966 - Reparação da instalação eléctrica da igreja;

1967 - Reparação da fachada s. da igreja;

1970 / 1971 / 1972 / 1973 - Obras diversas de conservação e restauro;

1973 / 1978 - Trabalhos de conservação geral: Sala do Capítulo, fachada principal, caixilhos, gradeamentos, rebocos exteriores, cantarias dos terraços, canalizações, protecção do órgão, construção de cintas de travamento em betão armado, coberturas, clarabóias, limpeza de cantarias, substituição da cobertura da cúpula da igreja;

1982 - Reparação do órgão, revisão de coberturas e impermeabilização de terraços;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1983 - Consolidação das estruturas e reparação da instalação eléctrica, desobstrução do ramal de esgotos e reposição de pavimento de betão betuminoso;

1984 - Restauro da abóbada da portaria e beneficiações diversas;

1985 - Trabalhos estruturais no 2º piso, beneficiação da instalação eléctrica, beneficiação da rede de águas, esgotos, algerozes e escoamento de águas pluviais, recuperação do corredor e salas dos 3º e 4º pisos;

1985 - Trabalhos estruturais no 2º piso, beneficiação da instalação eléctrica, recuperação da pintura do tecto da portaria, beneficiação da rede de águas, esgotos, algerozes e escoamento de águas pluviais, recuperação do corredor e salas dos 3º e 4º pisos; IJF: recuperação da pintura do tecto da portaria;

1986 - Obras de consolidação da balaustrada e corochéus, recuperação azulejar, instalação eléctrica na capela da Mãe de Santo António e nas escadas dos Patriarcados, Portarias Nobres, Salas de Biblioteca e obras de recuperação;

1988 / 1989 - Recuperação de interiores no 1º pavimento, obras de beneficiação nas salas do 2º, 3º e 4º pisos;

1991 - Beneficiação dos terraços, do claustro e da instalação eléctrica, construção de escadas de ligação do 1º ao 2º piso;

1992 - Recuperação de interiores e instalação eléctrica da igreja;

1992 / 1993 / 1994 - Obras de restauro das antigas dependências conventuais; recuperação de arcazes e armários da sacristia, teia da portaria e portas diversas; limpeza e assentamento de azulejos; recuperação de telas pintadas a óleo no tecto e retábulo da sacristia e portaria;

IPPAR:

1995 / 1997 - Impermeabilização do terraço da igreja e outras beneficiações;

DGEMN:

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1995 - Reparação da cobertura do claustro, reconstrução do pavimento da sacristia, ampliação da casa do guarda, construção dos jardins S. e da entrada nascente e obras de recuperação;

1997 - Conclusão da construção dos jardins e da casa do guarda; obras de beneficiação nos pisos 2 e 3; reabilitação do último piso da ala E., onde funcionou um liceu;

1998 - Beneficiação dos muros; plantações de árvores e arbustos; recuperação parcial dos pisos 2 e 3;

1998 / 1999 / 2000 - Recuperação dos pisos 1 e 4, obras de beneficiação no piso 2 e instalação eléctrica na Sacristia; recuperação do claustro;

1999 / 2000 - Beneficiação das fachadas e do piso 3;

2000 - Fornecimento de vitrines para mostra do Espólio Arqueológico e Exposição " A Igreja Lisbonense e os Patriarcas ";

2001 / 2002 - Remodelação das infraestruturas na ala E. do terceiro piso; melhoramento da acústica e iluminação do Salão Nobre;

IPPAR:

2002 - Conclusão da remodelação das áreas afectas ao Patriarcado de Lisboa, com trabalhos de construção civil e redes de infraestruturas na ala nascente do piso 3 e melhoramento da acústica e iluminação do Salão Nobre;

DGEMN:

2003 - Reforma da rede de drenagem das águas pluviais dos dois claustros;

2004 - Impermeabilização das caleiras dos claustros;

2005 - Beneficiação das fachadas do mosteiro, com limpeza e consolidação dos elementos de cantaria e arranjo dos portões de ferro.¹⁰

2009 - Obras de restauro na Igreja e Mosteiro.

¹⁰ Inventário de Património, www.monumentos.pt, Op. Cit.

Estado de Conservação: Bom

Utilização Inicial: Religiosa: Igreja e Mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho

Utilização Actual: Religiosa: igreja paroquial / Residencial: paço episcopal / Funerária: panteão

Propriedade: Pública: estatal

Afectação: DRC LVT, Portaria nº 829/2009, DR, 2ª. Série, nº 163 de 24 de Agosto de 2009 / Patriarcado de Lisboa (Mosteiro)

Protecção

Situação Actual: Classificado como Monumento Nacional

Tipo de Protecção: ZP – Zona de Protecção (50 m)

Decreto: MN Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910 (Igreja); IIP, Dec. nº 33 587, DG 63 de 27 Março 1944 (Paço de São Vicente / Mosteiro de São Vicente não abrangendo a cerca anexa).

Inventário IPA: Monumento (IHRU), IPA Nº: **PT031106510059**;

Câmara Municipal de Lisboa, Inventário do Plano Director Municipal: 51.10 - Mosteiro de S. Vicente de Fora, incluindo o Arco Grande de S. Vicente / Largo de S. Vicente; Arco Grande de Cima, 182

- Igreja de S. Vicente de Fora: ver 51.10 (MN)

- Paço de S. Vicente: ver 51.10 (IIP)

Bibliografia

“*Igreja de São Vicente de Fora*” in Ficha de Inventário do Património Imóvel do IGESPAR, I.P (Dezembro 2011); “*Igreja e Mosteiro de São Vicente de Fora / Paço Patriarcal de São Vicente de Fora*” in Ficha de Inventário Nº PT031106510059 (IPA,

Monumentos.pt, Dezembro 2011); BARBOSA, Inácio de Vilhena, “*Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito) – Mosteiro de S. Vicente de Fora*””, in *Archivo Pittoresco*, Tomo VI, Lisboa, 1863; MOITA, Irisalva, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, 1º e 2º Tomo, Lisboa, 1973; SALDANHA, Sandra Costa (dir.), *O Mosteiro de S. Vicente de Fora – Arte e História*, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, Lisboa, 2010; ABREU, Jorge Brito e, A Intervenção, Monumentos 2, DGEMN, Lisboa, 1995, pp.39-44; ABREU, Jorge Brito e, CÂMARA, Teresa da, A Recuperação dos Claustros, Monumentos 2, DGEMN, Lisboa, 1995, pp.45-46; ALMADA, Carmen O., FIGUEIRA, Luís Tovar, Conservação e Restauro do Mosteiro de São Vicente de Fora e Quadro da Portaria, Monumentos 2, DGEMN, Lisboa, 1995, pp.47-53; ALMEIDA, D. Fernando de, (coord. de), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa - Tomo II, Lisboa, 1975; ARAÚJO, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, Fasc. 1, Lisboa, 1944; ARRUDA, Luísa, O Retrato Azul e Branco de D. João V, Monumentos 2, DGEMN, Lisboa, 1995, pp.33-38; CAEIRO, Baltazar Matos, *Os Conventos de Lisboa*, Lisboa, 1989; CARAPINHA, Aurora e TEIXEIRA, J. Monterroso, *A Utopia com os Pés na Terra*. Gonçalo Ribeiro Telles, 2003, p. 273; CARVALHO, A. Ayres de, *As Obras de Santa Engrácia*, Lisboa, 1971; FERREIRA, Fernando Eduardo Rodrigues, *O Cemitério dos Cruzados de São Vicente de Fora*, Monumentos 2, DGEMN, Lisboa, 1995, pp. 8-13; GUEDES, Natália Correia, *Reutilização Cultural do Mosteiro de São Vicente de Fora (1993-1994)*, Monumentos 2, DGEMN, Lisboa, 1995, pp.60-63; HAUPT, Albrecht, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, 1986; Monumentos, n.º 7 e n.º 9 a n.º 13, n.º 16 a 17, n.º 19, n.º 23, Lisboa, DGEMN, 1997-2000, 2002-2003, 2005; OLIVEIRA, Carlos Sousa, PINTO, Artur Vieira, *Comportamento Sísmico de Monumentos: Estudo da Portaria de São Vicente de Fora*, Monumentos 2, DGEMN, Lisboa, 1995, pp.54-59; PAIS, Alexandre Manuel Nobre da Silva, *Presépios Portugueses Monumentais do século XVIII em Terracota* [dissertação de Mestrado na Universidade Nova de Lisboa], Lisboa, 1998; PEGON, P., PINTO, A. V., *Seismic Vulnerability of the São Vicente de Fora Monastery in Lisbon - Definition of Experimental Model*, European Commission, March 1996; PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal Dicionário*, Lisboa, 1909; PEREIRA, Luiz Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, 1927; QUEIRÓS, José, *Os Azulejos de S. Vicente de Fora*, Lisboa, 1913; REAL, Manuel Luís, *O Convento Românico de São Vicente de Fora*, Monumentos 2,

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

DGEMN, Lisboa, 1995, pp.14-23; SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo, (dir.) Dicionário da História de Lisboa, Lisboa, 1994, pp. 827-830; SEGURADO, Jorge, Da Obra Filipina de S. Vicente de Fora, Lisboa, 1976; SERRÃO, Vitor, O Projecto de Retábulo-Mor de Francisco Venegas para a Igreja do Mosteiro de São Vicente de Fora, Monumentos 2, DGEMN, Lisboa, 1995, pp. 27-32; SILVA, Jorge Henrique Pais da, Estudos Sobre o Maneirismo, Lisboa, 1986; SOROMENHO, Miguel, Do Escorial a São Vicente de Fora, Monumentos 2, DGEMN, Lisboa, 1995, pp.24-26; VALENÇA, Manuel, A Arte Organística em Portugal, vol. I, Braga, 1990; VITERBO, Sousa, Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portuguezes ou a serviço de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, 3 vols.

Autora: Elisabete Serol

Data: Dezembro de 2011

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 2 – Panteão Nacional

Identificação

Designação: **Panteão Nacional**

Outras Designações: Igreja de Santa Engrácia

Categoria/ Tipologia: Arquitectura Religiosa



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XVI, XVIII; XX

Arquitecto/Construtor/Autor/Artistas:

Arquitectos:

Séc. XVI: Nicolau de Frias, Teodósio de Frias

Séc. XVIII: João Antunes

Séc. XX: Luís Amoroso Lopes; Gonçalo Lyster Franco; João Vaz Martins; Carlos Chambers Ramos

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Engenheiro,

Séc. XX: Edgar Cardoso

Maquetista:

Séc. XX: João Laerte

Escultores:

Séc. XX: Leopoldo de Almeida (1898-1975); António Duarte (1912-1998)



Vista Exterior do Panteão Nacional (Fotografia de Autor)

Descrição Histórico-Artística:

A história da Igreja de Santa Engrácia remonta a meados do século XVI, quando por desejo e sob as expensas da Infanta D. Maria, filha do Rei D. Manuel I, foi, neste local, mandada construir uma pequena igreja com invocação a Santa Engrácia. Sob o risco do arquitecto Nicolau de Frias a obra teve início já depois da morte da Infanta. Do primitivo templo nada subsiste, para além da lenda e do mito de Simão Sólis, o cristão-novo, acusado de assalto e vandalismo da referida igreja, que foi condenado à morte e executado, apesar de se ter pronunciado sempre inocente e de não terem sido encontradas provas em contrário. Motivado pela revolta da injustiça cometida contra a

sua pessoa terá o mesmo lançado uma maldição às obras da igreja ao dizer: «Tão certo eu ser inocente como as obras dessa igreja nunca terminarem.», desencadeando ao mesmo tempo no adágio popular a famosa frase: «Obras de Santa Engrácia», algo que perdura no tempo não parecendo ter fim.

Em resultado do acto de vandalismo cometido, foi fundada a Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, composta por 100 dos mais ricos nobres de Portugal, que se dedicou ao desagravo da situação. De entre as várias medidas tomadas, pela Irmandade, a principal foi a da construção de uma nova capela-mor, a qual terá sido iniciada em 1632, dois anos depois do desacato, sob o risco do arquitecto Mateus de Couto, velho, e que terá ruído perante um forte temporal em 1681.

Nesse mesmo ano a influente irmandade decidiu-se pela construção de um novo templo de raiz, escolhendo para o efeito uma planta desenhada pelo, então, mestre pedreiro João Antunes (1643-1712), que viria posteriormente a consagrar-se num inovador arquitecto. Para além de tirar partido da implantação paisagística do templo, o arquitecto inovou ao explorar em abertura o Barroco internacional. Desenhou uma igreja de proporções monumentais, centralizada em cruz grega, de flancos sinuosos associados a quatro torreões. Empregou na ornamentação uma policromia de mármore em conjugação com o jogo de luz natural com que o monumento é animado. Beneficiando quer das características naturais do local, quer das características de um barroco introdutório e inovador, João Antunes colocou a Igreja de Santa Engrácia na rota dos estudos lisboenses, como um monumento-chave do património da cidade de Lisboa.

A morte deste em 1712, provocou o quase abandono das obras, a qual terá sido preterida por D. João V, a favor de Mafra. À data da morte do Arquitecto a igreja estava construída até à cimalha real, ficando-lhe a faltar a cobertura e os acabamentos interiores. Com a perda das plantas, irromperam dúvidas quanto à capacidade de resistência das paredes no suporte do peso da cúpula que lhe faltava, factor que veio a agravar, ainda mais, a situação estagnante em que a obra se encontrava. No século XIX, segundo plantas assinadas por diversos arquitectos, onde apresentaram diferentes soluções arquitectónicas, houve a intenção de concluir as obras de Santa Engrácia. Um século depois vê-se a igreja, inacabada, entregue à Direcção-Geral de Artilharia, cedida pelo Ministério da Guerra, e aproveitada como “*deposito de sucata, (...)e outros artigos*

preciosos para as suas fábricas situadas no Campo de Santa Clara. Para o efeito, foi construída uma cobertura para a boca do zimbório em chapa de ferro e vidro.”¹¹

No ano de 1910, apresentando, o edifício, um mau estado de conservação, era em simultâneo classificada de “Monumento Nacional” e entregue ao Depósito Central de Fardamento, que a utilizou como fábrica de calçado. A ocupação militar perdurou até 1954, apesar de, em 1916, ter sido decidido, por lei, concluir as obras da igreja e adaptá-la a Panteão Nacional. Os trabalhos de conclusão das obras de Santa Engrácia arrancaram em 1960, sob o projecto do arquitecto Luís Amoroso Lopes, que as idealizou e materializou como uma simples obra de restauro, que permitisse a sua breve utilização, através da construção da cobertura do cruzeiro.

Concluídas as obras do monumento, foram, em 07 de Dezembro de 1966, realizados os festejos de inauguração do Panteão Nacional. Para o efeito, foram trasladados para o monumento, os restos mortais de Teófilo Braga, Sidónio Pais, Óscar Carmona, Almeida Garrett, João de Deus e Guerra Junqueiro, os quais se encontravam sepultados no Mosteiro dos Jerónimos. Posteriormente, o monumento acolheu os restos mortais do marechal Humberto Delgado (1990), Amália Rodrigues (2001), Manuel de Arriaga (2004) e Aquilino Ribeiro (2007).

No cruzeiro da Igreja foram erguidos cenotáfios de homenagem a Afonso de Albuquerque, Nuno Álvares Pereira, Pedro Álvares Cabral, Luis de Camões, Infante D. Henrique e Vasco da Gama.

Exterior:

Planta centralizada em cruz grega, com alternância de côncavo-convexo ao longo das paredes. Disposta horizontalmente com elementos de verticalidade, é rematada por um terraço sobre os torreões fechada centralmente com uma cúpula. Tem dois andares: o primeiro com linhas severas. Os torreões flanqueados por pilastras têm duas janelas alinhadas na verticalidade rematadas por frontão: Uma zona côncava separa os torreões

¹¹ Catálogo da Exposição, “*Obras de Santa Engrácia – O Panteão na República*”, Panteão Nacional, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 2010, p. 71.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

do corpo central com duas janelas semelhantes às anteriores; O segundo tem uma janela no torreão e, na zona côncava, três de diferentes dimensões. Há simetria na concepção dos quatro torreões. Tambor sobre o terraço com seis vãos à volta flanqueados por pilastras duplas que sustentam cimalha terminadas por pináculos. Domo com corpo de luzes no tambor e no templete. Lanternim encimado por pináculo. A fachada principal apresenta maior carga decorativa. Está dividida em três panos com pilastras colossais e espessas volutas. Quatro colossais colunas da rodem dórica suportam a cimalha. Um pórtico com galilé de tripla arcada dá acesso ao nártex encimado por três nichos com esculturas, à esquerda Santa Engrácia, ao centro Santo Condestável, e à direita Santa Isabel. Três portais dão acesso à igreja flanqueados por colunas salomónicas com capitel duplo assentes em plintos altos: o principal é encimado por friso rematado por frontão interrompido e ao centro um escudo com as armas de Portugal e a coroa sustentada por dois anjos. Todo o conjunto está assente num busto com asas de anjo. Os portais laterais com decoração mais simples são encimados por busto de Santa Engrácia.

“Do ponto de vista arquitectónico e à escala nacional, esta obra é verdadeiramente extraordinária e talvez menos controlada em termos urbanísticos (o edifício exibía uma massa enorme e podia ser visto desde a base, o que deveria dar a impressão bizarra de pairar no ar...).(...)O projecto de J. Antunes para S. Engrácia também se inspirou num dos projectos para S. Pedro, de autoria de Donato Bramante, difundido internacionalmente através de um desenho de Baldassare Peruzzi publicado no tratado de Sebastião Sérlio (Livro III, Veneza, 1540). É interessante notar que os restantes concorrentes – todos arquitectos ou engenheiros de profissão, ao contrário de João Antunes, um mestre-pedreiro – apresentaram propostas de soluções em torno da planta centralizada (tipologia pagã por excelência, desaconselhada depois de encetado o processo de reformas da Igreja Católica como resposta à Reforma luterana). Porém, nenhum deles ousou propor panejamentos com proporções côncavas e convexas (prática corrente e decorrente de uma nova concepção espacial, interpretada diferentemente por dois grandes mestres do Alto Barroco romano – Francesco Borromini e Guarino Guarini). Por isso e não obstante a violenta oposição entre os

exteriores e interiores e as persistências do Estilo Chão, S. Engrácia permaneceu em exemplo isolado na nossa arquitectura (nem João Antunes repetiria a proeza).”¹²



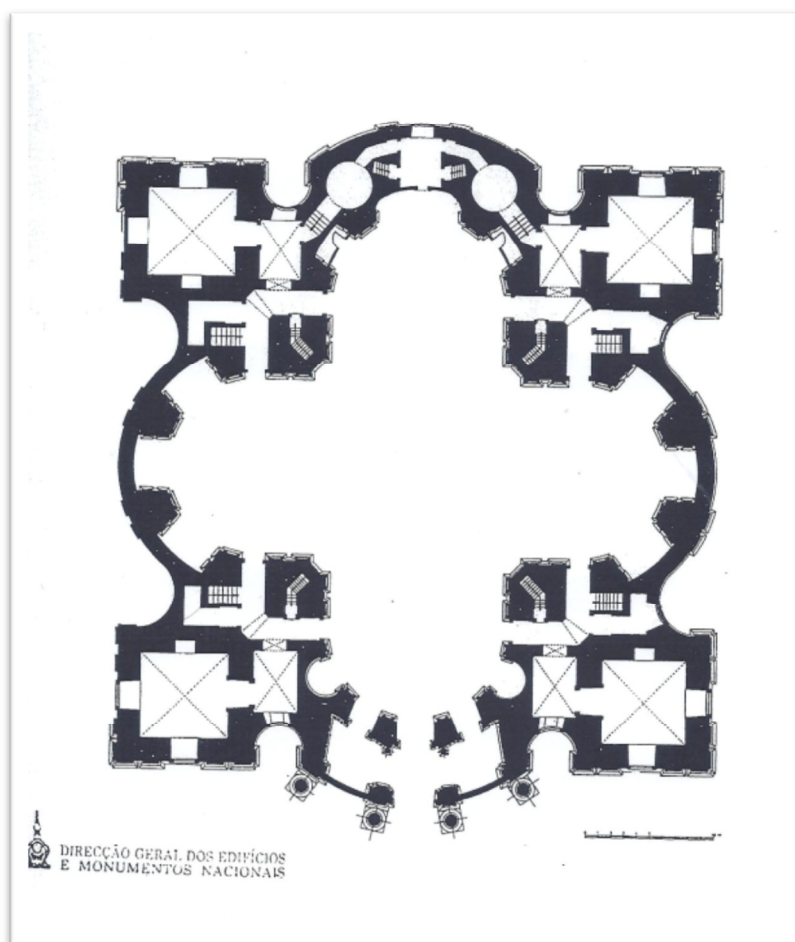
Portal de Entrada na Igreja de Santa Engrácia (Fotografia de Autor)

Interior:

Tem 2 andares e cúpula com dois tambores; no 1º andar, ábside com capela-mor sobre embasamento de degraus com órgão no topo e altar de mesa; os braços rematados por segmentos circulares com contracurvas a ligá-los às 4 torres dos ângulos definem no exterior um quadrado; 6 capelas em semicírculo encimadas por abóbadas de concha; em cada uma das arestas interiores de ligação aos nichos há 4 púlpitos de baldaquino poligonal encimados por nichos de tecto concheado com estatuária de santos (Santo António, São Teotónio, São João de Brito e São João de Deus) flanqueados por pilastras duplas colossais de capitel compósito; em cada braço do transepto, 3 arcossólios de

¹² FERRÃO, Leonor, “Lisboa Barroca da Restauração ao Terramoto de 1755, Desenvolvimento Urbanístico, Os Palácios e os Conventos” in MOITA, Irisalva, *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994, pp. 262 e 274.

abóbada de berço com cenotáfio em cada; duas salas dos torreões têm 3 arcazes tumulares cada; no braço fronteiro ao da capela-mor abrem-se os portais: o central é encimado por um arco de volta perfeita; são todos encimados por frontões; ladeiam o central duas pias de água benta; por cima um corredor com galeria de janelas; no 2º andar há janelas sobre cada arcosólio com pequenas balaustradas; no zimbório, 1º tambor de forma circular com galeria em toda a volta com balaustrada, abrem-se portas orientadas segundo os pontos cardeais que dão acesso ao terraço; na cimalha do tambor assenta o zimbório corrido por contrafortes rematados por pináculos; tem lanternim de forma circular com tambor e zimbório com 8 janelas intercaladas por colunas de capitel composto.¹³



Planta da Igreja Santa Engrácia, planta piso térreo (Arquivo da DGEMN)

¹³ “*Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional*” in *Ficha de Inventário N° PT031106510011*, IPA - Monumentos.pt (Dezembro 2010)

Características particulares:

“Em Portugal o estatuto de Panteão Nacional está hoje atribuído ao antigo templo de Santa Engrácia em Lisboa e ao Mosteiro Santa Cruz em Coimbra (...) O mosteiro dos Jerónimos, que funcionou provisoriamente como Panteão, antes de Santa Engrácia estar completada, não tem hoje esse estatuto formal (...) no templo de S. Vicente de Fora, há o Panteão Real da Dinastia de Bragança, de natureza diferente (...) trata-se de um Panteão familiar (...) palavra grega e significa literalmente “todos os deuses”. (...) o Panteão passou a funcionar como lugar de homenagem reconhecida da Pátria aos melhores dos seus filhos. (...) os modernos Panteões Nacionais nascem de uma tradição antiga de raízes heterogéneas, desde o paganismo ao secularismo, passando pela dimensão religiosa.”¹⁴

A Igreja de Santa Engrácia foi construída em *liós*, uma rocha que “reveste” grande parte dos monumentos e edifícios de Lisboa. Na decoração interior foram utilizadas mármorees provenientes do famoso triângulo Estremoz-Borba-Vila-Viçosa.

O monumento guarda no altar-mor um Órgão de Tubos Ibérico, do Século XVIII, proveniente da Sé de Lisboa.

Cronologia:

1568, Agosto - criação da nova paróquia de Santa Engrácia por Breve do Papa Pio V;

1568 – Fundação da Igreja Paroquial de Santa Engrácia, segundo o traço do Arquitecto Nicolau de Frias.

1570, cerca de - início das obras da primeira igreja de que não restam vestígios, do arquitecto Jerónimo de Ruão, mandada construir pela infanta D. Maria, última filha do rei D. Manuel e da rainha D. Leonor, irmã do imperador Carlos V;

1595 – Por ordem do Arcebispo D. Miguel de Castro, e a fim de cumprir a vontade da Infanta D. Maria, é mandado fazer um relicário em prata e pedraria para guardar as relíquias de Santa Engrácia.

¹⁴ Catálogo da Exposição, “*Obras de Santa Engrácia – O Panteão na República*”, Op. Cit., pp. 35 - 36.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1621 – Teodósio Frias (filho de Nicolau de Frias) encontra-se à frente das obras da Igreja.

1630 (15 Janeiro) – Desacato na Igreja de Santa Engrácia, com o arrombo do sacrário e a quebra de partículas sagradas.

1630 – Criação da Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, composto por 100 nobres do reino, empenhados em reparar o desacato ocorrido.

1632 – Iniciada, a mando da Irmandade, a construção de uma nova Capela-Mor, sob o risco do Arquitecto Mateus de Couto (sobrinho).

1632 - A Irmandade institui as Festas do Desagravo, a celebrar anualmente nos dias 16, 17 e 18 de Janeiro, às quais presidiam a família real;

1640 - Após a Restauração, e a conseqüente divisão política dos fidalgos da Irmandade, as obras decorrem a um ritmo lento;

1664 - Morre o arquitecto Mateus do Couto, ficando a obra parada;

1676 – É encarregue da obra o sobrinho do anterior arquitecto, também ele chamado Mateus do Couto;

1681 – Queda da, anteriormente, referida Capela-Mor.

1681 – Escolha do projecto do mestre pedreiro João Antunes, para edificação de uma nova igreja, construída de raiz.

1682, 31 Agosto - O então príncipe D. Pedro, em cerimónia solene, lança a primeira pedra da actual igreja, edificada de raiz; as obras são custeadas pelas esmolas régias e pelas quotas dos irmãos;

1686 / 1692 - As obras param;

1694 - D. João da Gomes da Silva, 4º Conde de Tarouca, 1º Director da Academia Real de História, foi nomeado Superintendente das obras de Santa Engrácia;

1712 – Morte do, então, arquitecto João Antunes. Igreja construída até à cimalha. Desaparecimento das plantas originais.

1724, 6 Janeiro - D. João V mandou trazer à sua presença todos os desenhos relativos a Santa Engrácia;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1733, Março - D. Francisco Xavier de Menezes, 4º Conde da Ericeira, escreveu no seu Diário que o rei não aprovava a igreja por a achar " pequena "; Novembro - D. Francisco Xavier de Menezes escreve no seu Diário que o rei " tem resoluto acabar a igreja de Santa Engrácia com brevidade e fazê-la maior";

1747 / 1763 - as obras encontraram-se totalmente paradas, pois o rei estava concentrado nas obras de Mafra; a Irmandade decide cobrir a igreja com uma cúpula de madeira, ficando assim até meados do séc. 20;

1767 – Marquês de Pombal, enquanto membro da Irmandade, nomeia o seu irmão Paulo de Carvalho Mendonça para o cargo de Inspector da Obra de Santa Engrácia.

1816 - São encomendados planos para os retábulos das capelas, ao arquitecto Honorato José Correia de Macedo e Sá;

1819 – Com a intenção de finalizar a obra, Estêvão Telles da Silva, encomenda a Honorato José Correia, desenhos do estado da construção.

1831 – Surgem dois projectos para acabamento das obras da igreja, da autoria de Mariano Alves Pio e José Telles de Faria e Silva, os quais não têm quaisquer consequências.

1835 – O inacabado templo foi entregue ao Ministério da Guerra, servindo de depósito de material de guerra.

1837 – Deputado Mariano Franzini defende, na Corte Constituinte, a adaptação da Igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional.

1896 – É apresentada publicamente, por Ramalho Ortigão, a sugestão de adaptação da Igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional.

1906 – A hipótese de adaptação da Igreja a Panteão ocupa o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, do que resulta, por parte de Ventura Terra, a elaboração de um projecto de conclusão das obras.

1910 – Classificação da inacabada Igreja de Santa Engrácia como Monumento Nacional.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1911 – Instalação das OGF (Oficinas Gerais de Fardamento) na inacabada Igreja de Santa Engrácia.

1913 – O Coronel e Senador Francisco Ramos da Costa faz a apresentação ao parlamento da proposta de adaptação da Igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional.

1916 - Publicação de uma lei de 29 de Abril conferindo-lhe a condição de Panteão Nacional *2;

1934 - É constituída uma comissão pelo escultor Francisco Franco, pelo arquitecto Cristino da Silva e o olissipógrafo Gustavo de Matos Sequeira, destinada a elaborar um parecer sobre a forma de concluir as obras;

1936 – Proposta de acabamento apresentada pelo arquitecto Bernardino Coelho.

1939 – Proposta de acabamento apresentada pelos arquitectos António e Ruy do Couto.

1953 – Propostas de acabamento apresentadas pelo arquitecto Luís Benavente.

1954 – Desocupação militar do edifício de Santa Engrácia.

1956 – O ministro das Obras Públicas, Arantes de Oliveira, convida vários arquitectos a apresentar propostas de conclusão das obras de Santa Engrácia. Das sete propostas apresentadas, quatro são conhecidos – as de António Lino, de Joaquim Areal e Silva, de Raul Lino, e de Luís Amoroso Lopes.

1960 – Iniciam-se os trabalhos de conclusão das obras de Santa Engrácia, sob a alçada da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a direcção técnica do arquitecto Amoroso Lopes e do Engenheiro Edgar Cardoso.

1964 – Órgão barroco, da Sé, colocado na capela-mor de Santa Engrácia.

1965 – Colocação de cenotáfios, da autoria do arquitecto Gonçalo Lyster Franco, no corpo central do templo de Santa Engrácia.

1966 – Transladação dos restos mortais de Teófilo Braga, Sidónio Pais, Óscar Carmona, Almeida Garrett, João de Deus e Guerra Junqueiro para as salas tumulares do Panteão Nacional.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1966 – Colocação das estátuas de Santa Engrácia, Santo Condestável e Santa Isabel, da autoria de António Duarte, na fachada do templo de Santa Engrácia.

1966 – Colocação das estátuas, de Santo António e de São João de Brito, no lado do Evangelho, e de São Teotónio e de São João de Deus, no lado da Epístola (autoria de Leopoldo de Almeida).

1966 – Arranjo da zona envolvente, da autoria de Carlos Chambers Ramos.

1966 (7 de Dezembro) – Inauguração oficial do Panteão Nacional.

1990 – Transladação dos restos mortais do marechal Humberto Delgado.

2001 – Transladação dos restos mortais de Amália Rodrigues.

2004 – Transladação dos restos mortais de Manuel de Arriaga.

2007 – Transladação dos restos mortais de Aquilino Ribeiro.

Intervenções:

DGEMN:

1934 / 1935 - Colocação de bocas de incêndio na fachada; obras diversas de conservação, reparação e melhoramentos;

1954 - Obras diversas; sondagens;

1956 - Estudos de adaptação da Igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional, pelos Serviços dos Monumentos Nacionais;

1957 - Reparação da cobertura do pavilhão anexo;

1959 / 1960 - Instalação eléctrica nos anexos; obras diversas de conservação; execução de balaústres de cantaria, execução de cimalthas e cornijas;

1960 / 1962 - Construção civil; bases de balaustrada; cornija e obras diversas; platibanda exterior; cornija do anel central; obras de conservação; lajedo;

1961 - Obras de conservação do monumento, pelo Serviço dos Monumentos Nacionais;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1962 / 1966 - Assentamento de cantarias molduradas; instalação eléctrica; pedra para embasamento exterior da cúpula; caixa de órgão; maqueta de nicho interior para órgão e altar, moldes em gesso para frontões, capitéis, cornijas e balaustradas; ventilador eléctrico e arranjos no órgão; restauro dos painéis de embutidos com cantarias de cores diversas; troços de cornijas e cimalthas partidas e falhas dos pavimentos da construção antiga; caixilharias e revestimentos; trabalho de tijoleira; modelos em gesso para as pedras da cúpula; limpeza de cantarias; restauros; assentamento em janelões interiores; lanternim da cúpula; fornecimento de 15 colunas e construção de 2 capitéis e balaústres; revestimento com lambrins de uma sala, guarnecimento de vãos; zimbório; escavação do terraaplano do adro; reconstrução do órgão; degraus e ladrilhos; reparação de pintura artística; instalação de ascensor; iluminação exterior festiva; transladação de 6 túmulos;

1967 - Reconstrução do órgão; trabalhos de cantaria; arranjos exteriores; polimento de pavimentos de mármore; muros de suporte e calçada; afinação do órgão; arranjos diversos; construção de bronzes; obras de conservação;

1969 / 1970 / 1971- Diversos trabalhos de conservação; instalação eléctrica; execução de brasões para coroamento dos túmulos e grades de vedação na escada de acesso ao terraço;

1972 / 1976 - Obras de conservação;

1977 / 1980 - Obras de beneficiação;

1984 / 1985 - Instalação eléctrica;

1990 - Abertura de mais uma sala, para aí serem colocados os restos mortais do marechal Humberto Delgado.

Estado de Conservação: Bom

Utilização Inicial: Igreja

Utilização Actual: Funerária - Panteão

Propriedade: Pública - Estatal

Afectação: DRC, decreto-lei n.º 34/2007, de 29 Março.

Protecção

Situação Actual: Classificado como Monumento Nacional

Tipo de Protecção: ZP – Zona Especial de Protecção

Decreto: MN Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910 (Igreja), Dec. n.º 251/70, DG 129 de 03 Junho 1970.

IPA: Monumento, **IPA N.º:** PT031106510011

Câmara Municipal de Lisboa, Inventário do Plano Director Municipal: 51.31 - Igreja de Sta. Engrácia / Campo de Sta. Clara (MN) - Panteão Nacional: ver 51.31 (MN)

Bibliografia

“*Igreja de Santa Engrácia*” in Ficha de Inventário do Património Imóvel do IGESPAR, I.P.; “*Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional*” in Ficha de Inventário N.º PT031106510011 (IPA, Monumentos.pt, Dezembro 2011); ALMEIDA, Fernando de, Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa, Lisboa, 1975; BIRG, Manuela, Igreja de Santa Engrácia: Panteão Nacional, Lisboa, 1995; BIRG, Manuela e CALADO, Teresa Gil, Igreja de Santa Engrácia, s.l., s.d.; CARVALHO, Ayres de, As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas, Lisboa, 1971; COUTO, António do, A Igreja de Santa Engrácia, Lisboa, 1944; DGEMN, Panteão Nacional, Lisboa, 1966; FERREIRA, Rafael Laborde, VIEIRA, Victor Manuel Lopes, Estatuária de Lisboa, Lisboa, Amigos do Livro, Lda., 1985; MESSINGER, Sylvie, CORDEIRO, Isabel, SOROMENHO, Miguel, (Coord.), Lisboa No Tempo do Rei D. João V (1689-1750), IPPAR, Lisboa, 1994; Ministério das Obras Públicas, Relatório da Actividade do Ministério no ano de 1956, Lisboa, 1957; Ministério das Obras Públicas, Relatório da Actividade do Ministério no Ano de 1961, 1.º Vol., Lisboa, 1962; MOURA, Carlos, História da Arte em Portugal, vol. 8, Lisboa, 1986; SANTANA, Francisco, e SUCENA, Eduardo, (dir.), Dicionário da História de Lisboa, Lisboa, 1994, pp.841-843; SEQUEIRA, Matos, Igrejas e Mosteiros de Lisboa, Lisboa, s.d.; SILVA, Ana Paula Noé da, ANTUNES, Eva Maria Cotos e

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Garcia, A Igreja de Santa Engrácia. Panteão Nacional, (Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História de Arte), 1988 / 1989.

Autoria: Elisabete Serol

Data: Dezembro de 2011

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 3 – Conventinho do Desagravo

Identificação

Designação: **Conventinho do Desagravo**

Outras Designações: Conventinho Novo de Lisboa

Categoria/ Tipologia: Arquitectura Religiosa



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XVIII (1783)

Arquitecto/Construtor/Autor/Artistas:

Arquitectos: Reinaldo Manuel dos Santos, Mateus Vicente, Francisco António de Sousa, José da Mota, Francisco Xavier da Graça;

Entalhadores e pintores: Silvestre de Faria Lobo, Pedro Alexandrino, Pedro Alexandrino de Carvalho, António Lopes da Silva;

Carpinteiros: António Lobo, Francisco França;

Descrição Histórico - Artística:

Em memória do desacato ocorrido na Igreja de Santa Engrácia, fundou a Infanta D. Maria Ana, em 1783, um convento de freiras franciscanas, o Conventinho do Desagravo. Foi mandado construir junto à Igreja profanada, no Campo de Santa Clara, em terrenos oferecidos pelo Marquês de Angeja. Sob o risco do arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos foi, esta casa, sempre pobre, quer no aspecto, quer no recheio. A extinção das Congregações ditou, o fim da sua função religiosa e um longo percurso de desvirtuação, de apropriações inclementes e de descaracterização total. Continuou, no entanto, a servir no âmbito da educação. Primeiramente sob o desígnio de Real Colégio do Calvário, o qual terá ocupado as instalações, em 1911, como recolhimento de meninas pobres, às quais eram ministrados labores e instrução primária. Mais tarde, a Escola Profissional de Santa Clara, terá passado a ter um carácter profissional, com aulas oficiais de costura, bordados, chapéus, calçado e demais rouparia, Escola que deu lugar ao Colégio de Santa Clara, pertencente à Casa Pia de Lisboa. O Convento encontra-se, nos dias de hoje, encerrado.



Vista Superior Conventinho do Desagravo (Fotografia de Autor)

Exterior:

Implantado a escassos metros da monumental Igreja de Santa Engrácia, o Conventinho do Desagravo sujeitou-se à configuração do terreno que, definida por uma acentuado declive em direcção à orla ribeirinha, terá determinado a forma rectangular e estreita do conjunto. Parte do edifício, orientado nas coordenadas poente-nascente, é rodeado por uma modesta cerca que serve ao mesmo tempo de sustento dos terrenos. O edifício, aberto a nascente, tem uma imagem de severo despojamento. O claustro assume-se como elemento centralizador e de ordenamento do espaço. De pequenas dimensões, o claustro, apresenta-se como um pequeno rectângulo definido por uma arcada de arcos de volta perfeita.



Vista Exterior Conventinho do Desagravo (Fotografia de Autor)

Interior:

Completamente desvirtuado e descaracterizado.

Cronologia:

1778 – Instalação do Recolhimento do Desagravo.

1779 (2 de Maio) – Nasce a nova comunidade de terceiras franciscanas com o ingresso das quatro primeiras recolhidas (as quais viviam de esmolas).

1780 – Início da construção do Conventinho do Desagravo.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1782 (15 de Janeiro) – Breve do Papa Pio VI a reconhecer autoridade apostólica ao convento, a autorizar a transferência de quatro religiosas e a determinar a observância dos estatutos no novo mosteiro (os mesmos pelos quais se rege o Mosteiro do Lourçal).

1783 (28 de Julho) – Inauguração do Conventinho do Desagravo.

1783 (21 de Outubro) – Decreto do cardeal-patriarca a nomear a abadessa, vigaria, porteira e mestra de noviças.

1790 (22 de Março) – Escritura de doação do edifício do recolhimento do Desagravo celebrada pelo Marquez de Angeja Dom José de Noronha a favor da Abbadessa e mais religiosas do convento.¹⁵

1822 (3 de Janeiro), o coro baixo da igreja conventual, recebe, com a maior solenidade, os restos mortais da Infanta D. Maria Ana.

1834 – Extinção das ordens religiosas.

1897 – O edifício do Conventinho é provisoriamente cedido às Irmãs Hospitaleiras.

1901 (12 de Dezembro) – Falecimento da derradeira professa e extinção do convento.

1902 – O convento passa para o domínio da Fazenda Pública e o edifício é ocupado pela Associação das Servitas de Nossa Senhora das Dores. / Um dos três sinos é cedido ao Asilo da Ajuda.

1912 – Instala-se no ex-convento o Real Colégio do Calvário.

1913 – Surge a informação de que, os objectos da igreja são retirados em carroças, desconhecendo-se o seu destino.

1914 (17 de Novembro) – cedência provisória da igreja ao Depósito Central de Fardamentos (Dependente do Ministério da Guerra).

¹⁵ JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Em desagravo do santíssimo sacramento: o “Conventinho Novo”: devoção, memória e património religioso*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa, 2008, p. 97.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1919 - Os sinos da antiga igreja conventual são destinados, pela Fazenda Nacional, à fundição da estátua do Marquês de Pombal.

1932 – Cedência das instalações do ex-convento à Direcção-Geral de Assistência, para ampliação do Asilo de Santa Clara. / Do seu interior são, provavelmente, retirados os painéis de azulejos que recobriam as paredes.

1965 / 70 – O arranjo urbanístico imposto pela adaptação de santa Engrácia a Panteão Nacional implicou o rebaixamento do terreno de implantação do Conventinho, assim como a demolição de parte da antiga cerca.

1970 – Demolição da monumental chaminé do ex-convento.

Séc. XX - Passa a funcionar, nas instalações do convento, a Escola Profissional da Casa Pia, o Colégio de Santa Clara.

Intervenções:

1957/58 – DGEMN – obras de reparação e beneficiação.

Características particulares:

A edição d' O Panorama, de 1866, com o título “O Conventinho do Desagravo em Lisboa”, informa que a nova casa monástica foi erigida sobre um antigo recolhimento de terceiras franciscanas levantado cinco anos antes pelo Marquês de Angeja em atenção a um voto feito pela saúde da Marquesa D. Francisca de Assis, sua mulher.¹⁶

Ocupavam as paredes do claustro e da igreja conventual, panos de azulejos figurativos que retratavam as séries da Paixão de Cristo e do Desacato de Santa Engrácia.

Estado de Conservação: Razoável. Completamente desvirtuado e descaracterizado.

Utilização inicial: Convento feminino franciscano.

¹⁶ Jacquinet, Op. Cit., p. 97.

Utilização Actual: Nenhuma.

Propriedade: Pública: estatal.

Afectação: Câmara Municipal de Lisboa.

Protecção

Situação Actual: Não classificado.

Tipo de Protecção: Abrangido pela Zona de Protecção da Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional (Monumento Nacional).

Decreto: Decreto nº 21 875, de 18 de Novembro de 1932, estabelece a Zonas de Protecção da Igreja de Santa Engrácia (50 metros ao redor do edifício).

Inventariado no IPA: Monumento (IHRU), IPA Nº: **PT031106511040**.

Bibliografia

BIRG, Manuela, *Desagravo*, In SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europam, Lda, Lisboa, 1994;

“*Convento do Desagravo / Casa Pia de Lisboa – Secção de Santa Clara*” in Ficha de inventário nº PT031106511040 in IPA, Monumentos.pt;

JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Em desagravo do santíssimo sacramento: o “Conventinho Novo”*: devoção, memória e património religioso, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

Autora: Elisabete Serol

Data: Dezembro de 2011

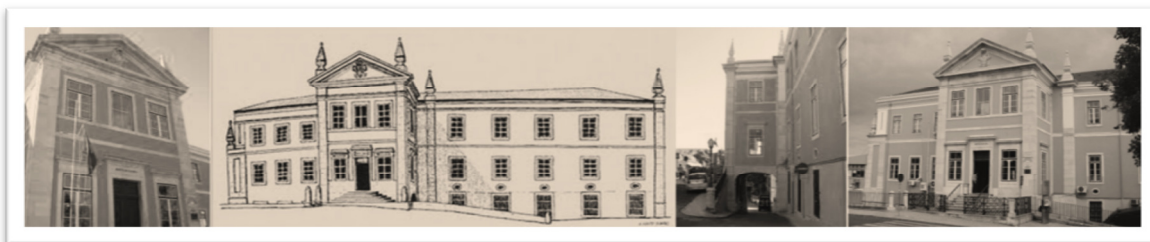
FICHA DE INVENTÁRIO Nº 4 – Hospital da Marinha

Identificação

Designação: Hospital da Marinha

Outras Designações: Colégio de São Francisco da Companhia de Jesus

Categoria/ Tipologia: Arquitectura



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Largo Dr. Bernardino Gomes/ Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XVIII, XIX e XX

Arquitecto/Construtor/Autor/Artistas:

Arquitecto: Francisco Xavier Fabri (Séc. XIX)

Escultor: João José de Aguiar (1823)

Pintura de Azulejos: Viúva de Lamego (Séc. XX, década de 40)

Pintura de Vitral: Ricardo Leoni (1931)

Descrição Histórico-Artística:

O Colégio de São Francisco de Xavier foi mandado construir por, um nobre senhor, Jorge Fernandes de Vila Nova, natural e residente em Lisboa, porque guardava do Instituto da Companhia de Jesus grande estima. Quis acrescentar ao Campo de Santa Clara um espaço de ensino para os mais necessitados. Pretendia o Colégio ensinar a ler, a escrever e a contar, todos os meninos que quisessem aprender, independentemente da sua classe social. Serviria para ensinar, igualmente, a doutrina cristã e os bons costumes. O local escolhido para a implantação do colégio foi a Ermida de Nossa Senhora do Paraíso, caso os Irmãos que nela se encontravam, não levantassem contestação. Em caso de contrariedade deveria, então, a Companhia proceder à escolha de outro local nas redondezas da Ermida. Como a Irmandade da Nossa Senhora do Paraíso não atendeu a tal desejo, foi obrigada a Companhia a procurar outro local para o dito Colégio, conforme desejo do fundador. Em 1682, dois padres da Companhia alugaram umas casas perto da Ermida do Paraíso, e lá deram início ao ensino do latim entre outras matérias.

Sob a promulgação da Lei que mandou expulsar todos os Jesuítas, do reino de Portugal, viu-se extinto o Colégio de S. Francisco de Xavier. Depois da sua expulsão do reino pelo Decreto de Pombal de 3 de Setembro de 1759, as instalações do Colégio deram lugar a um asilo de mulheres, designado por Recolhimento do Castelo ou Hospício dos Jesuítas, o qual por ordem do Ministro Sousa Coutinho teve de procurar outro edifício para neste edifício se construir o novo Hospital Real da Marinha.

Em 1797 foi feita a transferência do hospital da Real Armada para as instalações do antigo convento. Foi, ainda, adquirido um terreno contíguo, a poente, ao Conde de Resende, pelo valor de 1 300\$00, para ampliação do espaço que se mostrava insuficiente para acolher o novo hospital. As obras de adaptação do edifício às novas funções, mandadas fazer sob o risco de Francisco Xavier Fabri, levaram bastantes anos a ser concluídas, datando-se de 1806 a transferência dos primeiros doentes internados no Convento do Desterro, assim como o pessoal médico e auxiliar. Parte da estrutura térrea do antigo edifício terá sido integrada na nova construção. No entanto, devido à necessidade de acompanhar a rápida evolução tecnológica no tratamento dos doentes,

O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

foi necessário proceder a algumas transformações estruturantes arrasando com grande parte das primitivas estruturas internas.

Do Hospital da Marinha saiu toda a estrutura dos Serviços de Saúde da Armada Portuguesa e do Ultramar, tendo sido utilizado como centro de estudos protagonizados pelo Dr. Bernardino A. Gomes Filho (1806/1877), que serviu a Marinha, durante largos anos, com muita dedicação, trabalho que lhe valeu ser agraciado com a Ordem da Torre e Espada.



Foto Exterior Hospital da Marinha (Fotografia de Autor)

Exterior:

Planta rectangular irregular, composta por vários corpos rectilíneos, adossados e articulados entre si, construídos em épocas distintas, conformando dois pátios interiores, um rectilíneo e outro triangular; coberturas diferenciadas em telhados de duas, quatro águas e em terraço sobre alguns corpos, pavimentados a cimento. Fachadas rebocadas e pintadas de amarelo, percorridas por embasamento de cantaria aparente, de calcário em aparelho isódomo, que se prolonga pelo primeiro piso, com cunhais apilastrados, firmados por pináculos, e rematadas por friso e cornija. Fachada principal virada a N., com seis panos definidos por pilastras toscanas, algumas da ordem colossal, de dois e três pisos, adaptando-se ao desnível do terreno, o terceiro separado por friso de cantaria,

efectuando-se o acesso pelo piso intermédio, visto o primeiro se encontrar abaixo da cota da via pública. É rasgada regularmente por janelas de peitoril rectilíneas com molduras simples de cantaria e caixilharias de madeira; alguns panos, possuem, sob as janelas dos pisos superiores, os antigos respiradores, ovais e com molduras de cantaria. O primeiro pano do lado esquerdo tem três registos, os inferiores cegos e o superior com amplas janelas de alumínio; o terceiro é avançado, tendo, o piso inferior abaixo da cota da via pública principal, sendo marcado por um túnel, por onde passa uma segunda via; o túnel é coberto por abóbada de berço abatido, sustentada por oito pilastras toscanas. Num dos lados do túnel, o acesso às urgências e consultas externas do hospital, através de porta de verga recta com os ângulos superiores chanfrados e dupla moldura, flanqueado por duas janelas rectilíneas com molduras de cantaria e grades de ferro, pintadas de verde; no lado oposto, o módulo repete-se, dando acesso à farmácia, iluminada, na face E., por duas janelas semelhantes às anteriores. Sobre os arcos de acesso ao túnel, surgem, nas faces E. e O., duas janelas sobrepostas, as do piso intermédio rematadas por cornija. O segundo piso deste terceiro pano tem acesso por escadaria de seis degraus, protegidas por guardas metálicas e por portões do mesmo material, tudo pintado de verde; é rasgado por amplo portal de verga recta, sobrepujado por friso largo com inscrição e cornija, e ladeado por duas janelas de peitoril, também rematadas por cornija. O terceiro piso tem três janelas rectilíneas e é rematado por frontão triangular com as armas portuguesas no tímpano. Fachada lateral esquerda virada a E., dividida em três panos escalonados, o central ligeiramente proeminente, tendo, o do extremo esquerdo, cinco pisos, os dois superiores recuados, formando ângulo agudo, dando origem a pequeno terraço com guarda metálica tubular, pintada de vermelho; o piso inferior é cego, sendo os dois seguintes rasgados por sete janelas correspondentes, protegidas por caixilharia basculante; os dois superiores têm seis janelas rectilíneas com caixilharia de madeira, assentes sobre friso contínuo de cantaria. O pano central tem cinco pisos, rasgados por vãos rectilíneos com molduras de cantaria, correspondendo, no inferior, a porta central e duas janelas, no segundo a uma janela e, nos superiores, a duas janelas. O pano do extremo direito tem três pisos, os dois inferiores subdivididos em dois panos, o primeiro com porta rectilínea e duas janelas, o intermédio com cinco janelas com molduras comuns e, no superior, cinco janelas de três folhas com os caixilhos pintados de branco. Fachada lateral direita virada a O., parcialmente adossada, tendo, no extremo da casa residencial a que se adossa, um muro rasgado por portão rectilíneo, flanqueado por pilares de cantaria em aparelho rústico e

protegido por portão metálico pintado de verde; no interior, forma-se um pequeno pátio com pavimento em cubos de granito, para onde abre o piso superior de um pavilhão anexo, rasgado regularmente por janelas rectilíneas, onde funciona a secção de Medicina Hiperbárica; no fundo do pátio, surge o acesso ao edifício principal. Fachada posterior formada por vários corpos escalonados, com quatro, cinco e seis pisos, adaptando-se ao desnível do terreno, rasgados regularmente por janelas rectilíneas, algumas de peitoril, as do piso superior abertas para sacada comum com guarda metálica; no terceiro piso, surge uma porta em arco de volta perfeita; os pisos superiores abrem para amplo terraço, pavimentado a cimento, de onde sai, sensivelmente ao centro, uma escada metálica.¹⁷

Interior:

Com acesso por dois vestíbulos, o do piso inferior de menores dimensões e com tecto plano, sendo a cobertura do superior composta por sanca curva e tecto plano, ambos pintados de cinza e com frisos de flores pintadas, ambos com pavimento em cantaria calcária. As paredes testeiras são marcadas por três arcos de volta perfeita, assentes em pilastras com os fustes almofadados, os laterais de acesso às escadas que ligam os vários pisos, com coberturas em abóbadas de aresta e paredes marcadas por silhares de azulejo decorativo, com florão central; os centrais servem de nicho, no piso superior, e de recinto da segurança, no inferior. O vestíbulo do piso superior possui quatro painéis de azulejo entre os vários vãos, dois de enchimento e com legendas e dois de grandes dimensões, com cenas figurativas todos policromos e com molduras recortadas, flanqueados por quarteirões encimados por vasos. Os painéis centrais, encimados por açafates, figuram as duas personagens ligadas à fundação e desenvolvimento do Hospital da Marinha, representando D. Rodrigo da Sousa Coutinho e Dr. Bernardo António Gomes. No piso inferior, surge amplo corredor de acesso à zona de análise, marcado por porta de verga recta, com moldura recortada de cantaria, encimada por espaldar recortado e cornija, de onde pendem pingentes, e à antiga farmácia, com tecto plano, tendo medalhão central, de perfil recortado, pintado com o escudo da Marinha Portuguesa, e pavimento de madeira, com as paredes percorridas por amplos armários, pintados em tons de cinza e azul. O piso intermédio liga, no lado direito, à zona de administração e ao bar, com duas dependências

¹⁷ “Antigo Colégio de São Francisco de Xavier / Hospital da Marinha” in Ficha de Inventário N° PT031106510823, IPA – Monumentos.pt (Dezembro 2011);

totalmente forradas de madeira e pavimento em ladrilho. No patamar superior da escadaria, painéis de azulejo policromo figurativo, com molduras recortadas, estípides laterais, encimadas por vasos, a representar episódios da história da Medicina, a azul e branco; no topo, surge a Capela, com acesso por arco de volta perfeita com moldura de madeira, de planta longitudinal composta por nave e capela-mor ligeiramente mais estreita, com as paredes e coberturas marcadas por apainelados de estuque. Arco triunfal em arco abatido, sendo protegido por teia de madeira pintada de branco e dourado, com decoração de drapeados, tendo, na parede testeira, falsas janelas em arco canopial, encimadas por óculos circulares, protegidos por vidro colorido, formando estrelas de oito pontas; estas centram retábulo-mor de talha pintada de branco e dourado. Para o lado direito, a sala da Biblioteca, com os respectivos anexos, e as salas da Junta, surgindo, no lado oposto, corredores com silhares de azulejo, que ligam aos quartos de internamento. Num dos pisos inferiores, o bar, tendo, ao centro, a antiga cisterna, rodeada por marcações de tinas no pavimento, em calcário No centro, o pátio, antigo claustro do Colégio, onde subsistem algumas pilastras da ordem colossal, sendo rodeado por corpos de cinco a seis pisos, rasgados uniformemente por janelas rectilíneas, algumas mantendo os óculos ovalados de arejamento. Na face S., surge escadaria para os vários pisos, marcada por arco de volta perfeita, ficando, no extremo oposto, arco semelhante de acesso à sala das máquinas, antecedido por espaço coberto por abobadilha de tijolo.¹⁸

Características Particulares:

Hospital de estrutura irregular, constituído por vários corpos construídos em épocas distintas, alguns já no séc. 20, integrando antigo Colégio da Companhia de Jesus, de que subsiste um dos pátios, onde se vislumbram algumas pilastras toscanas, abóbadas de aresta, algumas em tijolo, a cisterna e as típicas escadas jesuíticas com o lajeado à vista no intradorso das mesmas. No interior, possui ampla decoração neoclássica, nos azulejos do vestíbulo, escultura de D. João VI no mesmo espaço, considerado um dos ex-libris da escultura neoclássica portuguesa, e estuque da capela, bem como alguns pórticos tardobarrocos, encimados por cornijas contracurvadas, de inspiração borromínica. Nos pisos superiores, surge azulejo de produção novecentista, com temática alusiva ao mundo náutico e à história da medicina, bem como vitral. A capela é um dos espaços mais

¹⁸ Op. Cit, Monumentos.pt.

amplamente decorados, com estuque, apainelados pintados, vitral e um retábulo de planta recta e três eixos, marcado por plintos galbados e espaldar e cornija contracurvados, com decoração que aponta para o estilo neoclássico. No piso inferior, surge uma zona museológica, a antiga farmácia e, segundo a tradição, a primitiva capela, totalmente preenchido por armários de madeira policroma, flanqueados por pilastras e intercalados por portal em arco de volta perfeita, tendo, ao centro, um amplo balcão em forma de urna. No actual bar, surgem vestígios de antigas tinas, que aponta para o facto de se tratar de uma zona de banhos. As fachadas mantém os óculos de ventilação, típicos das edificações hospitalares dos séculos 19 e início de 20, apesar de entaipadas, tendo perdido a sua primitiva função.¹⁹

Curiosidades:

No portal de acesso ao imóvel, inscrição em bronze: "HOSPITAL DA MARINHA". Retábulo da capela de talha pintada de branco e dourado, de planta recta e três eixos definidos por duas pilastras com fustes ornados por motivos fitomórficos e duas colunas coríntias, assentes sobre plintos paralelepípedicos e sustentando frontão interrompido, que enquadra o remate da zona central; o eixo central é rasgado por tribuna em arco de volta perfeita com moldura fitomórfica, surgindo, nos laterais, apainelados rectilíneos com motivos fitomórficos; remate em duplo espaldar recortado, o central assente sobre plintos galbados e sanefa com lambrequins, com decoração de acantos, folhas de louro e escudo central com os símbolos da Marinha, encimado por elementos fitomórficos dourados, sendo o superior ornado por enrolamentos, decoração pictórica e rematado por cornija contracurvada, de inspiração borromínica; altar paralelepípedico.²⁰

Cronologia:

1677 – Falecimento de Jorge Fernandes Villa Nova, o qual deixou em testamento a vontade expressa de ser construído no Campo de Santa Clara um Colégio da Ordem de São Francisco de Xavier;

¹⁹ Op. Cit. Monumentos.pt

²⁰ Op. Cit. Monumentos.pt

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1682 – Início da construção do Colégio de São Francisco Xavier pela Companhia de Jesus;²¹

1758 - 1759 - Com a extinção da Companhia, o imóvel ficou desocupado, instalando-se no local um recolhimento feminino – Recolhimento do Castelo / Hospício dos Jesuítas;

1797 – A Rainha D. Maria I, por alvará de 27 de Setembro, assinado pelo seu filho o Príncipe D. João, destinou para Hospital da Real Armada o Hospício dos Jesuítas;²²

1797 (7 Julho) - A Real Junta da Fazenda da Marinha recebeu ordem para tomar posse do antigo Colégio de São Francisco Xavier;

1797 (27 Setembro) - Alvará a autorizar um pedido de empréstimo de 150 mil cruzados para a readaptação do imóvel, com a construção, no local, de um laboratório e um dispensário farmacêutico; o pagamento ficava garantido por 15 mil cruzados anuais, provenientes da renda da Alfândega;

1798 - Compra de um terreno anexo ao colégio, pertencente ao Conde de Resende, por 1:300\$000;

1800 (12 Janeiro) - as obras foram interrompidas, por se ter verificado que as verbas eram insuficientes;

1800 (21 Janeiro) - D. Rodrigo de Sousa Coutinho fez uma exposição ao rei sobre a necessidade de continuar a construção do hospital;

1800 (22 Agosto) – foi autorizada a retoma dos trabalhos;

1801 (2 Setembro) - o pedido de empréstimo aumentou para 215 mil cruzados;

1806, 1 Novembro - Instalação do Hospital no edifício;

²¹ LIMA, Durval Pires de, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Tomo II, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa LXXII, p. 160.

²² FARO, Emílio de Tovar, “*O Hospital da Marinha – Suas Origens (Subsídios para a história do Serviço de Saúde Naval*” in *Anais do Clube Militar Naval*, Volume XCVII, Lisboa, 1967, p. 768;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1808 - Documentação denomina o imóvel como Hospital do Desterro, Hospital da Galé, Hospital de Santa Clara;

1811 – Portaria de 1 de Fevereiro estabelece que o Hospital da marinha passe a ficar sob a Administração Central dos Hospitais Militares; situação que se manteve por seis anos;

1816 – Por ordem de Sua Magestade e do Exmo Sr. Marquez do Campo Maior, por o Hospital passar a ser administrado pela Repartição da Marinha, são suspensas as entradas, nas suas instalações, de enfermos militares do exército;²³

1823 - Feitura da estátua de D. João VI, por João José de Aguiar;

1833 – Nomeada por D. Pedro IV, uma Comissão de melhoramentos do Hospital da Marinha;

1861 - Levantamento da planta do imóvel;

1870 - Obras no edifício, que importaram em 1:332\$283;

1871 (19 Abril) - Pondera-se o fecho do Hospital, devido à grande despesa que se fazia com a sua manutenção, sendo cedido ao Hospital de São José;

1883 - Reforma do edifício;

1931 - Execução de um vitral para um vestíbulo, pintado por Ricardo Leoni;

1940 (14 Agosto) - Inauguração da biblioteca e da capela; por esta data, foram executados os azulejos do segundo patamar da escadaria, efectuados pela Fábrica Viúva Lamego;

1946 – Oferta de um busto de Bernardino António Gomes ao Hospital; oferta feita pela família do referido, busto feito pelo escultor Costa Mota, que terá servido de modelo para a fundição do busto que se encontra no Jardim Botânico da Faculdade de Ciências;

1954 - Foi iniciada a construção de um anexo, tendo em vista a instalação de uma Escola de Enfermagem junto do Hospital, e instalação de diversos serviços auxiliares, laboratórios, farmácia e oficinas, pela Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha;

²³ Op. Cit. FARO, p. 777.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1956 - Obras de ampliação do hospital, pela Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha, estando a conclusão prevista para 1957.

Intervenções:

Proprietário:

1910 - Início do restauro da capela; Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha: 1957 / 1958 - prosseguiu o fornecimento e montagem do apetrechamento da ampliação realizada em 1956; remodelação total dos quartos destinados a oficiais;

1959 - Conclusão da construção e apetrechamento do grande anexo destinado à instalação dos Laboratórios, Escola de Enfermagem, e oficinas diversas;

DGEMN:

1961 - Obras de conservação exterior executadas no hospital, pelos Serviços de Construção e de Conservação.

Estado de Conservação: Bom

Utilização Inicial: Ensino: Colégio de São Francisco de Xavier

Utilização Actual: Saúde: Hospital da Marinha

Propriedade: Pública: estatal

Afectação: Sem afectação

Protecção

Situação Actual: Não Classificado

Tipo de Protecção: Sem Protecção

Inventário IPA: Monumento (IHRU), IPA N.º: PT031106510823.

Câmara Municipal de Lisboa, Inventário do Plano Director Municipal:

51.26 - (Antigo) Colégio de S. Francisco Xavier / Largo Bernardino António Machado;
Rua do Paraíso; Calçada do Cardeal
- Hospital da Marinha: ver 51.26

Bibliografia

“Antigo Colégio de São Francisco de Xavier / Hospital da Marinha” in Ficha de Inventário N° PT031106510823, IPA – Monumentos.pt; LIMA, Durval Pires de, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Tomo II, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa LXXII Anais da Marinha, tomo IV, ano III, Lisboa, Abril 1941; RIBEIRO, Raúl, *Hospitais Antigos e Modernos, o Hospital da Marinha*, Lisboa, 1960; MENEZES, José de Vasconcelos e, *Hospital da Marinha*, in *Revista de Medicina Militar*, vol. XXVIII, Lisboa, 1980; *Hospital da Marinha*, in *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXIV, Lisboa, Abril - Junho 1984, pp. 331 - 365; SOUSA, Melo e, *Hospital da Marinha - quase dois séculos de actividade*, in *Revista da Armada*, n.º 241, ano XXI, Lisboa, Março 1992; FIGUEIREDO, Sónia Maria Loureiro da Cruz Figueiredo, *O Hospital da Marinha* [trabalho efectuado no unidade lectiva de Metodologia da História da Arte, na Faculdade de Letras de Lisboa], Lisboa, Julho 1992; SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*, [dissertação de doutoramento em História da Arte, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa], Lisboa, 1997; SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europam, Lda, Lisboa, 1994.

Autoria: Elisabete Serol

Data: Dezembro de 2011

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 5 - Palácio dos Condes de Resende

Identificação

Designação: Palácio dos Condes de Resende

Outras Designações: Sede OGFE / Casão Militar

Categoria/ Tipologia: Arquitectura Civil



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XVI, XIX.

Arquitecto/Construtor/Autor/Artistas: Desconhecido

Descrição Histórico-Artística:

O Palácio dos Condes de Resende data da primeira fase de urbanização registada no Campo de Santa Clara (Séc. XVI), fase de ocupação iniciada, neste arrabalde, pela Infanta D. Maria. “*Segundo registos paroquiais, já em 1606, D. João de Castro, Senhor do Morgado de Resende, baptizou uma filha na freguesia de St^a Engrácia, dando como*

morada as «suas casas» neste Campo.»²⁴ Depois do terramoto os condes refugiam-se na Ajuda, acabando por regressar, pouco tempo depois, ao Palácio do Campo de Santa Clara. O Conde de Resende e a sua família habitaram o Palácio do Campo de Santa Clara até, possivelmente, 1822, sabe-se que D. António Benedito e Castro, 4º Conde de Resende, faleceu no ano de 1865, pelo que a família se veio a instalar na cidade do Porto.

Numa parte do palácio foi inaugurado, em 11 de Abril de 1844, o Teatro Sociedade Thalia a que pertenciam as famílias mais distintas da capital, e que para a noite de inauguração escreveu Garrett O tio Simplício, comédia em um acto que obteve aplauso unânime. Em 11 de Janeiro de 1873 inaugurou-se ainda no palácio outra casa de espectáculos, o Teatro Popular de Alfama, que Sousa Bastos diz não ter chegado a durar um ano.

No ano de 1880, o edifício foi vendido por D. Juliana Castro Pamplona, filha do 4º Conde de Resende, ao comerciante Sr. Henry Burnay que o terá restaurado e vendido, 4 anos mais tarde, ao Ministério da Guerra. A venda do edifício ao Ministério da Guerra alterou profundamente a funcionalidade do antigo Palácio, na medida em que, nele foi instalado o Quartel do Regimento de Artilharia de Guarnição Nº 4 e posteriormente criada uma Oficina de Alfaiate.

Esta oficina viria a ganhar tal amplitude, que no ano de 1903, por decreto de 25 de Agosto, seria transformada em Oficina e Depósito de Fardamento da Grande Circunvalação Militar do Sul. Em 1957 foi instituído nas instalações do antigo Palácio dos Condes de Resende um Centro Comercial das OGF, destinado ao corpo do exército.

Hoje funcionam nas suas instalações a Sede das OGFE e o Centro Comercial conhecido por Casão Militar.

Apesar de quase se encontrar quase completamente descaracterizado, o edifício mantém na memória a imponência de uma construção volumosa, que abraça um

²⁴ SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europam, Lda, Lisboa, 1994, p. 773;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

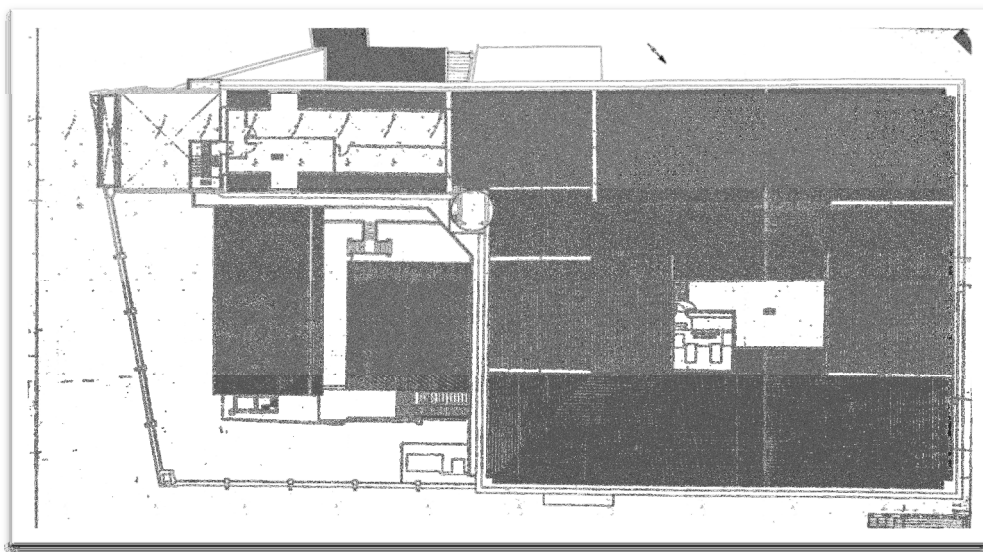
quarteirão, ostentando com orgulho o brasão de armas da família que o habitou - os Condes de Resende, Almirante do Reino.



Vista do Exterior Palácio dos Condes de Resende (Fotografia de Autor)

Exterior:

Edifício apalaçado, de amplas dimensões, com forma quadricular, paredes lisas, despojado de qualquer tipo de ornamentação, para além do escudo de armas da família e uma estátua a tocar uma trombeta.



Planta do Telhado do Palácio dos Condes de Resende (DIE)

Cronologia:

Séc. XVI – Construção do Palácio.

1755 – Abandono das instalações do Palácio, regresso da família pouco tempo depois.

1844 – Inauguração do Teatro Sociedade Thalia, pertencente às famílias mais distintas da capital, nas instalações do Palácio.

1865 – Falecimento de D. António Benedito e Castro, 4º Conde de Resende, pelo que a família veio a instalar-se na cidade do Porto.

1873 – Inauguração do Teatro Popular de Alfama, nas instalações do Palácio.

1880 - O edifício foi vendido por D. Juliana Castro Pamplona, filha do 4º Conde de Resende, ao comerciante Sr. Henry Burnay que o terá restaurado.

1884 - Foi vendido ao Ministério da Guerra. Instalado o Quartel do Regimento de Artilharia de Guarnição Nº 4 e posteriormente criada uma Oficina de Alfaiate.

1957 - Foi instituído nas instalações do antigo Palácio dos Condes de Resende um Centro Comercial das OGF, destinado ao corpo do exército.

Estado de Conservação: Bom

Utilização Actual: Sede das OGFE e Casão Militar.

Propriedade: Pública: Estatal

Afectação: Ministério da Defesa Nacional

Protecção

Situação Actual: Não Classificado.

Tipo de Protecção: Abrangido pela Zona de Protecção da Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional (Monumento Nacional).

O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

A área está sujeita a condicionantes de “Imóveis Militares” - Zona de Protecção das Instalações Militares de Santa Clara – Ministério da Defesa Nacional (Informação recolhida nos arquivos da DIE em 2011).

Decreto: Decreto nº 21 875, de 18 de Novembro de 1932, estabelece a Zonas de Protecção da Igreja de Santa Engrácia (50 metros ao redor do edifício).

Câmara Municipal de Lisboa, Inventário do Plano Director Municipal:

51.20 - Palácio Resende / Campo de Sta. Clara; Largo Dr. Bernardino António Gomes, 87;

Rua do Paraíso, 2 - 12

Bibliografia

SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europam, Lda, Lisboa, 1994; CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa, Descrição Histórica da Margem do Tejo, desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1940; CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga - Bairros Orientais*, 2ª Edição Revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva, Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1939; CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga - Bairros Orientais*, 2ª Edição Revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva, Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1939; MOITA, Irisalva, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, 1º e 2º Tomo, Lisboa, 1973; TORRES, João Carlos Feo Cardoso Castello Branco Motta e, *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, Edições Carvalhos de Basto, Braga, 1991;

Autoria: Elisabete Serol

Data: Novembro 2011.

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 6 - Palácio dos Marqueses do Lavradio

Identificação

Designação: Palácio dos Marqueses de Lavradio

Outras Designações: Tribunal Militar

Categoria/ Tipologia: Palácio Urbano. Arquitectura residencial, barroca joanina.



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XVII e XVIII

Arquitecto/Construtor/Autor: Arquitecto João Frederico Ludovice (atribuição)

Descrição Histórico-Artística:

Mandado construir, em meados do século XVIII, por D. Tomas de Almeida, primeiro patriarca de Lisboa, um Palácio no local onde, D. Tomas, fez demolir uma casas que *tinham sido construídas no terceiro quartel do século XVII pelos ascendentes do mencionado patriarca (...) em 1619, já vamos encontrar domiciliados na freguesia de*

Santa Engrácia, D. António de Almeida e sua mulher D. Madalena de Ataíde, bisavós de D. Tomaz de Almeida. Em consonância com a condição social da família, foi mandado erguer o imponente edifício que dá pelo nome de Palácio do Lavradio. De autoria atribuída²⁵ ao Arquitecto João Frederico Ludovice (1670/1752), caracteriza-se o edifício por ser um dos exemplares da arquitectura civil barroca do período joanino.



Vista do Exterior do Palácio dos Marquesses do Lavradio (Fotografia de Autor)

Exterior:

Planta longitudinal irregular, volumes articulados. O edifício organiza-se dentro de um quadrilátero trapezoidal -cujo lado menor S. corresponde ao alçado principal -, em torno de pátio rectangular, com três pisos. As alas do edifício apresentam coberturas em telhados a 2 águas, articulados nos ângulos, sendo de 3 águas a cobertura do corpo central. O alçado principal é constituído por um corpo central separado dos 2 corpos extremos por pilastras de cantaria, distinguindo-se, ao nível do piso térreo, o portal, ao qual se acede por curta escadaria de lanço único, ladeado por 2 janelas de peito rectangulares e de emolduramento simples. No piso nobre abrem-se 3 janelões rectangulares, sendo o central de sacada e abrindo para uma varanda com guarda de ferro. Este corpo central remata-se por frontão triangular, ostentando as armas reais, o qual é ainda encimado por uma estátua

²⁵ Autoria atribuída no sentido em que, apesar de não existirem documentos que a comprovem, está esta atribuída, nas obras de referência, ao Arquitecto Ludovice.

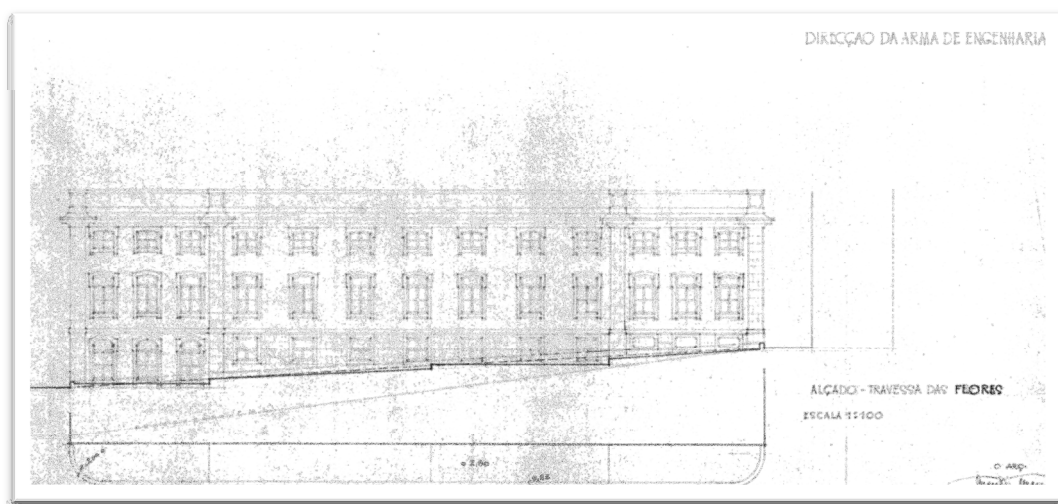
figurando a Justiça. Os corpos extremos, que se apresentam lateralmente limitados por cunhais de cantaria, organizam-se em altura em 3 níveis. No 1º, revestido com placagem de cantaria acusando a pendente da rua, rasgam-se portas e pequenos vãos gradeados iluminantes, no 2º 6 janelas de peito e no 3º (nobre) 6 janelas de sacada com guardas de ferro e coroadas por ática. O remate do edifício faz-se por platibanda de balaústres ritmada por plintos. Os alçados laterais desenvolvem-se em 2 níveis, destacando-se, no E. 12 janelas e no O. 3 janelas idênticas às da fachada S. em cada andar.

Interior:

No interior merecem menção: o átrio, no qual se destaca o revestimento azulejar polícromo setecentista dos muros, em torno da representação das armas dos marqueses de Lavradio *1, a escada com as paredes igualmente revestidas por painéis de azulejos de cenas galantes e de caçadas e tecto com decoração em estuque e ainda algumas salas (designadamente as de audiências e respectiva antesala, as salas de conferências) pela componente decorativa que ostentam, essencialmente constituída por lambris de azulejos e os trabalhos de estuque nos tectos.²⁶

Características particulares:

O palácio oitocentista tem paredes autoportantes com janelas de sacada rematadas por frontispícios muito altos.



Planta da Alçado Travessa das Flores (DIE)

²⁶ Ficha de Inventário IPA Nº PT031106510243 in Monumentos.pt (Dezembro 2011)

Cronologia:

Séc. XVI – Construção de Casas Nobres por descendentes de D. Francisco de Almeida, 1º Vice-Rei da Índia;

1745 – Construção do Palácio no local das casas de família.

1874 – Morte do 8º Conde de Avintes, 5º Marquês do Lavradio.

1874 – Palácio foi à praça e arrematado pelo Estado no valor de 15.300\$000 réis.

1875 – Palácio foi entregue ao Ministério da Guerra.

1875 – Adaptação das instalações às funções dos Tribunais Militares, as quais provocaram alguma descaracterização do edifício.

1945 – Para ampliação das instalações militares foram adquiridos mais 2 prédios, sítos na Travessa das Freiras, na Travessa das Flores, na Travessa dos Condes de Avintes. **[Doc.]**

1946 – Para ampliação das instalações militares foram adquiridos mais 2 prédios sítos na Travessa das Freiras e na Travessa dos Condes de Avintes. **[Doc.]**

Intervenções:

1950 - Em resultado da aquisição de prédios contíguos, a DGEMN efectuou obras de ampliação do palácio, passando o mesmo a ocupar a totalidade do quarteirão. Foi, no entanto, mantida a traça original do edifício.

Curiosidades:

Os bens imóveis que, àquela data, foram arrematados pelo Estado constituíam-se no Palácio e mais 2 edifícios a ele encostados, os quais comunicavam entre si através do jardim existente no centro do palácio.

Foram mantidos os silhares de azulejos que guarnecem os brasões de armas dos Lavradores e o revestimento azulejar da escadaria nobre.

Os tectos foram, no século XIX, decorados com escudos, em relevo, alusivos a feitos militares, feitos em estuque.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

O antigo local da capela do palácio, encontra-se, hoje, revestido a cantaria, com 4 artísticos candeeiros apoiados em estátuas e um busto, sob pedestal, de Manuel da Maia (1672-1768).

Na antessala da antiga sala de audiências dos tribunais militares, o tecto encontra-se revestido de medalhões de estuque, com as figuras de Vasco da Gama, João das Regras, D. João de Castro e Pascoal de Melo. Nas paredes os bustos de D. Afonso Henriques, D. Afonso IV, D. Afonso V, D. Sancho I, D. João I e D. João II.

Na antiga sala de audiências os tectos e paredes encontram-se, igualmente, decorados a estuque, com motivos heráldicos dos vários distritos e das várias ordens nobiliárquicas e militares.

O edifício mantém o jardim original da fundação do palácio, o qual, devido às obras de adaptação a outras funcionalidades, teve de ser rebaixado e ladeado na sua totalidade.

Estado de Conservação: Bom

Utilização Inicial: Casa residencial

Utilização Actual: Acolhe diversas repartições do Exército

Propriedade: Pública: Estatal

Afectação: Ministério da Defesa Nacional

Protecção

Situação Actual: Não Classificado

Tipo de Protecção: A área está sujeita a condicionantes de “Imóveis Militares” - Zona de Protecção das Instalações Militares de Santa Clara – Ministério da Defesa Nacional (Informação recolhida nos arquivos da DIE em 2011).

Inventário IPA: Monumento (IHRU), IPA N°: PT031106510243

Câmara Municipal de Lisboa, Inventário do Plano Director Municipal: 51.19 -
Palácio Lavradio / Campo de Sta. Clara; Trav. do Conde de Avintes; Trav. das Freiras;
Trav. das Flores

Bibliografia

ARAÚJO, Norberto de Araújo – *Inventário de Lisboa*, fascículo IV, C.M.L., Lisboa 1946; CASTILHO, Júlio de Castilho – *A Ribeira de Lisboa, Descrição Histórica da Margem do Tejo, desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, Volume I, C.M.L., Lisboa, 1940; LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos & Companhia, Lisboa, 1874; PEREIRA, José Fernandes, Pereira, Paulo – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1989; PORTUGAL, Fernando; Matos, Alfredo de, *Lisboa em 1758 - Memórias Paroquiais de Lisboa*, Coimbra Editora, Lisboa 1974; SANTANA, Francisco, Sucena, Eduardo – *Dicionário da História de Lisboa*, Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., Lisboa 1994; Índice Geral do Processo do P.M. (Prédio Militar) N° 43 / Lisboa – Edifício dos Tribunais Militares ou Palácio do Marquês do Lavradio ou do Conde de Avintes, in Tombo da Direcção de Infra-Estruturas do Exército sita no Palácio dos Marqueses do Lavradio; “Palácio dos Marqueses do Lavradio”, Ficha de Inventário N° PT031106510243, IPA – Monumentos.pt.

Autoria: Elisabete Serol

Data: 21 de Setembro de 2011

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 7- Palácio dos Condes de Barbacena

Identificação

Designação: Palácio dos Condes de Barbacena

Outras Designações: Messe dos Oficiais do Exército - Lisboa

Categoria/ Tipologia: Palácio Urbano. Arquitectura residencial, barroca joanina.



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XVIII

Arquitecto: Manuel da Costa Negreiros (Séc. XVIII)

Pintores: Francisco Vieira (O Portuense) (1765-1805); José António Narciso.

Descrição Histórico-Artística:

O Palácio foi construído em meados do século XVIII, sob o risco do Arquitecto Manuel da Costa Negreiros (1701/1750), mandado fazer por Luís Xavier Furtado de Mendonça, 4º Visconde de Barbacena.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

O edifício fugiu ao padrão mais comum dos palácios portugueses. Sobre a forma quadricular, cujo corpo central, foi rasgado por janelas e varandas, ostenta no portal, centrado entre duas varandas do andar nobre, o brasão da família Barbacena.

O Palácio permaneceu nos descendentes até à extinção da família, com o 7º Visconde e 2º Conde, Francisco Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, falecido em 1854. Posteriormente o palácio foi a leilão, sendo adquirido pelo Patriarcado para residência dos prelados, recebendo então obras de beneficiação que lhe introduziram algumas alterações. Apesar de ter servido por pouco tempo de residência do prelado de Lisboa, ganhou este Palácio na gíria popular a designação de Palácio da Mitra. A Rainha D. Maria Pia (1847 / 1911), terá dotado Lisboa transformado o edifício do antigo Palácio dos Condes de Barbacena num hospital militar.

No ano de 1925 passou para as mãos dos serviços de Manutenção Militar que nele fez instalar a Messe dos Oficiais do Exército. Apesar de ter sofrido obras, de adaptação à nova funcionalidade, o Palácio manteve a antiga traça de uma imponente construção barroca também ela bordejada pelo brasão da família que o mandou erguer – os Condes de Barbacena.



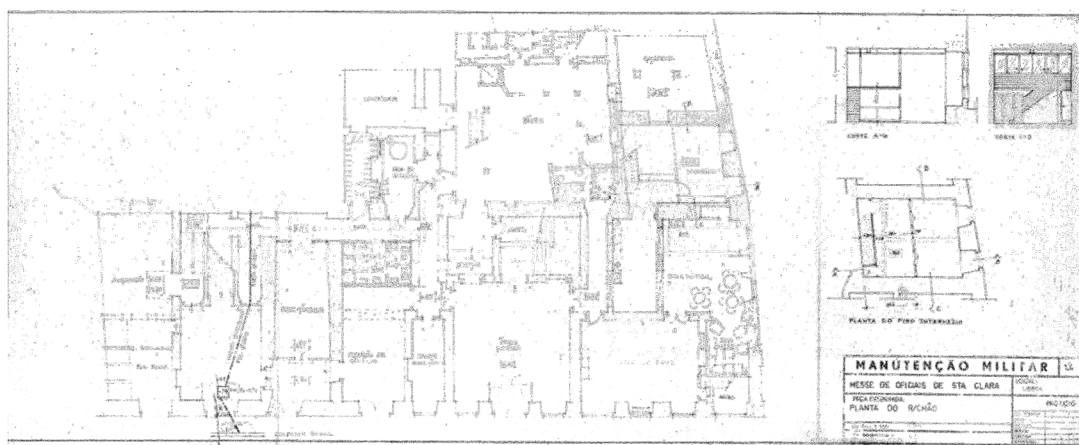
Vista do Exterior do Palácio dos Condes de Barbacena (Fotografia de Autor)

Exterior:

*Fachada principal constituída por um corpo central, portal, andar nobre de duas janelas de varandas e quatro de peitos, e andar superior de sete janelas, e por corpos laterais, rasgados cada um por uma janela por piso. No intervalo das duas varandas centrais do andar nobre o brasão dos Barbacenas *1. A fachada Nascente com duas ordens de oito janelas divididas por três corpos, com a mesma uniformidade e tipo de janelas da fachada principal e todas encimadas por ático. Organiza-se em 4 pisos, sendo o último de construção recente, as duas torres que rematam os cantos integralmente revestidas em pedraria rusticada até ao piso nobre, monumentalizadas por estípites que ladeiam as janelas de sacada, são rematadas por cornija saliente, sustentada por mísulas lavradas. Piso nobre situado no 3º andar e não no 2º como habitual. O corpo central é estruturado por dois portais.*²⁷

Interior:

*O vestíbulo de entrada é amplo e revestido com silhares de azulejo com cenas de género e paisagem, enquadradas entre cercaduras com pilastras em trompe -l'oeil e anjos atlantes, temas que se desenvolvem pela escadaria e salões nobres, em frente abre-se arco triunfal assinalando o arranque da escadaria.*²⁸ Numa das salas, ostenta no tecto uma vistosa composição pictural alegórica (Vénus e Eros rodeados de Cupidos)²⁹, obra de José António Narciso.



Planta rés-do-chão do Palácio dos Condes de Barbacena (DIE)

²⁷ “Palácio dos Condes de Barbacena.” *Ficha de Inventário N° PT031106510729*, IPA – Monumentos.pt (Dezembro 2011).

²⁸ *Ficha de Inventário N° PT031106510729*, Op. Cit.

²⁹ MOITA, Irisalva, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, 2º Tomo, Lisboa, 1975, p. 184.

Cronologia:

Séc. XVIII - Mandado construir pelo 4^a Visconde de Barbacena, Luís Xavier Furtado de Mendonça, segundo projecto de Manuel da Costa Negreiros;

1854 - Por morte do 2^o Conde de Barbacena, o palácio passa para as mãos de herdeiros que, anos depois o vendem em leilão;

1864 - Compra do Palácio dos Condes de Barbacena, onde os Cardeais se instalaram e realizaram obras de beneficiação;

1896 – Sob indicação da Rainha D. Maria Pia o palácio é transformado em hospital militar.

1925 - Instala-se a Messe dos Oficiais do Exército;

Estado de Conservação: Bom

Utilização Inicial: Residencial.

Utilização Actual: Messe dos Oficiais do Exército – Lisboa.

Propriedade: Pública: estatal

Afectação: Ministério da Defesa Nacional

Protecção

Situação Actual: Não Classificado

Tipo de Protecção: A área está sujeita a condicionantes de “Imóveis Militares” - Zona de Protecção das Instalações Militares de Santa Clara – Ministério da Defesa Nacional (Informação recolhida nos arquivos da DIE em 2011).

Inventário IPA: Monumento (IHRU), IPA N^o:PT 031106510729 ;

Câmara Municipal de Lisboa, Inventário do Plano Director Municipal:

51.16 - Palácio Barbacena / Campo de Sta. Clara

Bibliografia

ARAÚJO, Norberto de, Inventário de Lisboa, Fasc. IV, Lisboa, 1946; ALMEIDA, D. Fernando de, (dir. de), Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa, Lisboa - Tomo II, Lisboa, 1975; BIRG, Manuela, Barbacena, in SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo, (dir. de), Dicionário da História de Lisboa, Lisboa, 1994; SERRÃO, Vítor, História da Arte em Portugal - o Barroco, Barcarena, Editorial Presença, 2003; Índice Geral do Processo do P.M. (Prédio Militar) N° 157 / Lisboa – Edifício da Messe dos Oficiais de Santa Clara, in Tombo da Direcção de Infra-Estruturas do Exército sita no Palácio dos Marqueses do Lavradio, “Palácio dos Condes de Barbacena”, Ficha de Inventário N° PT031106510729, IPA – Monumentos.pt;

Autora: Elisabete Serol

Data: Dezembro de 2011

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 8 - Palácio Sinel de Cordes

Identificação

Designação: Palácio Sinel de Cordes

Outras Designações: Desconhecida

Categoria/ Tipologia: Palácio Urbano. Arquitectura residencial.



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Séc. XVIII.

Arquitecto/Construtor/Autor/Artistas: Desconhecido.

Descrição Histórico-Artística:

Edifício de planta rectangular situado no lado norte do Campo de Santa Clara, com ampla fachada principal virada a sul. Edificação de dois andares, com proeminente destaque para o andar nobre que ornamenta uma ordem de janelas de sacada sobrepujadas de áticas triangulares e distribuídas em numero de quatro por cada corpo lateral. No corpo central, de forma um pouco saliente em relação ao alinhamento da

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

construção, abrem-se duas amplas portas de entrada rematadas por uma varanda recortada, a qual assenta em mísulas e para onde abrem três portas janelas. Sobre a cimalha circula uma balaustrada em redor do edifício, na qual, sobre arestas formadas na intersecção das fachadas e sobre os contrafortes que demarcam o corpo central, se anunciam estátuas de gosto neoclássico.



Vista Exterior do Palácio Sinel de Cordes (Fotografia de Autor)

Cronologia:

Séc. XVIII – Construção do imóvel por ensejo da família Sinel de Cordes (Flandres)

Séc. XVII – Após o terramoto de 1755 procede-se à instalação da família Sinel de Cordes no Palácio

Séc. XIX – Imóvel vendido ao Dr. José Correia Godinho da Costa (1º Visconde Correia Godinho)

Séc. XIX – Obras mandadas fazer pelo novo proprietário, que alteraram a fisionomia original do edifício, nomeadamente no exterior com a aplicação de uma balaustrada em redor de todo o edifício e vasos

Séc. XX – Instalação da Legação de Itália

Séc. XX – Grande incêndio

Séc. XX – Instalação da Escola Primária Oficial nº 4

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Séc. XXI – Saída da Escola Primária Oficial nº 4

Séc. XXI – Edifício fechado

Estado de Conservação: Mau

Utilização Inicial: Residencial.

Utilização Actual: Nenhuma.

Propriedade: Pública: estatal

Afectação: Câmara Municipal de Lisboa.

Protecção

Situação Actual: Não Classificado

Tipo de Protecção: Nenhuma

Inventário IPA: Monumento (IHRU), IPA Nº: PT031106510939;

Câmara Municipal de Lisboa, Inventário do Plano Director Municipal:

51.18 - Palácio Sinel de Cordes / Campo de Sta. Clara, 143 - 146; Trav. do Conde de Avintes, 1

Bibliografia

“Palácio Sinel de Cordes” Ficha de Inventário Nº: PT031106510939, IPA – Monumentos.pt; SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europam, Lda, Lisboa, 1994; CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa, Descrição Histórica da Margem do Tejo, desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, Volumes, I, II, IV,V, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1940.

Autora: Elisabete Serol

Data: Dezembro de 2011

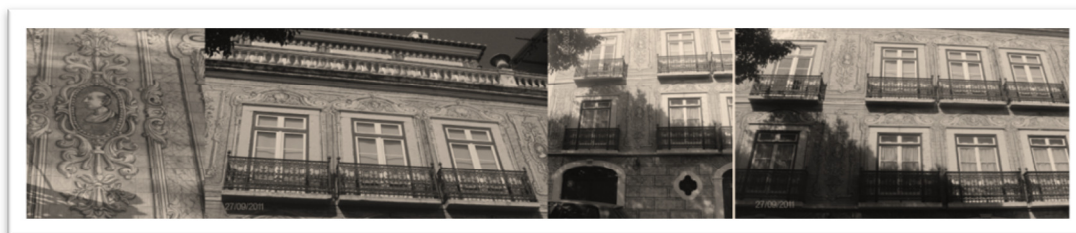
FICHA DE INVENTÁRIO Nº 9 - Nº 125 do Campo de Santa Clara

Identificação

Designação: Edifício do Campo de Santa Clara, Nº 124-126

Outras Designações: Nº 125 do Campo de Santa Clara

Categoria/ Tipologia: Arquitectura civil residencial.



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XIX

Arquitecto/Construtor/Autor/Artistas: Desconhecido.

Descrição Histórico-Artística:

Afigura-se possível, e com base num almanaque de 1886, ter habitado no nº 125 do Campo de Santa Clara um Francisco António Brandão, possível homónimo do médico

Francisco António Brandão condecorado com a Comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (listagem publicada em www.generall.net)

Os azulejos são atribuídos, pelo estilo, a Luís António Ferreira, conhecido por “Ferreira das Tabuletas”, os quais poderão ter sido produzidos na Fábrica Viúva de Lamego, embora Luís António Ferreira tenha colaborado com a Fábrica da Calçada do Monte e, possivelmente, também com a Fábrica Roseira.³⁰

“(…) A fachada desta casa apalaçada tem sido atribuída a Luís Ferreira. (…) Também aqui elementos neo-clássicos e barrocos foram associados a símbolos maçónicos e a influências de arte oriental e naturalista. (…) Os elementos decorativos têm uma pintura minuciosa, sugerindo volumes, a imitar pedra esculpida. Nos florões que adornam as janelas, grinaldas com flores mostram-nos influências da Real Fábrica do Rato.”³¹

Exterior:

Planta rectangular simples, de volume único, com cobertura homogénea em telhado de duas águas, onde surge uma mansarda, revestida a telha, rasgada por cinco vãos rectilíneos com molduras simples de cantaria, os laterais de menores dimensões. O edifício evolui em três pisos e possui remate em balaustrada, dividida por acrotérios encimados por urnas do tipo Médicis. Encontra-se revestido a azulejo decorativo, que, na zona inferior, imita pedra torta, na forma de silhares em aparelho isódomo fendido, tentando dar um ar rústico; nos restantes pisos possui um fundo azul, de pedra torta, com falsos elementos arquitectónicos a amarelo, onde sobressaem as molduras dos vãos, na forma de pilastras e orelhas, com sobreportas, formados por falsos espaldares curvos, com o interior ornado por concheados; entre os vãos, surgem painéis rectilíneos e recortados, onde se integram cartelas ovaladas com efígies antropomórficas, rodeadas por elementos vegetalistas. O piso inferior é rasgado por três portais em arco abatido, com fecho saliente e molduras de cantaria, o central ladeado por óculo quadrilobado; são protegidos por portas de duas folhas de madeira, encimadas por bandeira e o do lado direito por postigos, com grades. Em cada um dos

³⁰ In *Excerto da ficha 413 do Repertório Fotográfico e Documental da Cerâmica Arquitectónica Portuguesa, do Instituto de Promoción Cerámica (Castellón – Espanha), Código: 07-30-02/00413/08. Autoria da ficha: © 2010, Ana Margarida Portela/ Catarina Figueiredo/ Rosário Salema de Carvalho/ Francisco Queiroz/ Isabel Pires, cedido pelo Prof. Dr. Francisco Queiroz em Novembro de 2010*

³¹ SAPORITI, Teresa, *Azulejaria de Luís Ferreira o «Ferreira das Tabuletas», Um Pintor de Lisboa, C.M.L., Lisboa, 1993;*

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

pisos imediatos, surgem cinco janelas de sacada, as três centrais mais juntas, com bacias de cantaria e guarda metálica vazada, formando elementos geométricos e fitomórficos, com pinhas nos ângulos; para elas, abrem portas-janelas com molduras de cantaria simples e remate e pequeno filete.³²



Vista da fachada do Palácio nº 125 do Campo de Santa Clara (Fotografia de Autor)

Cronologia:

Século XIX – Construção

Século XXI – Obras de conservação e restauro

Intervenções:

PROPRIETÁRIO: séc. 21, início - arranjo da zona das mansardas, com substituição das telhas; limpeza das cantarias da balaustrada e das urnas.

Estado de Conservação: Bom

Utilização Inicial: Residencial

Utilização Actual: Residencial

³² “Edifício do Campo de Santa Clara Nº 124-126 “, Ficha de Inventário Nº PT031106511440, IPA – Monumentos.pt. (Dezembro 2011)

Propriedade: Privada

Protecção

Situação Actual: Não Classificado

Tipo de Protecção: Sem Protecção

Inventário IPA: Monumento (IHRU), IPA Nº: PT031106511440;

Câmara Municipal de Lisboa, Inventário do Plano Director Municipal:

51.14 - Edifício de habitação / Campo de Sta. Clara, 124 - 126

Bibliografia

“*Edifício do Campo de Santa Clara Nº 124-126* “, Ficha de Inventário Nº PT031106511440, IPA – Monumentos.pt; Excerto da ficha 413 do repertório Fotográfico e Documental da Cerâmica Arquitectónica Portuguesa, do Instituto de Promoción Cerámica (Castellón – Espanha). A autoria da ficha: © Ana Margarida Portela/ Catarina Figueiredo/ Rosário Salema de Carvalho/ Francisco Queiroz/ Isabel Pires; SAPORITI, Teresa, *Azulejaria de Luís Ferreira o «Ferreira das Tabuletas», Um Pintor de Lisboa*, C.M.L., Lisboa, 1993;

Autoria: Elisabete Serol

Data: Dezembro de 2011

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 10 - Fundação de Cima

Identificação

Designação: Fundação de Cima

Outras Designações: Fundação dos Canhões

Categoria/ Tipologia: Arquitectura Militar / Industrial



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XVII

Arquitecto/Construtor/Autor/Artistas: Desconhecido

Descrição Histórico-Artística:

Com o objectivo de garantir o fabrico, aquisição, guarda, conservação e distribuição de armas ligeiras, artilharia e diverso outro material de guerra, foram criadas, em 1640, as Terceiras da Porta da Cruz. Além das fundições da Fazenda Real, existiam outras

particulares, como é o caso das do Postigo do Arcebispo, de Santa Engrácia, Santa Clara, etc. Tudo leva a crer que, no reinado de D. João III (1502 /1557), a Fazenda Real se tenha apossado das fundições particulares, ampliando e agrupando as do Postigo do Arcebispo e as de Santa Engrácia numa única. Perante a situação de fragilidade em que o domínio filipino deixou Portugal, houve a necessidade de recorrer à importação de armamento. No reinado de D. João V (1689 /1750), foi ordenada a construção de uma oficina de fundição de artilharia, num local que se passou a denominar de “Fundição de Baixo”, por oposição à antiga “Fundição da Coroa Real”, que por estar situada num local alto, se passou a denominar “Fundição de Cima”.

A Fundição de Cima, composta por diversas “casas”, era a fundição que mais laborava, no entanto, por indicação do Conde de Lippe (1724 /1777), houve a necessidade de construir mais 3 fornos de tijolos refractários para a produção de obuses de campanha. Em 1771, sob a sua chefia e a mestria do escultor Machado de Castro (1731/1822), foi executada, na Fundição de Cima, a estátua equestre de D. José I.

Devido às diversas reestruturações sofridas por este organismo, e apesar dos vários melhoramentos ocorridos, no ano de 1867, o Real Arsenal do Exército admitiu por parte do General Fontes Pereira de Melo (1819/1887), a sua primeira extinção. Por Decreto, de 13 de Dezembro de 1869, foi estabelecida a Direcção Geral de Artilharia que passou a substituir o Arsenal. No séc. XIX, devido à evidente incapacidade de acompanhar a evolução tecnológica da área, Portugal viu-se obrigado a comprar armamento ao estrangeiro, pelo que no decreto de 18 de Dezembro de 1902, o qual aprovava o novo regulamento do Arsenal, deixaram de estar incluídas a Fundição de Cima e a Fábrica de Armas, por se encontrarem notoriamente obsoletas. Estas foram substituídas por novas fábricas, construídas em Braço de Prata, Barcarena e Chelas.

O antigo Arsenal do Exército era composto de três edifícios: Fundição de Baixo, Fundição de Cima e Fundição de Santa Clara. A Fundição de Cima é uma construção que, à partida, não se revela digna de um interesse especial, regista na sua memória um acontecimento importante e único da cidade de Lisboa, a fundição da estátua equestre de D. José, sob a direcção do general de engenharia Bartolomeu da Costa e a destreza do mestre Machado de Castro, a qual foi colocada no Terreiro do Paço no ano de 1775 e marcou um ponto de viragem na história da estatuária portuguesa.



Entrada para a Fundição de Cima (Fotografia de Autor)

Cronologia:

1640 - Foram criadas as Tercenas da Porta da Cruz. No reinado de D. João III (1502 /1557), a Fazenda Real apossou-se das fundições particulares, ampliando e agrupando as do Postigo do Arcebispo e as de Santa Engrácia numa única.

Séc. XVII - No reinado de D. João V (1689 /1750), foi ordenada a construção de uma oficina de fundição de artilharia, num local que se passou a denominar de “Fundição de Baixo”, por oposição à antiga “Fundição da Coroa Real”, que por estar situada num local alto, se passou a denominar “Fundição de Cima”.

Séc. XVIII - Houve a necessidade de construir, na Fundição de Cima, mais 3 fornos de tijolos refractários para a produção de obuses de campanha.

1771 - Sob a sua chefia e a mestria do escultor Machado de Castro (1731/1822), foi executada, na Fundição de Cima, a estátua equestre de D. José I.

Séc. XIX - devido à evidente incapacidade de acompanhar a evolução tecnológica da área, Portugal viu-se obrigado a comprar armamento ao estrangeiro, pelo que no decreto de 18 de Dezembro de 1902, o qual aprovava o novo regulamento do Arsenal, deixaram de estar incluídas a Fundição de Cima e a Fábrica de Armas, por se encontrarem

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

notoriamente obsoletas. Estas foram substituídas por novas fábricas, construídas em Braço de Prata, Barcarena e Chelas.

1896 - Foi elaborado um relatório sobre a “Denominada – Fundação dos Canhões (antiga Fundação de Cima) e à semelhança de outras edificações do Campo, também, parte das suas instalações foram entregues às OGFE.

1934 – Outra, parte das instalações da ex- Fundação foram alugadas às “*Companhias Reunidas Gaz e Electricidade*”

Séc. XX (na década de 90) - Encontravam-se, para além das OGFE, instaladas na ex-Fundação de Cima a *Revista Militar, a Revista de Artilharia e a Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.*

2006 - Durante a elaboração do *Programa de Modernização e Concentração de Infra-Estruturas do Exército*, foi apresentada uma proposta de criação de um *Pólo Cultural do Exército*, a instalar nos prédios militares em torno do *Eixo Santa Clara – Santa Apolónia*. No âmbito da proposta de criação do *Pólo Cultural*, foi assinado um Protocolo com a Universidade Lusíada de Lisboa para a realização de Estudos de Arquitectura.

2007 - Dando início à execução da proposta apresentada, foi feita a transferência da Biblioteca do Exército, anteriormente instalada no Convento dos Paulistas, na Calçada do Combro, para parte das instalações da ex-Fundação de Cima.

Séc. XXI - Nas instalações da ex-Fundação, funcionam, hoje em dia, para além da Biblioteca, algumas revistas militares. Mediante solicitação prévia, existe a possibilidade de se assistir a uma visita guiada, às suas instalações, elaborada por técnicos do Museu Militar.

Estado de Conservação: Razoável.

Utilização Inicial: Militar / Industrial

Utilização Actual: Militar /Administrativa

Propriedade: Pública: estatal

Afectação: Ministério da Defesa Nacional

Protecção

Situação Actual: Não Classificado

Tipo de Protecção: A área está sujeita a condicionantes de “Imóveis Militares” - Zona de Protecção das Instalações Militares de Santa Clara – Ministério da Defesa Nacional (Informação recolhida nos arquivos da DIE em 2011).

Bibliografia

Índice Geral do Processo do P.M. (Prédio Militar) N° 43

50 / Lisboa – Fundição dos Canhões, in Tombo da Direcção de Infra-Estruturas do Exército sita no Palácio dos Marqueses do Lavradio; BARBOSA, Inácio de Vilhena, “*Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito) – Arsenaes: Fundição de Cima*”, in *Archivo Pittoresco*, Tomo III, Lisboa, 1865; SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europam, Lda, Lisboa, 1994.

Autora: Elisabete Serol

Data: Dezembro de 2011

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 11 - Fábrica OGFE

Identificação

Designação: Oficina Geral de Fardamento Equipamento (Exército)

Outras Designações: Fábrica OGFE

Categoria/ Tipologia: Arquitectura Militar / Industrial

Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XVIII

Arquitecto/Construtor/Autor/Artistas: Desconhecido

Descrição Histórico-Artística:

Desde a sua fundação em 1764 até 1802, o Real Arsenal do Exército foi organizado por várias fábricas, depósitos, repartições e paióis, cujas instalações se estendiam por esta zona da cidade. Sob indicação do Marquês de Pombal foi estabelecida sobre as ruínas do Convento de Santa Clara de Lisboa, totalmente destruído pelo terramoto, um depósito de Artilharia, que funcionava como estabelecimento de apoio à Fundição de Cima, que dava pelo nome de Parque de Artilharia. Mais tarde, esse local foi aproveitado para construir outra fundição, a Fundição de Santa Clara, a que foi acrescentada, no ano de 1864, a Fábrica de Armas.

Neste mesmo local, no ano de 1842, o Tenente - General José Baptista da Silva Lopes (1784/1857), Barão de Monte Pedral, com a clara intenção de vir a criar um núcleo museológico, determinou as medidas necessárias para se reunissem e classificassem, objectos raros e curiosos, modelos de máquinas e aparelhos, armas de vários géneros, etc., em depósitos próprios, que vieram a dar origem, em 1851, pelo decreto que reformou o Arsenal do Exército, ao Museu de Artilharia, que aqui se iria manter mais vinte e cinco anos, durante os quais, a ele se referiram alguns mestres lisiponenses tais como Barbosa Vilhena, através de que ficámos a saber que o Museu «ocupava um vasto salão (...) que entretanto, com a reorganização da Arma de Artilharia, em 1869, passou a estar a cargo do director da Fábrica de Armas, a que Pinho Leal faz, também, referência designando-o por «Museu de Artilharia (...)», até à sua transferência definitiva, em 1876, para as instalações do extinto Colégio dos Aprendizes da Fundação de Baixo, (...).

No séc. XIX, devido à evidente incapacidade de acompanhar a evolução tecnológica da área, Portugal viu-se obrigado a comprar armamento ao estrangeiro, pelo que no decreto de 18 de Dezembro de 1902, o qual aprovava o novo regulamento do Arsenal, deixaram de estar incluídas a Fundação de Cima e a Fábrica de Armas, por se encontrarem notoriamente obsoletas. Estas foram substituídas por novas fábricas, construídas em Braço de Prata, Barcarena e Chelas.

Nas instalações desocupadas da antiga Fábrica de Armas, por Decreto nº 13.171 de 17 de Fevereiro de 1927, é criada a Fábrica de Equipamentos e Arreios, com a finalidade de se proceder à manufactura e reparação de correame, equipamentos individuais, arreios e equipamentos regimentais.

Em 1947, à Fábrica de Equipamentos e Arreios sucederam-se as Oficinas Gerais de Equipamentos e Arreios, conhecida por Fábrica Militar de Santa Clara, encontrava-se nas suas instalações uma Sala de Padrões³³. Com a Guerra de África (1961-1974) foi necessário proceder-se à expansão das instalações, pelo que a Sala dos Padrões, foi remetida para um espaço pequeno e sem condições, caindo em esquecimento. Ao mesmo tempo, com a desvalorização do espaço museológico, foram sendo emprestados

³³ Sala de Padrões – local onde eram depositados todos os primeiros moldes, de fardas e equipamentos do exército, experimentados e concluídos com êxito, nas instalações da fábrica.

a outros museus, peças tais como arreios de tracção e carga, um cavalo de madeira, em tamanho natural, obra artística de marcenaria, os quais nunca mais foram devolvidos.³⁴ Na década de 80, houve por parte do Gabinete de Criatividade, uma nova intenção de reerguer o espaço museológico, a qual saiu gorada, e acabando por cair, novamente, no esquecimento, por não ter conseguido assegurar a sua abertura ao público.

A fábrica foi distinguida, por diversas vezes, com prémios e distinções nacionais e internacionais da especialidade. Em 1910, a dicotomia qualidade/preço aliada ao conhecimento técnico posto na confecção dos uniformes, valeu ao Depósito Central de Fardamento (DCF) o elogio, “(...) *ao muito zelo e escrupuloso cuidado no acabamento e rigorosa observância dos desenhos e prescrições estabelecidas, feito pelo General Rodrigues da Costa, presidente da Comissão Oficial do Centenário da Guerra Peninsular, referindo-se aos fardamentos – padrão 1810 – destinados a praças que participaram nos festejos comemorativos da Batalha do Buçaco.*” Mais tarde, em 1929, na sequência da Exposição de Sevilha, a OGFC, com a mostra de uniformes militares no Pavilhão de Portugal, veio a receber o «grand prix», distinção alcançada pelo esforço, elegância no corte e na execução dos uniformes, prémio que contribuiu para o reconhecimento internacional da indústria militar portuguesa. Em 1982 foi-lhe atribuído por uma revista da especialidade e com o patrocínio do governo espanhol, o «Trofeo al Mejor Servicio», no mesmo ano o «Semanário Expresso», na edição de 31 de Julho, publica a lista das 1000 maiores empresas portuguesas, onde a OGFE ocupa o 86º lugar como empresa privada. Em 1983, as OGFE são convidadas a participar na «Filex – Exposição do Exército Português». Em 1984, é-lhes atribuído, em Barcelona, o «Arab Prestige Trophy» pela qualidade dos produtos.³⁵

Pelo Decreto-lei nº 49.188, de 13 de Agosto de 1969, foi extinta a Fábrica Militar de Santa Clara e incorporado o seu património nas Oficinas Gerais de Fardamento que passaram a designar-se por Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

³⁴ “*Museu fabril das OGFE – Pressupostos históricos e museológicos na origem do projecto*”, in Revista Militar – Casão Militar, Nº 5, Outono/Inverno, Lisboa, 2001/2002;

³⁵ MOURA, Maria Cristina, “*OGFE: Um Século fazendo jus à sua divisa ao serviço das Forças Armadas – Nobis Honor Servire*” in Jornal do Exército, Ano XLIII, Nº 521, Agosto/Setembro, Lisboa, 2003, pp.34/39;



Sala de Padrões (Centro de Documentação e Biblioteca da OGFE)

Cronologia:

Séc. XVIII - Sob indicação do Marquês de Pombal foi estabelecida sobre as ruínas do Convento de Santa Clara de Lisboa, totalmente destruído pelo terramoto, um depósito de Artilharia, que funcionava como estabelecimento de apoio à Fundição de Cima, que dava pelo nome de Parque de Artilharia.

Séc. XVIII - Mais tarde, esse local foi aproveitado para construir outra fundição, a Fundição de Santa Clara.

Séc. XIX (1864) – Foi-lhe acrescentada a Fábrica de Armas.

1842 - O Tenente - General José Baptista da Silva Lopes (1784/1857), Barão de Monte Pedral, com a clara intenção de vir a criar um núcleo museológico, determinou as medidas necessárias para se reunissem e classificassem, objectos raros e curiosos, modelos de máquinas e aparelhos, armas de vários géneros, etc., em depósitos próprios.

1851 – Depósitos deram origem ao Museu de Artilharia.

1876 - Transferência definitiva para as instalações do extinto Colégio dos Aprendizes da Fundição de Baixo.

Séc. XIX - A Fundição de Cima e a Fábrica de Armas, por se encontrarem notoriamente obsoletas, foram encerradas e substituídas por novas fábricas, construídas em Braço de Prata, Barcarena e Chelas.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1910 – Elogio, ao muito zelo e escrupuloso cuidado no acabamento e rigorosa observância dos desenhos e prescrições estabelecidas, feito pelo General Rodrigues da Costa, presidente da Comissão Oficial do Centenário da Guerra Peninsular, à DCF.

1927 - Nas instalações desocupadas da antiga Fábrica de Armas, foi criada a Fábrica de Equipamentos e Arreios.

1929 – Prémio «grand prix» atribuído aos uniformes militares portugueses expostos no Pavilhão de Portugal na Exposição de Sevilha.

1947 - Quando à Fábrica de Equipamentos e Arreios se sucederam as Oficinas Gerais de Equipamentos e Arreios, encontrava-se nas suas instalações uma Sala de Padrões.

1969 - Foi extinta a Fábrica Militar de Santa Clara e incorporado o seu património nas Oficinas Gerais de Fardamento que passaram a designar-se por Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Séc. XX (Década de 70) – Núcleo museológico cai no esquecimento.

Séc. XX (Década de 80) – Nova tentativa, gorada, de reabertura do espaço museológico.

1982 - «Trofeo al Mejor Servicio» atribuído por uma revista da especialidade e com o patrocínio do governo espanhol.

1982 (31 Julho) – Publicação no «Semanário Expresso», da lista das 1000 maiores empresas portuguesas, onde a OGFE ocupa o 86º lugar como empresa privada.

1983 - As OGFE são convidadas a participar na «Filex – Exposição do Exército Português».

1984 - É-lhes atribuído, em Barcelona, o «Arab Prestige Trophy» pela qualidade dos produtos.

Estado de Conservação: Razoável

Utilização Inicial: Militar / Industrial

Utilização Actual: Militar / Industrial

Propriedade: Pública: estatal

Afectação: Ministério de Defesa Nacional

Protecção

Situação Actual: Não Classificado

Tipo de Protecção: A área está sujeita a condicionantes de “Imóveis Militares” - Zona de Protecção das Instalações Militares de Santa Clara – Ministério da Defesa Nacional (Informação recolhida nos arquivos da DIE em 2011).

Bibliografia

“*Museu fabril das OGFE – Pressupostos históricos e museológicos na origem do projecto*”, in Revista Militar – Casão Militar, Nº 5, Outono/Inverno, Lisboa, 2001/2002;

MOURA, Maria Cristina, “ *OGFE: Um Século fazendo jus à sua divisa ao serviço das Forças Armadas – Nobis Honor Servire*” in Jornal do Exército, Ano XLIII, Nº 521, Agosto/Setembro, Lisboa, 2003, p.34;

“*Fotobiografia OGFE*” in Revista Casão Militar, Nº 4, Primavera/Verão, Lisboa, 2001;

BARBOSA, Inácio de Vilhena, “*Fragments de um Roteiro de Lisboa (Inédito) – Fundição do Campo de Santa Clara*”, in *Archivo Pittoresco, Semanário Ilustrado*, Tomo VI, Lisboa, 1858;

Autora: Elisabete Serol

Data: Dezembro de 2011

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 12 - Mercado de Santa Clara

Identificação

Designação: Mercado de Santa Clara

Outras Designações: Mercado Municipal de Santa Clara

Categoria/ Tipologia: Arquitectura civil / Arquitectura do Ferro



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XIX

Arquitecto/Construtor/Autor/Artistas:

Arquitecto: Emiliano Augusto de Bettencourt ³⁶

³⁶ Nasceu a 12 de Novembro de 1825 e faleceu, em Lisboa, a 5 de Junho de 1886. Arquitecto do corpo auxiliar de engenharia civil. Serviu na repartição técnica do Ministério das Obras Públicas, como desenhador de 1.ª classe. Foi autor de cartas geográficas premiadas nas Exposições de Lisboa e Porto. Era sócio da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, membro fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa e sócio da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.

Descrição Histórico-Artística:

Para além do facto de o Mercado de Santa Clara se encontrar inserido num espaço urbano privilegiado, envolto de um conjunto de elementos de grande valor patrimonial e arquitectónicos, testemunhos da longa convivência do local com a história da cidade, é este mercado, o mais antigo e o único exemplar da época áurea dos mercados de ferro da cidade de Lisboa.³⁷

No final do século XIX para dar resposta às necessidades de uma sociedade emergente, mais letrada, mais culta e mais urbana, foram a arquitectura e a engenharia colocadas à disposição do ambicioso programa de obras públicas implantado pelo governo português. Assim, para além da construção de casas de habitação em número elevado, foi necessário desenvolver uma rede de infra-estruturas diversificada que correspondesse às necessidades dessa sociedade e ao bom funcionamento da vida urbana. Do conjunto de infra-estruturas indispensáveis à vida na cidade surgiu a necessidade de construir novos espaços para a comercialização de produtos frescos, os quais teriam forçosamente de ser “*Funcionais na sua organização, higiénicos e pragmáticos na construção, os mais importantes e qualificados incorporaram soluções da arquitectura do ferro (...)*”.³⁸

Estamos a falar dos Mercados, onde se engloba o Mercado de Santa Clara. “(...) associados à imagem da sociedade que os promoveu e utilizou, foram pretexto de experimentação de novas soluções espaciais e construtivas. “³⁹ No final do século, à sombra do que se fazia no estrangeiro, através dos mercados e de tantas outras construções, foram inseridos em Portugal novos programas artísticos e construtivos com

Dedicava-se especialmente a assuntos de investigação de história regional. Escreveu: *Memória sobre a descoberta das Ilhas do Porto Santo e Madeira (1418-1419)*, Lisboa, 1875, com a transcrição do manuscrito de Valentim Fernandes; *Descobrimientos. Guerras e Conquistas dos Portugueses em terras do Ultramar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1881 a 1882 e *Dicionário corográfico de Português*, Lisboa, 1870.

³⁷ In Mercado de Santa Clara, CML, Lisboa, 1991, p. 21.

³⁸ GOMES, Maria Marques Calado de Albuquerque, *A Cultura Arquitectónica em Portugal, 1880-1920, Tradição e Inovação*, I Volume, Lisboa, 2003, p. 321.

³⁹ Idem, p. 340.

base na Arquitectura do Ferro, na Arte Nova e em várias outras soluções artísticas associadas à moda e ao cosmopolitismo.

A proposta de construção do Mercado de Santa Clara em Lisboa foi apresentada à Câmara Municipal pelos senhores Conde de Penamacor e António Paes de Sande e Castro a qual mereceu um parecer favorável por parte de então vereador camarário, José Gregório da Rosa e Araújo, preconizador do desenvolvimento e modernização da cidade de Lisboa.

Entretanto, a concessão é trespassada ao Banco do Porto sob as seguintes condições:

“ 1.ª A Câmara entrega aos concessionários dois mil metros quadrados de terreno na Alameda do Campo de Sta. Clara, para que nele seja edificado um mercado construído de ferro e de vidro; (...) 4.ª A C.M.L. não faz concessão de estabelecimento idêntico num raio de 2 Km; (...)”⁴⁰

Posteriormente foi criada A Companhia de Mercados e Edificações Urbanas à qual foi entregue por despacho camarário de 21 de Dezembro de 1874 a exploração do Mercado de Santa Clara em Lisboa, assim como de todos os outros que viesse a ser projectados.

A inauguração do Mercado foi feita, com pompa e circunstância, no dia 07 de Outubro de 1877, sob a melodia de uma orquestra que tocava num coreto instalado no local, propositadamente para o dia da inauguração.

“A festa de inauguração deste mercado foi esplêndida. N’esse dia todo o edifício esteve embandeirado, subindo aos ares milhares de foguetes e tocando duas philarmónicas, uma dentro do recinto e outra da parte externa, para que se armou um vistoso corêto. Imenso concurso de gente ali affluíu e a multidão era enorme.”⁴¹

O Mercado foi, em primeira instância, encarado como uma moderna e higiénica forma de comercializar produtos alimentares frescos a toda a população da zona de S. Vicente e arredores, bem como de local de acolhimento de todos os vendedores ambulantes que por aquelas bandas vendiam os seus produtos. Em 1926 sob o desígnio de melhor estruturar o comércio de produtos alimentares frescos, foi inaugurado em Santa Clara

⁴⁰ In Mercado de Santa Clara, CML, Lisboa, 1991, p. 8.

⁴¹ In Mercado de Santa Clara, C.M.L., Lisboa, 1995, p. 7.

um mercado agrícola que incorporou os comerciantes do Mercado da Graça e St^a Marinha.

A cada comerciante foi cedido um metro quadrado para a venda de peixe, criação, fruta ou hortaliça, de modo que inclusivamente “*barbeiros e os donos das lojas de móveis passaram a vender ovos, hortaliças e outros géneros.*”⁴² Á época funcionavam no interior do mercado 140 lugares de venda, e no exterior em toda a sua envolvência, mais 56 lojas.

No ano de 1927 a exploração comercial do mercado passou para o domínio do Serviço de Fiscalização Sanitária, Mercados e Lavadouros da Câmara Municipal de Lisboa. Com o passar dos anos o mercado vai perdendo a influência de outros tempos e começa a acusar uma quebra nas vendas, em grande parte consequência da falta de manutenção e limpeza do espaço, evidenciada nos vários alertas proferidos pelos serviços de fiscalização sanitária na década de 50.

A situação de falta de manutenção do mercado arrastou-se por largos anos, surgindo no ano de 1962 um estudo com vista ao arranjo do local, o qual teve poucos efeitos práticos e que à época visava não só a comodidade do público em geral, mas também e principalmente o facto de este ser um local bastante procurado por estrangeiros.

Convém dizer que o estabelecimento definitivo da Feira da Ladra, a partir do ano de 1882, veio incrementar a procura do local tanto por habitantes, como por estrangeiros, como por curiosos que engrossaram os números de utilizadores do Mercado de Santa Clara. Com o tempo a influência da Feira da Ladra sobre o Mercado de Santa Clara foi de tal ordem que muitas das lojas começaram a vender, à semelhança da feira, antiguidades e ferro-velho.

Na década de 80 sob o desígnio de inovar, rentabilizar e tornar o mercado mais funcional, foi solicitado, ao arquitecto Alberto Sousa Oliveira, um projecto de reparação e remodelação tendo em vista a solução dos seus mais graves problemas. Desse projecto resultou a instalação de um Restaurante panorâmico na sobreloja do mercado, foram instaladas novas bancas e remodeladas diversas lojas, para além de diversas alterações funcionais. Porém, tudo isto não bastou para salvar o Mercado de Santa Clara que

⁴² In Mercado de Santa Clara, C.M.L., Lisboa, 1995, p. 14.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

deixou de funcionar como mercado de venda de produtos frescos e passou a funcionar como pólo de dinamização cultural da cidade, acolhendo eventos de índole diversa.

Hoje em dia, para além do restaurante panorâmico, lojas de antiguidades e de produtos alternativos, o Mercado de Santa Clara acolhe o Centro de Artes Culinárias, o qual foi inaugurado no dia 28 de Junho de 2011, em resultado de um protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação “As Idades dos Sabores”.⁴³



Vista Exterior do Mercado de Santa Clara (Fotografia de Autor)

Exterior:

Situado numa área de 1250 m², o edifício está construído sobre um plano inclinado, o qual é estruturalmente favorável à sua funcionalidade. É um mercado coberto, de formato rectangular, constituído por uma nave central e corredores laterais demarcados por duas colunatas de ferro fundido. O centro da nave é armado em ferro, coberto de telha marselhesa e iluminado por uma cúpula de vidro enquadrada no telheiro, de quatro águas com clarabóia ao centro. A iluminação do espaço é, ainda, proporcionada por um

⁴³<http://www.youtube.com/watch?v=-1FEM7-VVmk>, consultado dia 14 de Novembro de 2011

O Campo de Santa Clara, em Lisboa Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

espaço envidraçado, que percorre os quatro lados da estrutura rectangular, entre o telheiro e a cobertura das bancas que estão distribuídas ao longo das paredes.

Na envolvente da nave mas, agora, num corpo separado, foram enquadradas diversas lojas que se dividem pelas paredes e pilares de cantaria, cujos beirais formam um de alpendre em redor de toda a estrutura, coberto, também ele, pela telha marselhesa.

Prolonga-se a estrutura de nascente para poente, ostentando nas extremidades e ao centro dos alçados, dois portões concebidos em grilhagem de ferro fundido. Os portões de formato quadrilátero no sentido vertical, compõem-se de duas portas de estrias verticais que são rematadas na extremidade com pontas de lança. Sensivelmente a um terço da altura inferior do portão, este, é reforçado por uma barra horizontal de grilhagem com motivos decorativos. Cravada nos portões está a data da inauguração do Mercado, que foi a 7.10.77. (1877)

No topo e ao centro de cada portão, por cima da arquitrave, encontram-se as Armas da Cidade, as quais apresentam alguns pormenores fora do tradicional. A envolver o escudo heráldico e sob um frontão de frutos, símbolo da abundância, encontra-se um cartela enrolada. Por sua vez, no interior do escudo, por entre os mastros da Caravela surge um semi-círculo radiado e um dos corvos a esvoaçar. Encimando a cartela encontra-se uma coroa com cinco torres que simbolizam o Brasão de uma cidade.



Vista do Interior do Mercado de Santa Clara (Fotografia de Autor)

Cronologia:

1873 - Apresentação da proposta de construção feita pelo Conde de Penamacor e António Paes Sande e Castro

1874 - Aprovação da proposta pelos Vereadores Barão de Mendonça, José Carlos Nunes, José Elias Garcia e José Gregório da Rosa Araújo

1874 - Concessão trespassada ao Banco do Porto

1874 - Concessão trespassada à Companhia de Mercados e Edificações Urbanas

1877 - Inauguração e abertura ao público

1926 - Inauguração do Mercado Agrícola de Santa Clara

1927 - Exploração do Mercado passa para a posse da Câmara Municipal de Lisboa

1949 - Mercado acusa baixa de produção

1953 - Fiscalização sanitária alerta para a urgência de limpeza e obras de conservação no interior e exterior do mercado

1959 - É reforçada pela mesma entidade a exigência de obras de conservação e algumas alterações

1962 - Efectuado estudo para o arranjo do mercado, elaboração do ante-projecto

Intervenções:

1963 - Pequenas reparações, instalação do matadouro

1964 - Pequenas reparações, remoção das jaulas de criação (capoeiras) e inauguração de um local de recolha de criação mais adequado

1964 - Pintura e arranjos de embelezamento

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1981 - Introdução de equipamento de frio

1982 - Projecto de recuperação do mercado apresentado pelo Arquitecto Alberto Sousa Oliveira

2005 – Obras de Remodelação que permitiram, alargar o comércio de antiguidades, tão característico do mercado, à semelhança da Feira da Ladra, realizada às suas portas, e possibilitam a realização de actividades culturais, lúdicas e turísticas.

Estado de Conservação: Bom

Utilização Inicial: Comercial: Mercado de alimentos frescos.

Utilização Actual: Comercial: Restaurante, Lojas.

Propriedade: Pública: estatal

Afectação: Câmara Municipal de Lisboa

Protecção

Situação Actual: Não Classificado

Tipo de Protecção: Sem protecção

Inventário IPA: Monumento (IHRU), **IPA N°:** PT031106511200

Câmara Municipal de Lisboa, Inventário do Plano Director Municipal:

51.13 - Mercado Municipal de Sta. Clara / Campo de Sta. Clara

Bibliografia

“Mercado Municipal de Santa Clara”, Ficha de Inventário N° PT031106511200, IPA – Monumentos.pt.; SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europam, Lda, Lisboa, 1994; VELASCO, Emília Maria, *Mercado de Santa Clara*, CML-DMAC, Lisboa, 1992,

CML Revista, Boletim Informativo do Funcionário da CML/ Publicação Mensal, Março, Lisboa, 2009,

Autoria: Elisabete Serol

Data: Dezembro de 2011

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 13 - Jardim Botto Machado

Identificação: Jardim Botto Machado

Categoria/ Tipologia: Arquitectura paisagística



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XIX

Descrição Histórico-Artística:

O Jardim Boto Machado foi construído em 1862 sobre a encosta que desce o Campo de Santa Clara até à rua do Paraíso. O jardim possui um parque infantil e mesas de jogo. O topo nascente do jardim funciona como um miradouro com uma esplêndida vista para o Rio Tejo. Foi baptizado com o nome de Botto Machado, homenagem a [Pedro de Amaral Botto Machado](#), político republicano português.



Vista Superior sobre o Jardim Botto Machado (Fotografia de Autor)

Cronologia:

1862 - Inauguração

Intervenções:

Rede de Miradouros - Jardim Botto Machado

Nome Projecto: Requalificação e Dinamização da Rede de Miradouros da Lisboa Histórica e Turística – Jardim Boto Machado – Campo de Santa Clara

Local e Zona: Campo de Santa Clara

Freguesia:S.Vicente de Fora

Trabalhos a Realizar:

A proposta contempla a renovação da imagem do jardim através da alteração significativa da vegetação permitindo uma maior amplitude de vistas e utilização uma vez que os canteiros, quase todos inacessíveis, serão devolvidos ao público.

Prevê-se simultaneamente a dinamização do jardim através da introdução de um quiosque do ramo alimentar ao qual estará associada uma zona de esplanada. A zona do parque infantil existente será apenas alvo de remodelações.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

In <http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/index.php?id=5564> (Janeiro 2012)

Depois de, anos entregue ao abandono e ao vandalismo, o Jardim Botto Machado, em Lisboa, reabriu com outras condições. É um renovado espaço verde, junto ao Panteão Nacional e ao Campo de Santa Clara, onde duas vezes por semana se ergue a Feira da Ladra. Há uns meses, o Jardim Botto Machado era uma zona suja, descuidada. Agora reabriu com nova iluminação, novos canteiros e vegetação, um parque infantil e um quiosque com esplanada. A intervenção teve um custo de cerca de 260 mil euros (abaixo dos 317 mil euros previstos) que foi suportado pelas contrapartidas financeiras do Casino Lisboa, tal como confirmou, ao JN, Sá Fernandes, vereador do Espaço Público e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

In

http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Lisboa&Concelho=Lisboa&Option=Interior&content_id=1343062 (Janeiro 2012)

Autoria: Elisabete Serol

Data: Janeiro 2012

FICHA DE INVENTÁRIO Nº 14 - Feira da Ladra

Identificação: Feira da Ladra

Outras designações: “Feira das Almas”.⁴⁴

Categoria: Feira / Mercado de Rua



Localização

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Freguesia: S. Vicente de Fora

Endereço/ Local: Campo de Santa Clara

Período Cronológico

Época Construção: Século XII

Descrição Histórico-Artística:

Feira franca lisboeta que remonta ao séc. XII, tendo origem nos velhos mercados medievais, anteriores possivelmente à fundação da nacionalidade. O seu primeiro local conhecido, pelo menos desde o reinado de Afonso III, foi o Chão da Feira, que se realizava junto às muralhas do Castelo, no lado sul. Era neste tempo um mercado

⁴⁴ “Almas” entendido como peças de couro colocadas entre a palmilha e a sola, para reforço do calçado (cujas sobras se encontrariam em abundância no chão da feira); ou pelo aspecto fúnebre da feira quando visto de madrugada, iluminado à luz de velas;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

abastecedor da população, onde eram comercializados desde géneros alimentícios, vestuário, objectos usados, etc.

No segundo quartel do século XV há notícia de que esta se efectuava no Rossio, no terreiro sobre as arcadas do Hospital de Todos-os-Santos, onde se deve ter conservado até ao terramoto de 1755.

Entretanto, foi perdendo o seu carácter de mercado abastecedor e transformou-se cada vez mais num mercado de bugigangas, objectos e roupas usadas, ocasionalmente objectos de arte ou raridades, um verdadeiro mercado de trapo e ferro velho. É já com este carácter que, no século XIX, funciona nas “Hortas de Valverde”, espaço compreendido entre a Praça da Alegria e a rua ocidental ao Passeio Público, até ao Palácio do Marquês de Castelo Melhor, actual Palácio Foz.

Em Fevereiro de 1823 foi transferida para o Campo de Santana e, passados cinco meses, novamente para o Passeio Público. Em Maio de 1835 volta para o Campo de Santana, onde se mantém até Abril de 1882, data em que a Câmara determina a sua transferência para o Campo de Santa Clara (mas poucos dias aqui esteve devido ao descontentamento do público, voltando novamente para o Campo de Santana. Semanas mais tarde, em Julho de 1882 volta para Santa Clara, onde começou por funcionar às terças-feiras.

Continua actualmente a realizar-se às terças e Sábados (desde 1903), constituindo hoje um centro de animação de atracção popular e turística.





Feira da Ladra (Fotografias de Autor)

Curiosidades:

Origem do nome (teses):

1. Corruptela de “lada” (lado), dado a feira se realizar na “Ribeira do Tejo”, no lado direito do rio.
 2. Nome derivado de “lázaro” ou “ladro”, dado ser um mercado de objectos velhos e miseráveis.
 3. Designação originária da pregação de religiosos que considerariam a feira como fonte de “rpto” de virtudes.
 4. Nome atribuído por associação a certa feirante quinhentista supostamente de poucos escrúpulos.

Cronologia:

Séc. XII – Realização no Chão da Feira, ás Portas do Castelo de São Jorge.

1430 – Realiza-se no Rossio.

1755 – Sem determinação municipal, os feirantes ocuparam as antigas hortas de Valverde no Rossio.

1809 – Determinação municipal de fixação da feira na Praça da Alegria.

1823 – Determinação municipal de transferência da feira para o Campo Sant’ Ana.

1823 – Mudança da feira para o Passeio Público.

1834 – Mudança da feira para o Campo de Sant’ Ana

O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

1882 – Mudança da feira para o Campo de Santa Clara, voltando pouco tempo depois ao Campo Sant' Ana e novamente ao Campo de Santa Clara, onde permanece.

Bibliografia:

DIAS, Marina Tavares, *A Feira da Ladra, Guias de Lisboa pelos Olisipógrafos*, Ibis Editores Lda., Lisboa, 1990; OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa, Archivista da Camara Municipal da Mesma Cidade*, 1ª Parte, Publicação mandada fazer a expensas da Camara Municipal de Lisboa, para commemorar o centenário do MARQUEZ DE POMBAL em 8 de Maio de 1882, Tomo III, Typographia Universal (Imprensa da Casa Real), Lisboa, 1888; CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga - Bairros Orientais*, 2ª Edição Revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva, Volumes VI, Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1939;

Autoria: Elisabete Serol

Data: Janeiro de 2012

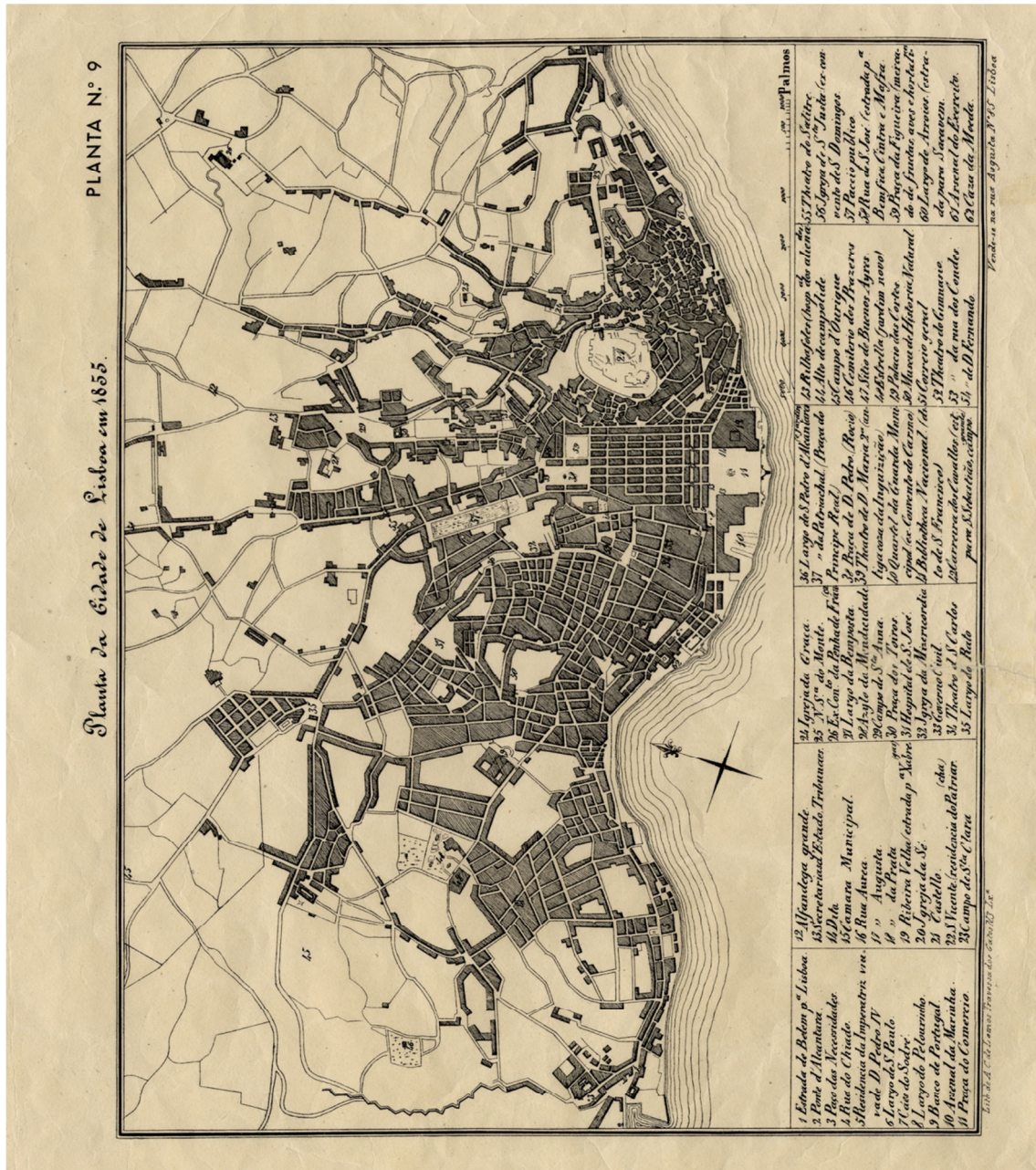
Nota Prévia

As plantas e mapas da cidade de Lisboa que se apresentam a seguir, foram recolhidas no Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses e no Arquivo Fotográfico Digital da Câmara Municipal de Lisboa. Pretende-se com os mesmos mostrar a evolução urbanística do Campo de Santa Clara.

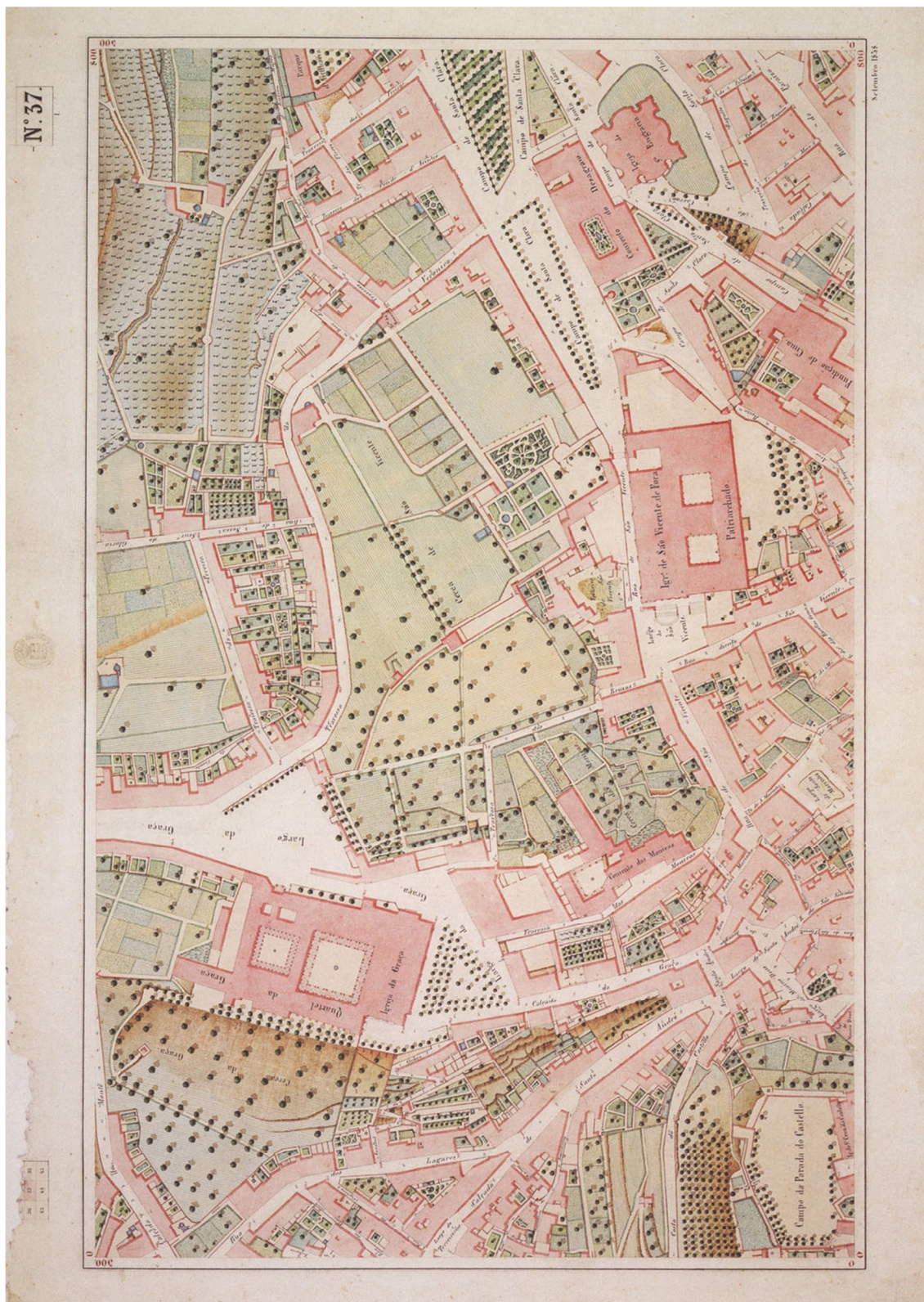
ÍNDICE DE MAPAS

Mapa1 - Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1785 – Planta nº 5 - GEO	221
Mapa 2 - Atlas da carta topográfica de Lisboa nº 37 e 38 - 1858/09 de Folque, Filipe (1800-1874) – AFCML	222
Mapa 3 – Planta de Lisboa – 1891 – GEO	224
Mapa 4 – Levantamento Aerofotogramétrico da Cidade de Lisboa – 1998 - CML	225

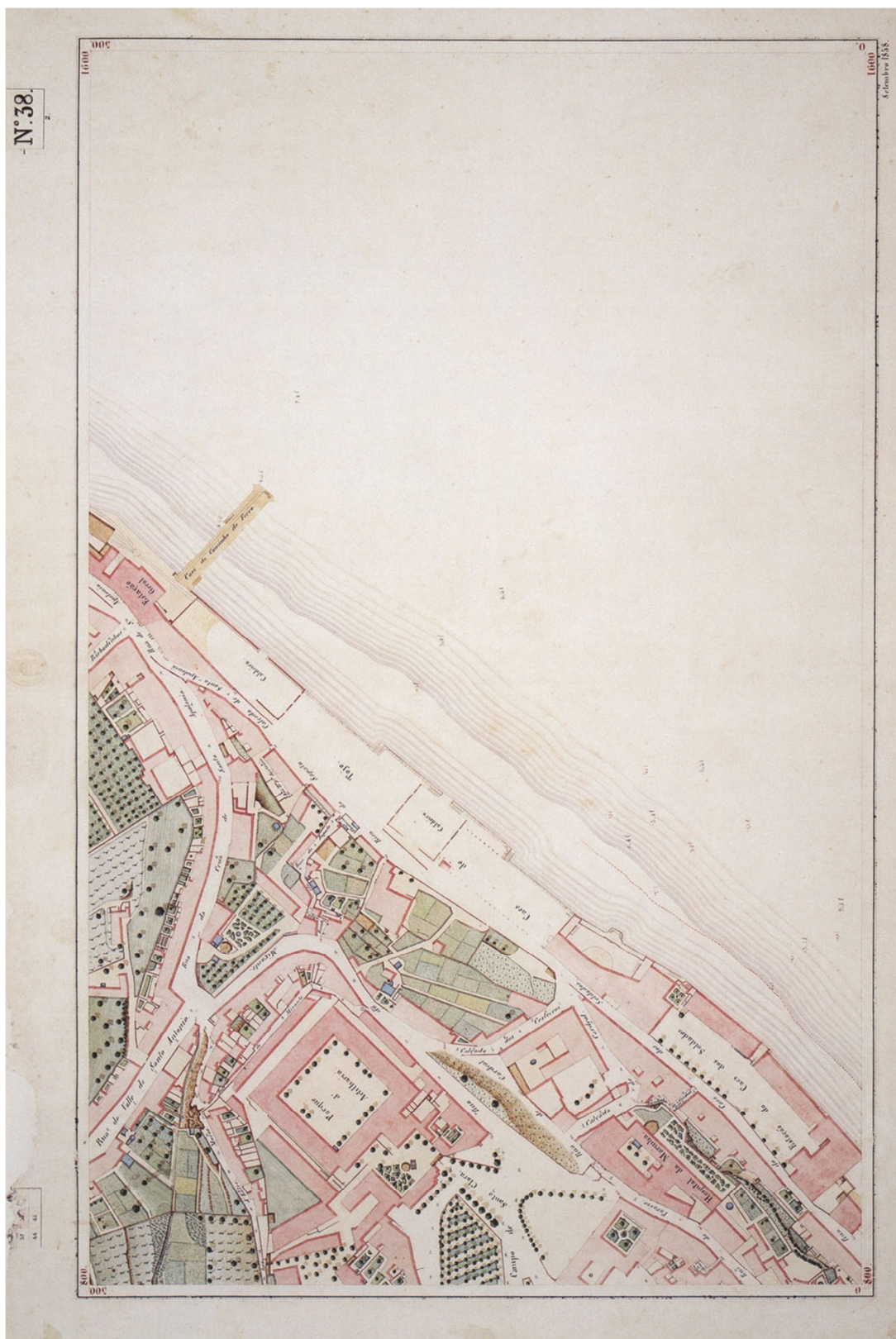
Mapa1 - Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1785 – Planta nº 5 –
 GEO



**Mapa 2 - Atlas da carta topográfica de Lisboa nº 37 e 38 - 1858/09 de
Folque, Filipe (1800-1874) – AFCML**



O Campo de Santa Clara, em Lisboa
Cidade, História e Memórias | Um Roteiro Cultural



Mapa 3 – Planta de Lisboa – 1891 – GEO



Mapa 4 – Levantamento Aerofotogramétrico da Cidade de Lisboa – 1998 – CML

